



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 98

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 15 de fevereiro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Lobélio Mendonça e Marco Costa (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Paulo Silveira)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 04 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, os trabalhos iniciaram-se com a [Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral](#), apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Barata (*IL*), tendo posteriormente intervindo os/as Srs./as Deputados/as: Andreia Cardoso (*PS*), Vera Pires (*BE*), José Pacheco (*CH*), Paulo Estevão (*PPM*), Pedro Pinto (*CDS-PP*), Tiago Lopes (*PS*), António Lima (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Luís Soares (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Nídia Inácio (*PSD*), Rodolfo Franca (*PS*), Paulo Gomes (*PSD*), bem como o Senhor Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*), a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*), o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*), a Senhora Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (*Sofia Ribeiro*), a Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria*

João Carreiro) e o Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

De seguida, deu-se continuidade ao ponto 6 da Agenda, iniciado no dia anterior, **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 38/XII – “Cria o Centro de Qualificação dos Açores, IPRA, e procede à definição do seu modelo de organização e funcionamento”**.

Pediram para usar da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Carlos Furtado (*IND*), Vílson Ponte Gomes (*PS*), Sandra Dias Faria (*PS*), bem como a Senhora Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Maria João Carreiro*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada.

No final foram proferidas Declarações de Voto pelos seguintes Srs./as Deputados/as: Carlos Furtado (*IND*), Guilhermina Silva (*PSD*), Vílson Ponte Gomes (*PS*) e Pedro Pinto (*CDS-PP*).

Seguiu-se o debate conjunto das seguintes iniciativas:

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 68/XII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, que estabelece medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes”,

apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

Após a apresentação da iniciativa por parte do Senhor Deputado Pedro Neves (*PAN*), pediram para usar da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Vera Pires (*BE*), José Pacheco (*CH*), Joana Pombo (*PS*), Alberto Ponte (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Nuno Barata (*IL*), Patrícia Miranda (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Ana Luís (*PS*), António Lima (*BE*), Carlos Silva (*PS*), bem como o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 69/XII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, que estabelece medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes”.

apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

Após a apresentação da iniciativa por parte da Senhora Deputada Vera Pires (BE), pediram para usar da palavra os/as Srs./as Deputados/as: Pedro Neves (PAN), José Pacheco (CH), Joana Pombo (PS), Alberto Ponte (PSD), Rui Martins (CDS-PP), Nuno Barata (IL), Patrícia Miranda (PS), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Ana Luís (PS), António Lima (BE), Carlos Silva (PS), bem como o Senhor Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura).

Em votação final global, o diploma foi rejeitado por maioria.

No final, pediu a palavra para uma Declaração de Voto a Sra. Deputada Joana Pombo (PS).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 32 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Faça favor, Senhor Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco **Messias**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Célia Otelinda Borges **Pereira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Joana **Pombo** Sousa Tavares
João **Vasco** Pereira da **Costa**
José António Vieira da Silva **Contente**
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lubélio de Fraga **Mendonça**
Manuel José da Silva **Ramos**
Maria Isabel Góis **Teixeira**
Maria **Valdemira** **Gouveia** Andrade **Carvalho**
Mário José Dinis **Tomé**
Marta **Ávila** **Matos**
Patrícia Maria Melo **Miranda**
Rodolfo Paulo Silva Lourenço da **Franca**
Rui Filipe Vieira **Anjos**
Sandra Micaela Costa Dias **Faria**
Tiago Alexandre dos Santos **Lopes**
Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**
Vasco Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da **Ponte**
Ana da Ascensão Moniz Arruda **Quental**
António **Vasco** Vieira Neto de **Viveiros**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Délia Maria **Melo**

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Maria Salomé Dias de Matos

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Ricardo Beato Gomes Vieira

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Vera Lúcia Pinheiro Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Estão presentes 53 Senhoras e Senhores Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão.

Pode entrar o público.

Senhoras e Senhores Deputados, vamos entrar no ponto 2 da nossa agenda, conforme deliberado pela Conferência de Líderes, [Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral, apresentadas pela Representação Parlamentar do IL;](#)

[A](#) presente sessão versa sobre o tema: políticas de desenvolvimento sustentável e crescimento socioeconómico da ilha Terceira. Tem três objetos. O primeiro, investimentos urgentes; o segundo, política social e cultural; terceiro, desenvolvimento e crescimento económico.

O proponente, o Partido Socialista e o Partido Social Democrata podem fazer 3 perguntas por objeto. Os outros 3 grupos parlamentares, ou seja, o CDS-PP, o

Bloco de Esquerda e o PPM duas perguntas por objeto, o CH e o PAN pergunta pelo por objeto.

Como sabem também, apenas o proponente tem direito a réplica. Para efetuar a pergunta têm todos três minutos. O Governo para responder tem cinco minutos, na réplica para responder à réplica também dispõe apenas de três minutos.

Vamos então dar início a esta sessão de perguntas. Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata para a primeira questão.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Como vem sendo costumeiro, depois das visitas oficiais a todas as nossas ilhas, uma sessão de perguntas sobre a ilha Terceira e adiantar que onde fui encontrar, mais ou menos, os mesmos problemas que fui encontrando noutras ilhas. Se bem que, do ponto de vista da iniciativa privada, fui encontrar de facto, inovação arrojo e vontade de fazer melhor e diferente, para mudar os resultados futuros.

E uma das áreas onde fui encontrar arrojo e inovação foi precisamente na área do turismo e, nesse sentido, sendo fundamental a infraestrutura aeroportuária para servir a ilha, perguntava precisamente ao Senhor Vice-Presidente que tutela a aerogare Civil das Lajes, o que é que está previsto para 2023 com as obras da Aerogare civil das Lajes, nomeadamente a criação de portas e espaços para acomodar passageiros? Se bem que, também tenha sido informado naquela infraestrutura de que a British e a Ryanair não vão fazer a operação do próximo Verão, mas também fui informado que a Azores Airlines vai aumentar a sua operação. E, nesse sentido, gostava de saber que obras é que vão ser ali feitas? O que é que vai ser reorganizado, por forma a obviar às necessidades do próximo verão? E lembrar que, ainda no verão passado, em alguns horários de embarque, as filas faziam-se quase até à porta da rua.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Vice-Presidente do Governo, faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito obrigado, Senhor Deputado Nuno Barata pela questão. Dizer-lhe o seguinte: de facto, os Açores só se podem desenvolver quando nós apostamos no desenvolvimento de cada uma das nossas parcelas e no desenvolvimento de cada uma das nossas ilhas, nos investimentos próprios que as diferenciam e potenciando as infraestruturas que têm.

Como sabe, aquilo é uma infraestrutura que tem sempre alguma contingência, devido a ser um aeroporto militar com uma aerogare civil - que, aliás, agora já aeroporto das Lajes - e, de facto, quer no aeroporto das Lajes, quer no aeroporto de Ponta Delgada, quer no aeroporto de Lisboa, na época alta, quando há excesso de passageiros, não há aeroporto que resiste a isso. Ainda agora se vê em janeiro, ainda agora vi isso em Lisboa, onde tivemos de ficar quase 20 minutos em espera para placa de estacionamento do avião. Quanto à aerogare das Lajes, efetivamente, tendo em conta esse constrangimento, temos prevista a abertura de mais uma porta de embarque que, aliás, está em fase de estudo prévio, que já está pronto. Devemos lançar o concurso a ajuste direto dentro em breve. Vamos fazer a consulta a três empresas e, em breve, teremos mais uma porta de embarque, exatamente para escoar os passageiros.

Quanto aos voos de Londres, sim, é verdade. O voo da British não vai ser feito este ano, nem o voo da Ryanair para Londres.

Agora, não é adquirido, não é verdade, é falso que os números, os voos para o estrangeiro vão diminuir. Aliás, é possível, e estamos a trabalhar nisso, captar outras rotas para a ilha Terceira, de outros pontos, temos naturalmente de trabalhar com os Transportes, com a Secretaria do Turismo, estamos em

articulação e agora com Visit Açores também nesse sentido de captação de novas rotas. Agora, dizer que vai deixar de existir, não. É dinâmico, saem umas, entram outras. Não vai haver diminuição de número de voos, aliás, vai haver aumento do número de voos e, por isso mesmo, é que estamos a tratar de fazer mais uma porta de embarque.

Se a Ryanair não vai voar para Londres, há de haver uma que vá voar para outro sítio qualquer, desde que haja interesse. O nosso mercado açoriano turístico está consolidado, felizmente em muitos destinos europeus e os voos, como disse, da Azores Airlines vão aumentar as frequências para a América do Norte, que é onde está a nossa comunidade imigrante e, aliás, também trazendo turistas americanos, que este ano se verificou muito na ilha Terceira.

Ou seja, Senhor Deputado Nuno Barata, mais uma porta de embarque, reorganização dos espaços e maior fluidez de passageiros.

Infelizmente, temos sempre o constrangimento do estacionamento de aviões. Neste momento está a decorrer uma formação da ANAC com a força aérea portuguesa para que possamos, de facto, estacionar aviões do outro lado, devidamente autorizados pela ANAC, para que possam utilizar a aerogare Civil das Lajes.

Portanto, a Ryanair, de facto, não vai diminuir os voos para Lisboa e para o Porto. Vai deixar de voar para Londres a partir da Terceira e vai deixar voar a British, este ano, não renova que, aliás fez pela primeira vez, o voo para Londres da British foi feito o ano passado. Estamos a trabalhar noutros destinos e em breve anunciaremos.

Os profetas da desgraça acham sempre que se acabou tudo. Não se acabou, estamos em dinâmica e em progresso a trabalhar no turismo dos Açores e no desenvolvimento da ilha Terceira e nos Açores.

Muito obrigado, Senhor Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.

Para a réplica, tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Vice-Presidente, eu não pus em causa a redução de voos, até pelo contrário, fiz referência à saída da British e da Ryanair, mas fiz referência também ao incremento de 15% de voos da Azores Airlines e de outros destinos. Mas, o Senhor Vice-Presidente há de compreender que quando faço perguntas, faço-as concretas, incisivas e dispenso que às minhas perguntas o senhor responda com indiretas por outras pessoas e com respostas a coisas que eu não perguntei.

Eu perguntei claramente, o que é que está previsto fazer na aerogare civil das Lajes. O senhor diz que é mais uma porta. Que é mais uma porta, o senhor diretor da aerogare também já me disse. Eu quero é saber é: onde, como, como é que vai operacionalizar, como é que vai funcionar? E isso o senhor não conseguir explicar. O senhor anda de roda, quis falar de coisas que não foi aquilo que eu perguntei e acabou por dizer que vai fazer mais uma porta. Ok! Vai fazer mais uma porta onde? Como? Como é que vai operacionalizar? Como é que vai garantir a zona internacional? Como é que vai garantir que os voos domésticos não são constrangidos pelos voos internacionais?

Tudo isso é que é preciso saber. Tudo isso é que nós precisamos de saber para acompanharmos aquilo que é a atividade política regional, nomeadamente, neste caso na ilha Terceira, que muito me prezo defender, proteger, como todas as ilhas dos Açores.

Senhor Vice-Presidente, neste sentido, volto a fazer a pergunta, que obras? Que operações vão ser garantidas na aerogare Civil das Lajes para o próximo Verão? Uma vez que - e aí isso não é questão - estão garantidos voos de outras origens que não aqueles que foram cancelados. Que não vê mal nenhum ao mundo, porque isto é assim mesmo, em todo o lado do mundo há experiências. Funciona, não funciona, tantas outras. É assim mesmo que funciona e ainda bem que é assim que funciona. Agora, é preciso é alterar a forma de funcionamento, a operação da aerogare Civil das Lajes ou do Aeroporto das Lajes, como o senhor queira agora chamar, no sentido de obviar a resolver os problemas dos constrangimentos que existiram no Verão anterior. E não serve vir com a desculpa que Lisboa também não funciona, Ponta Delgada também não funciona, porque este é o problema de uma certa classe política regional. É olhar para o vizinho, em vez de olhar para o seu problema. Nós temos de resolver o nosso problema. Não temos de estar preocupados com o problema dos outros. Os problemas dos outros existem aos montes, toda a gente tem os seus. Vamos tentar resolver um de cada vez.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhor Vice-Presidente tem a palavra, faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, eu respondi-lhe exatamente à pergunta.

A maneira como eu enquadro as minhas respostas é comigo, não é consigo. Portanto, o senhor faz a pergunta que quer, enquadra da maneira que quer e eu respondo da maneira que entendo que devo responder. E, portanto, eu respondi exatamente, vamos abrir uma nova porta de embarque, vamos agilizar o embarque de passageiros.

Como é que eu vou fazer? Não sou eu, são os técnicos da aerogare, é a SATA, são operações da SATA, que estão a tratar do assunto. Eu não sou técnico,

Senhor Deputado Nuno Barata. Eu dei instruções para que se agilizasse e perguntei o que é que era possível fazer. A resposta foi, é necessário fazermos uma nova porta de embarque, além de que, depois, a médio prazo, requalificarmos o antigo hangar da navy, que ali está.

Não houve constrangimentos nenhuns com os voos internacionais. Aliás, a parte internacional está devidamente separada da parte regional ou nacional, como assim queira. O que estamos a tentar fazer, e isso é com as operações das companhias aéreas, é distribuir os horários dos aviões, de maneira que não coincidam muitos à mesma hora para que haja fluidez de passageiros. Mas quem faz isso é a SATA, que é que gere a gestão de passageiros, é a aerogare civil das Lajes, os técnicos é que gerem essa questão e isso está tudo a ser feito. Agora, constrangimentos vão existir? Com certeza que vão existir voos? Já lhe respondi, é possível que aumentem até de outros destinos. Esse, como disse e bem, não vai voar para Londres e a British não vai fazer de novo, portanto, objetivamente, Senhor Deputado Nuno Barata, é exatamente respondendo à sua pergunta, com toda objetividade, nova porta nova reorganização dos espaços, como está a ser feita e tudo isso em conjugação com quem sabe fazer, que é a SATA que a gestão da aerogare nessa matéria, com os funcionários da aerogare civil, e com a ANAC e com serviços de Estrangeiros e Fronteiras e com a PSP, com a segurança, portanto. A SATA detetou esse constrangimento, informou a aerogare, informaram-me a mim e eu disse, quais são as soluções que os senhores propõem de imediato para fazer numa estrutura, que de si própria, já foi uma estrutura adaptada?

E, portanto, temos constrangimentos, como sabe, vamos tentar resolvê-los. E diz bem, com os problemas dos outros podemos nós bem. Temos de resolver os nossos. Estamos a tentar da melhor maneira possível nesta altura.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhor Vice-Presidente.

Tem a palavra a Senhora Deputada André Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Os sucessivos planos de investimento ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sucessivos???

A Oradora: ... deste Governo do PSD, CDS-PP, PPM, comprometem o desenvolvimento da ilha Terceira, pela sua insuficiente dotação, mas sobretudo pela miserável execução.

Este Governo corta no investimento previsto, executa ainda menos. Disso é bem prova a execução dos planos de 2021 e 2022, que, no caso da Terceira, não passam de meras intenções e pomposos anúncios.

O plano de investimentos em curso é o terceiro deste governo de coligação e traduz bem o abandono a que este executivo vetou a ilha Terceira. Um corte de 83 milhões de euros, à partida, é o mesmo que dizer que o que não foi feito até agora, não será feito até ao final da legislatura.

É o mesmo que dizer que as promessas feitas foram esquecidas e abandonadas, deixando a Terceira para trás.

Os compromissos com os terceirenses estão, pelo terceiro ano consecutivo, ausentes das prioridades deste governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Ao fim de 3 anos, este Governo não executará qualquer obra estratégica para a ilha Terceira, quer em termos económicos, quer em termos sociais.

É bom exemplo desse desinvestimento o abandono a que foi vetado o Porto da Praia da Vitória.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Ai Jesus!!

A Oradora: A 16 de setembro de 2021, em plena campanha para as autárquicas, o Presidente do Partido Social Democrata dos Açores, José Manuel Boleeiro, afirmava: “Eu posso assegurar que o PSD tem por certo que é preciso valorizar o Porto, ampliá-lo e garantir uma saída da indefinição pela aposta na certeza.”

Disse mais: “Nós vamos trabalhar para que o próximo plano, - portanto, 2022 - e orçamento possa prever a verba necessária para a afirmação do projeto.”

Mais, José Manuel Boleeiro asseverava em 2021, ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Antes ou depois da maioria absoluta?

A Oradora: ... que o orçamento de 2022 contemplaria verbas, não só para a ampliação do Porto como para o cais de cruzeiros.

E o que fez José Manuel Boleeiro, Presidente do Governo? Nada! Nada vezes nada!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Isto é uma anedota!

A Oradora: Nem 1€ em 2022, nem 1€ em 2023. Pior do que isso, não se conhece a visão do Governo para aquela infraestrutura. Não se sabe o que está a ser feito para dinamizar aquela infraestrutura. Concessão, sim ou não? A logística continua a não ser uma prioridade, conforme não era para o anterior membro do Governo?

A única coisa que se sabe é que temos uma obra em curso das oficinas que foi deixada pelo anterior Governo do Partido Socialista e que há verbas também garantidas pelo Partido Socialista no Compete 2020 para a empreitada de melhoria de acessibilidades e terrapleno, mas nem isso temos a certeza se avança.

Quanto ao Porto de Pipas, que é o único investimento em curso na ilha Terceira,

da responsabilidade do governo regional, mas nem mesmo assim, por iniciativa do atual executivo. É bom lembrar que este investimento de 14 milhões de euros foi lançado e iniciado pelo anterior executivo da responsabilidade do Partido Socialista.

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: E é sobre este que gostávamos de perceber, para quando se prevê a conclusão da empreitada e o início da operação de ferrys e, se o Governo já iniciou a promoção da dessa infraestrutura portuária para navios de cruzeiro temáticos.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas para responder, faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhora Deputada Andreia Cardoso, agradeço as suas questões, mas gostava de lhe dizer, antes de ir direto ao assunto, que está equivocada relativamente àquilo que é a nossa preocupação, a nossa atenção e o nosso trabalho relativamente ao Porto da Praia da Vitória.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Porto da Praia da Vitória é a segunda infraestrutura mais importante, do ponto de vista portuário, dentro dos Açores. E, gostava de dizer que, apesar de todos os anos que o Partido Socialista

anunciou que queria fazer do Porto da Praia da Vitória um hub, uma infraestrutura que pudesse a partir daí fazer o abastecimento de outras ilhas, foi com este Governo que esta situação se concretizou ...

Deputado Nuno Barata (IL): Senhora, não diga isso!

A Oradora: ... e devo dizer que foram 13 vezes navios de capotagem que partiram da Praia da Vitória para o abastecimento às outras ilhas e que foram 16 vezes o tráfego local que partiu da praia da Vitória para abastecimento também às outras ilhas ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): A senhora não sabe o que é um hub!

A Oradora: ... e, portanto, é com factos concretos que nós falamos. Não é a opinião, nem a perceção.

Eu quero-lhe dizer que eu estou a falar do mês de janeiro de 2023, não estou a falar de outro horizonte temporal. Em 2023, até 29 de janeiro, a ilha Terceira foi escalada 13 vezes por navios de cabotagem insular e 16 vezes por navios de tráfego local.

Isto é que é dinamizar o Porto da Praia da Vitória.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Dinamizar o porto da Praia da Vitória não se faz só com obras, nem com obras estratégicas, faz-se com ação, faz-se com dinamização a atividade económica.

E, portanto, sobre isso tem aqui os dados e se quiser aprofundar, noutras ocasiões, poderemos fazê-lo.

Deputado Nuno Barata (IL): Pela sua saúde!

A Oradora: Quanto às obras em concreto: o Porto da Praia da Vitória tem, neste momento, a terminar (termina em janeiro) a empreitada - e foi adjudicada à empresa Trepa - da requalificação das oficinas, do edifício das operações portuárias do Porto da Praia da Vitória.

O prolongamento do cais multiusos, cujas peças de procedimento para a construção de estudos e projetos para o prolongamento do cais em 350m praticamente concluídas e iremos lançar esta obra ao PO 2030. E se não foi mais cedo, é porque o PO 2030 está muito atrasado na sua entrada em vigor e isso tem de pedir responsabilidades a alguém, não é este governo regional!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Quanto à melhoria das acessibilidades ao porto e aos sistemas de segurança das operações, navio ferry e roronoa, no Porto da praia da Vitória a Portos dos Açores está a tratar das peças de procedimento para lançar o concurso, aguardando a resposta da autoridade de gestão do Compete 2020 para prorrogação da candidatura. Este é outro problema, porque é preciso que o Compete continue até dezembro de 2023, mas tudo indica que irá nesse sentido e, portanto, será lançado o concurso, muito em breve porque estamos a tratar, estamos, a Portos dos Açores com a nossa tutela, porque é com contratos de programa, obviamente, as peças do procedimento para lançamento desse concurso.

E, portanto, Senhora Deputada, queria-lhe dizer que o porto da Praia da Vitória está em pleno funcionamento, naquilo que diz respeito às infraestruturas, mas acima de tudo, está em pleno funcionamento naquilo que diz respeito àquilo que

nós queremos potenciar do ponto de vista económico, o porto da Praia da Vitória.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Continuam abertas as inscrições.

(Pausa)

Senhor Deputado Paulo Gomes, aliás, já estava escrito, peço desculpa. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Acho muito engraçado o Partido Socialista logo a entrar a falar no cais de cruzeiros da Praia da Vitória. É verdade!

Durante anos, o Partido Socialista andou a brincar com os terceirenses, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... prometia em Angra numa eleição autarca, dali a 4 anos, prometia da Praia, depois voltava a prometer em Angra...foi o que andaram a fazer durante mais de 10 anos, a brincar com os terceirenses ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... e vem falar no cais de cruzeiros agora?

A Senhora Deputada diz que não sabe bem a estratégia deste governo em relação ao cais de cruzeiro, mas nós abemos qual foi a do governo socialista...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas não sabe a sua!

O Orador: ... foi prometer e prometer e prometer durante anos e nunca concretizou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E não foi falta de dinheiro, nem de tempo. 24 anos que não faltou dinheiro nem tempo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Isto para não falar do recente debate e em relação ao plano e orçamento de 2023, em que o Partido Socialista, para a ilha Terceira, não apresentou uma única proposta para o orçamento, nem para o Plano. E agora estão muito preocupados! Preocupam-se sempre, conferências de imprensa e artigos de opinião.

Deputado João Vasco Costa (PS): Os senhores gostavam era da lei da rolha!

O Orador: Apresentar propostas para a ilha Terceira, continuamos à espera

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Antes de fazer a minha pergunta, só mais um pormenor em relação à diferença entre o Partido Socialista e este Governo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): São perguntas ao governo ou ao Partido Socialista?!

O Orador: ... é que o Partido Socialista quer é betão! E

Este governo, menos betão, mais para as pessoas, mais para a economia!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Se formos aos dados, 2022, 2019 em relação aos hosts. Em 2019, 143.000. Em 2022 passamos para 159.000. Isto demonstra o investimento que tem sido feito na ilha Terceira.

Senhora Secretária Regional das Obras Públicas, é público que existirá um investimento significativo no novo circuito em registo da ilha Terceira, no âmbito do PRR. Perguntava-lhe o que está previsto e quando será executado?

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo para responder.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado, agradeço a pergunta, naturalmente, é sempre importante nós temos a oportunidade de fazer o ponto de situação dos investimentos em curso e, neste caso concreto, da ilha Terceira.

Os circuitos logísticos, como sabe, fazem parte do PRR e, portanto, é uma das nossas prioridades, neste momento. Temos datas para cumprir, temos metas e marcos e temos de concluir tudo isto até 2025, podendo haver uma reprogramação, mas nós não contamos com ela. Trabalhamos para terminar dentro do prazo que nos foi inicialmente atribuído. E, portanto, já estão lançados vários circuitos logísticos por todas as ilhas. Faltam ainda outros que estão neste momento em fase de conclusão de projetos e de lançamento de

concursos. E o caso do circuito logístico de Angra do Heroísmo, que é a ligação entre a Vitorino Nemésio e a circular de Angra, está com o projeto concluído este mês, portanto, no final de fevereiro ficará concluído. Estão em curso as expropriações, é um percurso e, portanto, outras estão a iniciar-se e, seguramente que no início do próximo semestre estaremos em condições de lançar o concurso para a empreitada.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra a Senhora Deputada Vera Pires para colocar uma questão, faça favor.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Voltando à questão do transporte aéreo e do aeroporto das Lajes e sabendo já que em termos de infraestruturas, teremos uma nova porta de embarque, assistimos recentemente a alterações de horários dos voos da TAP entre a Terceira e Lisboa, prejudicando os passageiros a reduzir a oferta em horários da manhã e fim do dia.

É óbvio que no mercado liberalizado, estas decisões podem acontecer a qualquer momento, porque dependem apenas da vontade da companhia aérea.

Esta é claramente uma demonstração de que a TAP não garante a mobilidade dos açorianos e açorianas.

Muito menos garante será a Ryanair que até de tempos a tempos vai fazendo ameaças de redução de voos, sempre que algum dos seus interesses é beliscado.

Não suspire, Senhor Vice-Presidente.

A decisão de privatizar a Azores Airlines coloca a ilha Terceira totalmente nas mãos do mercado. E eu pego nas palavras que o Senhor Vice-Presidente, em relação à primeira resposta ao Senhor Deputado Nuno Barata, quando disse o Senhor Vice-Presidente que: “Saem uns, entram outros. Há de haver outros, desde que haja interesse.” E a questão é mesmo esta: ao privatizar a Azores Airlines, a ilha Terceira passará a ficar totalmente nas mãos do mercado e, sendo esta - a rota da Terceira-, uma das duas liberalizadas, mas aquela com menor fluxo de passageiros, não será difícil adivinhar para onde as companhias aéreas concentrarão voos, em caso de necessidade - Ponta Delgada.

Hoje, ao contrário do passado, não vemos os partidos da coligação e o Governo contestar esta decisão da TAP.

Terá havido alguma diligência por parte do governo regional relativamente a esta decisão?

Desconhecemos!

Para o futuro, com a TAP privada, a SATA Azores Airline privada, como é que o Governo vai garantir aos terceirenses o mesmo nível de ligações que a Terceira tem hoje com o exterior, principalmente com o continente? Com certeza ninguém espera que, em rotas liberalizadas, o Governo subsidie, de forma legal ou encapotada, ligações aéreas e a ideia de que, mantendo parte minoritária do capital da Azores Airlines, é possível continuar a manter influência na empresa, não passa de um embuste.

Senhor Vice-Presidente, Senhora Secretária, como irão manter e melhorar as ligações entre a ilha Terceira e o continente e a diáspora com rotas liberalizadas e após a privatização da SATA Azores Airlines?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Senhora Deputada Vera Pires, agradeço as suas perguntas que dão, aliás, oportunidade de esclarecer até. Até podia ter feito um enquadramento noutra sentido, no monopólio e etc, quando o seu partido esteve no Governo da República e nos deixou a herança da TAP. Quando o seu partido esteve no Governo da República, em que mandava no Governo da República e deixou a herança da TAP, mais de 5 mil milhões de dívida e essa gestão que está a acontecer, que o seu partido deixou na Assembleia da República.

Feito o introito, Senhora Deputada Vera Pires, vamos então às questões que colocou.

Nos Açores todos os voos são subsidiados, inter-ilhas, fora das ilhas. A SATA Air Açores tem um serviço de serviço público que é subsidiado. Portanto, não pode haver - como a senhora sabe - subsídios estatais. Agora, promoção do destino é possível, deve ser possível, é assim que todos os países desenvolvidos fazem. Promover Portugal, promover a Madeira, promover os Açores.

Se incomoda ao Bloco de Esquerda o desenvolvimento turístico dos Açores, isso é um problema vosso. A nós não nos incomoda nada. Voe para cá, quem entender e voe para cá quem quiser.

Deputada Vera Pires (*BE*): A pergunta não foi essa e o senhor sabe!

O Orador: Quanto à TAP, o voo de inverno da TAP sempre foi neste horário. O voo de verão da TAP vai mudar para o horário das 13h40. De verão, sempre foi este e até um voo, que em algumas alturas que é necessário às 7 da manhã e que dá para as pessoas irem e quase voltarem no mesmo dia, muitas vezes.

Portanto, nada se alterou em relação ao passado, ou seja, melhorou em relação ao passado. Os horários da TAP é a companhia que define, o horário de inverno é este, é mais cedo. O horário de verão é mais tarde e sabe porquê? Porque tem a ver com constrangimentos de tráfego aéreo de todo o lado, do que passa aqui

por cima, que vai para a América do Norte, que vem da América do Norte, que vem da América do Sul, no aeroporto de Lisboa, as companhias adequam os seus horários, sempre foi assim, sempre será assim. Em termos de horários é como no passado, o horário da TAP sempre foi o mesmo e, portanto, não prejudica ninguém.

Quanto à Ryanair, voe para o aeroporto das Lajes quem quiser. Por mim, ótimo. São privados? Ótimo.

Deputado António Lima (BE): E se não quiserem? A questão é se não quiserem!

O Orador: Que voem! Há sempre alguém que quer porque há mercado, Senhor Deputado António Lima, e é mercado que tem de haver e é mercado que nunca souberam criar no passado. A questão é esta. A prova é o número de voos, que ultrapassou os oitocentos mil passageiros. A capacidade máxima da aerogare civil das Lajes foi ultrapassada 863000 passageiros este ano.

Portanto, não falta mercado, Senhora Deputada Vera Pires, não falta mercado! Ainda bem, seja Ryanair, seja Lufthansa, seja as companhias que entenderem.

A SATA só voa, por exemplo, quatro vezes de Lisboa para as Lajes e de Lajes para Lisboa. A TAP voa sete vezes por semana.

São as próprias companhias que fazem os horários, que fazem as frequências e é isso que tem acontecido, mais nada do que isso. Portanto, o mercado liberalizado. Ainda bem que foi liberalizado a rota da Terceira. Ainda bem que foi liberalizado a rota de Ponta Delgada, porque isto deu impulso ao desenvolvimento aos Açores, desenvolvimento turístico extraordinário e nós estamos muito satisfeitos com isso.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.

A Senhora Deputada Vera Pires pede a palavra para?

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Para uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

As perguntas que o Bloco de Esquerda aqui fez não foram aquelas a que o Senhor Vice-Presidente respondeu,

Presidente: Senhora Deputada, peço desculpa, não pode ...

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** ...eu reitero as minhas perguntas e continuo a aguardar as respostas.

Obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Senhora Deputada, não está a ser correta!

Presidente: Tem a palavra para colocar uma questão, o Senhor Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em janeiro de 2015 aparece o Plano de Revitalização Económica da ilha Terceira. Alguns lembram-se, outros nem por isso. O PREIT!

O Senhor Deputado Berto Messias, lembra-se bem. Eu sei que ele está um bocado amordaçado, mas ele lembra-se!

Em março de 2015, defendia o PS, um programa de revitalização económica da ilha Terceira. Instalação do comando de segurança marítima para o Golfo da Guiné, na Praia da Vitória. Aproveitamento das potencialidades económicas do Aeroporto das Lajes e do Porto da Praia da Vitória, - estou a citar, estou a ler no site do PS - instalação do Tribunal da Relação dos Açores na ilha, Terceira.

Era o que defendiam e nós estamos aqui para concordar, também defendemos isso tudo. Isto em 2015.

Um facto curioso, pormenores, isto conta pouco. O governo da altura era do PS, ou seja, eles pediam a si próprio estas coisas. E quem não sabe pergunta quem não sabe quem ser esclarecido: qual é o resultado do PREIT? Qual é o resultado de tudo isto? Passado estes anos todos o que é que aconteceu? Porque acabei de ouvir sobre o Porto da Praia da Vitória, será que era os cruzeiros? É porque também defendiam.

Será que era isso? Será que eram outras coisas? Será que era isto, *la sinistra*. Será que era isto? Pronto, é!

Eu peço ao governo regional que esclareça, aos açorianos, especialmente aos terceirenses, que resultado houve, de 2015 até hoje, do PREIT?

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder ...

Senhores membros do governo quem se candidata à resposta?

Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, face a favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Senhor Deputado, como sabe, eu estava na Assembleia da República quando ouvi falar muito do PREIT e conheci o documento, mas efetivamente nunca conheci nenhum resultado prático do PREIT, nunca reconheci.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não???

A Oradora: E, como os senhores daquela bancada acham que houve, eu endosso a resposta ao Partido Socialista.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, que bom é viver em liberdade.

Que bom é Vossa Excelência ter oportunidade de colocar estas perguntas sessão após sessão.

Como representação parlamentar, isso foi-me negado, embora estivesse no Regimento, foi me negado e foi bloqueado ...

Deputada Ana Luís (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Passaram dois anos, mas é importante que não se esqueça que existe a memória em relação ao que era anteriormente e ao que se passava anteriormente e ao bloqueio que existia anteriormente em relação ao exercício da democracia, aqui neste Parlamento dos Açores.

E também quero, Senhor Presidente, referenciar o seguinte, como enquadramento, que é a primeira pergunta que vou colocar sobre a Terceira.

A Terceira, como se sabe, foi negligenciada ao longo dos dois governos do Senhor Deputado Vasco Cordeiro, foi negligenciada. O PREIT, que agora foi referenciado, não foi mais do que um embuste, um embuste para tentar esconder aquilo que era evidente que era uma desvalorização permanente da ilha Terceira, ao longo dos últimos dois governos do Partido Socialista.

E, por isso, é que foi criado essa fábula para entreter. Mas a verdade é que ao longo destes anos o que existiu foi uma desvalorização profunda da Terceira,

uma degradação profunda dos seus serviços, uma degradação profunda das suas infraestruturas e uma falta de cumprimento, quase total, das promessas que foram efetuadas pelos últimos executivos do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhor Secretário, era a mesma coisa, Senhor Secretário Regional do Mar e das Pescas, a mesma coisa, no que diz respeito às infraestruturas relacionadas com a sua área de intervenção com o mar e as pescas.

A pergunta que lhe quero fazer, e todos nós sabemos o estado em que se encontrava o entreposto frigorífico da Praia da Vitória ou da lota de São Mateus e muitas outras infraestruturas, é o que é que está previsto, do ponto de vista, da requalificação destas infraestruturas? E dar ao setor das pescas, finalmente, as condições que eles necessitam para exercer as suas funções com dignidade, com a dignidade que merecem e de receber o fruto do seu trabalho e de terem o apoio que devem ter da administração regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para uma interpelação - creio que é uma interpelação -, tem a palavra a Senhora Deputada Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Presidente, tendo consciência que agora, no momento presente, o Senhor Presidente não terá oportunidade de o fazer, mas gostaria de pedir à Mesa e a si, que fizesse chegar ao Senhor Deputado Paulo Estêvão, a lista das praxes que saíram - mas eu sei que o senhor sabe que o que o Senhor Deputado

Paulo Estêvão disse, é falso - a lista das praxes das últimas legislaturas, onde consta que a sessão de perguntas feitas ao Governo, era feita uma por Sessão Legislativa e gostaria que as Senhoras e Senhores Deputados desta Casa estivessem atentos à proposta de revisão de regimento que vai sair onde, precisamente por haver essa praxe, se percebeu que provavelmente ela era importante.

Obrigada, Senhor Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Deputada. Está registada a sua interpelação.

Senhor Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Senhor Presidente, é de praxe que nós estamos a falar, evidentemente, é de praxe e a praxe de quem tinha a maioria absoluta e de quem impunha regras de restrição ao exercício da democracia e dos poderes regimentais no Parlamento dos Açores.

É disto que nós estamos a falar, isto é verdade, isto é verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas o que é isto?!?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

O Orador: E, por isso, Senhor Presidente, o que eu lhe peço, porque existem registos na conferência de líderes, é que o senhor nos faça também chegar o conjunto de praxes em que a Representação Parlamentar do PPM votou sempre contra opôs-se àquela que era a imposição destas praxes, por parte do da maioria do Partido Socialista e da Senhora Deputada.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, nós sabemos todos qual era a praxe, relativamente a esta figura regimental e sabemos também, os senhores líderes, que nós alterámos essa praxe numa das nossas Conferências de Líderes. Senhor Deputado Nuno Barata, para uma interpelação, faz favor?

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, era para perguntar à Mesa se nós estamos num debate sobre uma sessão de perguntas ao Governo ou sobre a praxe e o Regimento do Parlamento dos Açores.

Presidente: Senhor Deputado, eu queria que fosse uma sessão de perguntas ao Governo.

Senhora Deputada Ana Luís, pediu a palavra?

Para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Senhor Presidente.

Eu, por respeito ao Senhor Deputado Nuno Barata, não vou reiterar a minha interpelação, mas gostaria de relembrar esta Casa que as alterações ao Regimento só se podem fazer por unanimidade.

Presidente: Muito bem.

Para uma interpretação que faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Senhor Presidente, eu considero que é importante também que a Mesa dê esta informação, é que não foi necessário alterar nenhum Regimento, em relação à sessão de perguntas.

A sessão de perguntas está a acontecer exatamente porque é o que estava previsto no Regimento.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Relativamente à questão suscitada pelo Senhor Deputado Paulo Estêvão quanto aos investimentos a realizar pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas, previstos para realizar na ilha terceira, no plano de investimentos desta Secretaria para o ano de 2023 a um total de 791.455€, que serão afetos a infraestruturas de apoio à pesca na ilha Terceira, bem como, à limpeza, manutenção de equipamentos, portos, núcleos de pesca e pequenas intervenções nestas infraestruturas. De notar que, por exemplo, durante o passado verão procedemos a uma dragagem no espelho de água do porto de São Mateus, o que não ocorria há mais de 15 anos e, portanto, foi uma pequena intervenção que criou melhores condições de operacionalidade no dito porto.

Também em São Mateus vamos intervir com a construção de uma infraestrutura de apoio às pescas, num terreno que foi adquirido há mais de 1 ano pela Região Autónoma dos Açores e a ideia é criar uma infraestrutura de apoio que dê os armadores, pescadores, conseguirem fazer aparelho conseguirem ter casas de aprestos, a maior e melhor quantidade e, portanto, é também um investimento que durante o ano de 2023, porque o projeto está já a ser terminado pela Secretaria Regional de Transportes, Turismo e Infraestruturas e contamos apresentar o projeto a curto prazo.

Além disto, temos também as transferências que são necessárias fazer para os as associações, para a manutenção dos equipamentos que estão a cargo das associações e para o seu próprio funcionamento.

Quanto aos investimentos projetados para o triénio 2023-2025, temos, por parte da Lotaçor e com a candidatura ao Mar 2020, pretendemos prosseguir dois investimentos, no montante global de 1,2 milhões de euros, sendo 600.000€ para requalificação da lota de São Mateus e 600.000€ para a requalificação do interposto frigorífico da Praia da Vitória.

Portanto, é isto que temos de uma maneira geral contemplado para o setor na ilha Terceira.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional. Tem agora a palavra para formular uma questão o Senhor Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Um pouco de matemática, entre 2008 e 2020, são 12 anos. 2008 a data de eleições regionais.

2009 a data de eleições autárquicas.

2020 a data de eleições regionais, de novo.

Agora, socorrendo-nos da matemática, vamos a um pouco de história.

Em, 2008 ganha as eleições, mais uma vez com maioria absoluta, o Partido Socialista, na altura liderado por Carlos César.

Em 2009 ganha as eleições autárquicas para a Câmara de Angra a Senhora Deputada Andreia Cardoso pelo Partido Socialista e em 2020, finalmente, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): O maior historiador da ilha Terceira e dos Açores!

O Orador: Bom, a Senhora Deputada Andreia Cardoso quer um pouco de autobiografia, pois a Senhora Deputada é eleita em 2009 para Presidente de Câmara, mas não conclui o seu mandato autárquico. Abandona o cargo a meio do seu período de mandato.

E em 2020, finalmente, nas eleições regionais o Partido Socialista é afastado do Governo da região.

E, portanto, começamos a ouvir falar no cais de cruzeiros em 2008-2009, num ano era para Angra do Heroísmo, no outro ano (quando as eleições eram regionais) era para a ilha Terceira, eventualmente na Praia da Vitória. No ano à frente, quando eram eleições autárquicas, voltava a ser o cais de cruzeiros para Angra do Heroísmo e durante estes 12 anos, assim foi andando o cais de cruzeiros e as suas promessas.

E eis-nos chegados a 2023, quando a Senhora Deputada pede a palavra para perguntar ao governo da coligação: “E o cais de cruzeiros? Onde está o cais de cruzeiros? Que é feito do cais de cruzeiros?”

Portanto, Senhor Vice-Presidente, perguntava-lhe, como está o projeto do cais de cruzeiros para a ilha Terceira?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra Senhor Vice-Presidente do Governo. Faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*):

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

É uma história trágica a história do cais de cruzeiros.

Deputado Francisco Coelho (*PS*): Neste caso trágico-marítima!

O Orador: Talvez perguntando a David Copperfield, que fez desaparecer o cais de cruzeiros, ou talvez perguntando mesmo a Vasco Cordeiro, Senhor Deputado Vasco Cordeiro que deve saber onde é que está o caso de cruzeiros.

Mas está aqui a Senhora Deputada Andreia Cardoso, que, aliás, era Presidente da Câmara em 2009, eu vejo que está muito contente. Ainda bem, em vez de chorar, está contente e já um progresso.

Portanto, vou-lhe dizer uma coisa, Senhora Deputada, nós devemos estar contentes e satisfeitos quando realmente estamos felizes com as concretizações que fizemos na nossa terra.

Era a Senhora Presidente da Câmara, em 2009, e eu vereador, quando lhe tiramos a maioria absoluta ao Partido Socialista em Angra do Heroísmo, eu e aqui o senhor candidato António Ventura, como se lembra? E lembro-me perfeitamente nessa altura, Senhora Deputada, tem tão bem presente quanto eu, em primeiro lugar, lembro-me, lembro-me de em 2009, o Senhor Secretário da Economia - Doutor Vasco Cordeiro - ir à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo apresentar o projeto, está aqui, não me desmentirá, o projeto de cais de cruzeiros para Angra do Heroísmo. Senhor Deputado Vasco Cordeiro, não vai dizer que isto não aconteceu.

Estava numa sala cheia, discutimos o projeto, tiveram lá várias pessoas e engenheiros a discutir o projeto do cais de cruzeiros de Angra do Heroísmo. Até se ensaiava onde eram molhe, onde deixava de sero molhe, coisa que eu não me vou pronunciar.

Foi apresentado com pompa e circunstância, em 2008, o cais de cruzeiros para Angra do Heroísmo.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(*Duarte Freitas*): 2008?

O Orador: 2009! 2009, sim, era Secretário da Economia o senhor, atual Deputado, Vasco Cordeiro.

E depois, Senhora Secretária, eu vou resumir a história trágico marítima, ou comercial ou económica para a ilha Terceira, do cais de cruzeiros, se é que se pode assim chamar, porque, Senhor Deputado Pedro Pinto, foi prometido com pompa e circunstância em 2009, como Vossa Excelência, também bem se lembra e todos os que aqui estão, bem se lembram algum, ou a maioria dos que aqui estão e grande parte dos que ali estão.

Portanto, foi feito um ensaio para fazer o ensaio em laboratório, etc etc. Não fizeram o cais de cruzeiros.

Em 2014, era então Presidente do Governo, Doutor Vasco Cordeiro: “Governo dos Açores desiste de cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo. Foi uma promessa socialista nas eleições de 2008, mas perante a conjuntura, não foi considerado no plano integrado de transportes.” O famoso PIT! Alguém se lembra? Não foi considerado, 24 de fevereiro de 2014.

Mas, depois eleições de 2020 - 29 de fevereiro, Senhor Deputado Pedro Pinto -, Vasco Cordeiro, Presidente do Governo e candidato de novo ao cargo, diz o seguinte: em 2014 o Governo abandona o cais de cruzeiros. Em 2020, 6 anos depois. Em 2009 promete, em 2014 abandona e em 2020 Vasco Cordeiro, diz que cais de cruzeiros na Praia da Vitória é essencial.

Se alguém me conseguir explicar isso... já não é trágico-marítima, é uma trágico-comédia., que esta sim, Senhora Deputada Andreia Cardoso, esta dá vontade de chorar.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O que é que o senhor pensa, hoje, sobre isso?

O Orador: Mas, nos entretantos, prometeram, em 2017 ou 2018, agora não posso precisar, um cais de cruzeiros. Mas já não era para Angra, era para a Praia. 25 milhões de euros! Acrescentavam a doca dos americanos, esse não posso precisar com a mesma precisão que estou a fazer isto.

Mas, cais de cruzeiros é, de facto, uma história trágica, para chorar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não é para rir, é para chorar e estar aqui com ar pesaroso, realmente, porque prejudicaram a economia dos Açores.

Se o objetivo era esse, Senhora. Deputada Andreia Cardoso, falharam redondamente o objetivo.

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Vice-Presidente.

O Orador: Investimento na Terceira, a senhora, nesta matéria, o Partido Socialista, nesta matéria, neste caso concreto, falhou redondamente.

Depois há uma coisa, Senhora Deputada, coerência é coisa que para os seus lados não abunda, infelizmente.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o senhor?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.

Vamos avançar para a pergunta 2 do primeiro objeto.

Senhora Deputada Andreia Cardoso pede a palavra para?

Para uma interpelação tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Senhor Presidente, vou fazer chegar à Mesa uma notícia da LUSA, de 9 de outubro 2012, em que o então vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Artur Lima, e Presidente do CDS-PP, diz que a Terceira não precisa de um cais de cruzeiros.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Curiosamente o PS aplaudiu!

Presidente: Assim que a Mesa rececionar o documento, fá-lo-á distribuir pelas Senhoras e Senhores Deputados.

Senhor Deputado Nuno Barata para a segunda pergunta, relativa ao primeiro objeto, faça favor.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Isto é mau demais, a desfaçatez vai até este ponto!

(*) **Deputado Nuno Barata** (*IL*): Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu não ia falar sobre investimentos portuários, nem sobre a atividade portuária, mas tendo em conta a desnecessidade comprovada do cais de cruzeiros, na ilha Terceira, tão adiada, que não fez falta nenhuma, tendo a concordar com o Senhor Vice-Presidente do Governo, quando em 2012, dizia que a Terceira não precisava de um cais de cruzeiros. Nem precisa.

Mas, Senhora Secretária Regional, uma vez que, e apesar de eu Não ser muito simpatizante de ingerência em empresas públicas, mas já tenho percebido que, da parte do Partido Social Democrata e de Vossa Excelência, a ingerência vai ser uma prática levada até ao fim, ingerência até em empresas privadas, porque a Senhora acabou de anunciar que a transformou a Praia da Vitória num hub logístico, quando todos nós sabemos que foram os operadores privados que recorreram a essa infraestrutura, até por necessidade, por duas vias: uma porque o porto de Ponta Delgada estava com obras e, portanto, com constrangimentos e por isso, o navio de Leixões teve que fazer a rotação ao contrário e outra porque o porto de Ponta Delgada continua com constrangimentos por via das suas obrigações com a NATO.

Mas ainda bem, eu tive oportunidade de dizer isso na Terceira, é uma oportunidade para o porto da Praia, essas rotações serem feitas ao contrário e é também uma oportunidade para o porto de Ponta Delgada, porque isto desconstrange, de certa forma, para outras operações, o porto de Ponta Delgada. Mas o que pergunto é, e porque eu também entendo que o cais de cruzeiros não traz vantagens à ilha Terceira, não traz qualquer tipo de vantagens à ilha Terceira, nem sequer traz vantagens à empresa Portos dos Açores, porque a

operação dos navios de cruzeiros é um *negócio de tostões*, passo a expressão, para uma empresa como é a Portos dos Açores.

Mas, ao invés dos outros portos da Região Autónoma dos Açores, que têm enormes constrangimentos ao seu crescimento, o porto da Praia da Vitória é talvez a única infraestrutura portuária dos Açores que tem condições de crescer. E tem condições de crescer, trazendo à ilha Terceira, oportunidades de negócio que já não podem crescer em mais ilha nenhuma dos Açores. E eu dou dois exemplos: um deles é a reparação naval e a construção naval que está completamente ao abandono desde, eu diria, final dos anos 90, do século passado. O Hydrolift está numa situação calamitosa. As embarcações de pesca de maior dimensão da Região Autónoma dos Açores têm de recorrer a estaleiros em Espanha. As embarcações de tráfego local de maiores dimensões têm de recorrer a estaleiros no continente português. Os navios da Atlânticoline, os rebocadores da Portos dos Açores têm de recorrer a estaleiros no continente português. Custa, por ano, milhões de euros. Não são milhares, são milhões de euros, que os açorianos têm de pagar nos prejuízos dessas empresas...

Presidente: Agradeço que termine Senhor Deputado.

O Orador: ...ou através de ceder a exploração para que elas não tenham prejuízo.

Senhora Secretária, a pergunta que faço é, vai o governo regional dos Açores investir na área de reparações do porto da Praia da Vitória? Vai dar indicações, ou não, à Portos dos Açores para que faça esse investimento?

Pelo que me consta, que a Porto dos Açores está só à espera da autorização do governo regional para o fazer.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Senhora Secretária Regional de Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, para responder, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, agradeço a pergunta que me colocou e até me permite aqui retomar algumas respostas que na altura, depois percebi que não tinha respondido.

E começo pelo cais de cruzeiros, para dizer que a partir deste momento, o cais de cruzeiros é designado por cais multiusos. Que a posição foi aquela que eu já referi que as peças do procedimento de contratação dos estudos estão neste momento em curso. Isto só para voltar e reiterar aquilo que lhe disse no início, mas que agora no final já estava a querer saber qual é de novo, qual era a posição. Portanto, a posição é que as peças para o procedimento do concurso para os estudos e projetos para o prolongamento do cais multiusos, portanto, o cais -12 da Praia da Vitória em 350m, estão concluídas. Vamos seguir depois com o processo de candidatura ao 2030, onde estão previstos 30 milhões de euros no Fundo de Coesão do próximo plano plurianual de investimentos em termos de quadro comunitário.

Também me perguntou quantos navios de cruzeiros tinham ido ao porto da Praia da Vitória.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Eu não perguntei!

A Oradora: Alguém perguntou, mas se não perguntaram, fica a informação. 44 cruzeiros, mais 146% do que 2019. Fruto - e essa pergunta, sim, foi feita - da promoção que a Portos dos Açores tem feito para os cruzeiros, preferencialmente orientados para os cruzeiros de expedição, mais pequenos, mais eco friendly, que é para aí que se está a orientar a Portos dos Açores, tendo em conta a certificação do destino dos Açores, como destino turístico sustentável.

Também ainda um pouco em relação ao PREIT e eu queria recordar aqui uma situação que se passou e que o Senhor Secretário António Ventura me recordou, mas que eu tenho de partilhar convosco. Numa audição na Assembleia da República, o senhor, hoje Presidente da Assembleia da República, na altura Ministro dos Negócios Estrangeiros, quando lhe perguntámos pelo PREIT e se era recorrente por parte do Senhor Secretário António Ventura, que representava a Terceira e estava preocupado com a descontaminação dos solos, o Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de então disse: “O PREIT vale zero!”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): É verdade!

A Oradora: Está tudo dito!

Em relação à resposta concreta, eu devo dizer o seguinte: eu visitei o porto da Praia da Vitória, menos de um mês depois de ter tomado posse e, nessa visita, ficaram orientações concretas, dadas à senhora administradora Filipa Garrett, de iniciar um processo de benchmarking e concessão do toda a zona do hydrolift para reparação naval.

E, portanto, estão a trabalhar nesse processo para exatamente concessionar a área necessária e definir isso, obviamente, depois de toda essa prospeção do mercado, que é preciso fazer, para concessionar a reparação naval e o hydrolift, que obviamente está completamente obsoleto. Eu vi, eu própria.

E, portanto, essa é a orientação dada pela tutela à Portos dos Açores e é essa orientação que a Portos dos Açores está, neste momento, a seguir.

Portanto, espero que em breve possamos todos ter conhecimento dos desenvolvimentos desse processo, porque eu acompanho completamente nessa preocupação. Não faz sentido nenhum que tenhamos um equipamento deixado o abandono pelo anterior governo - porque isto é tudo do anterior governo, não

tem nada a ver com este Governo -, colocado ao abandono, completamente enferrujado, completamente obsoleto, não funciona, não funciona. Aconselho qualquer pessoa a ir visitar para perceber o estado em que aquilo se encontra.

E termos as embarcações de tráfego local, as embarcações da Atlânticoline e os alguns navios de pesca a irem fazer reparação e revisões de motor a outros zonas do país ou mesmo em Espanha. Tudo o que pudermos fazer para reter esse valor na Região Autónoma dos Açores tem de ser feito, porque é assim que se criam postos de trabalho, é assim que se cria riqueza, é assim que se dá oportunidade de investimento aos empresários, àqueles que conosco queiram trabalhar. E essa disponibilidade é total e eu espero que em breve possamos ter essa solução em cima da mesa.

Outra situação diferente dessa, e eu penso que não estaria a falar dessa, é o parque de invernagem. É uma situação diferente, uma coisa é o parque que vai concessionar para reparação, outra coisa é ter um espaço para parquear, durante o inverno, os navios que não estão na água, designadamente a náutica de recreio. Podem ser também concessionados ao mesmo tempo.

Portanto, também estamos abertos a uma solução ...

Presidente: Senhora Secretária, agradeço que termine.

A Oradora: Está tudo em aberto, no sentido de criar oportunidades aos nossos empresários, quer àqueles que possam vir a concessionar estes espaços para reparação naval, quer aqueles que vão precisar deles para a sua atividade económica, como é o caso dos armadores e pescadores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para a réplica tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Eu, de facto, não tinha falado na zona de terrapleno para invernagem de embarcações de recreio náutico, mas já que a Senhora Secretária falou nisso, este é um segmento de mercado que, de facto, pode crescer na Praia da Vitória, que tem crescido na única ilha onde era possível crescer, que era Santa Maria, cresceu bastante, já está chegando à fase de lotação máxima. Como toda a gente sabe, potenciou a criação de sete postos de trabalho bastante qualificados bastante bem pagos e, por isso, é um bom exemplo daquilo que se pode fazer na Praia da Vitória onde o espaço do terrapleno é mais do que muito, para usar uma expressão corriqueira.

Mas, nesse sentido, Senhora Secretária, gostava que me esclarecesse é porque o parque de estacionamento para invernagem na Praia Vitória precisa de um investimento, eu diria, diminuto, um *fence*, um segurança e o assunto está resolvido. Quando é que vai avançar?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder, tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, eu acabei de lhe dizer que é preciso haver aqui uma orientação estratégica no sentido de saber se consumou no parque de invernagem com a reparação naval, ou em separado e, portanto, essa situação tem de ser definida porque parece-me que pode ser um bom cruzamento de atividades que se potenciam reciprocamente. Aliás, é o que acontece em Vila do Porto.

E em Vila do Porto é, sem dúvida, um bom exemplo, embora também estará, eventualmente, na altura de se começar a pensar em deslocalizar algumas daquelas embarcações para um parque de invernagem, porque utilizando o terraplano já começa a estar um bocado congestionado, mas não há dúvida que é um bom exemplo para, a partir daí e com a escala de cada ilha, poder avançar para projetos idênticos.

E aí há uma conjugação da reparação naval com o estacionamento.

Na Praia da Vitória têm de definir se querem concessionar em separado a parte de reparação naval, porque, obviamente essa tem de ser necessariamente privada, ou se fica em conjunto e são atividades, como eu dizia, que se potenciam reciprocamente.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para formular uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

A intervenção do Governo, nomeadamente por parte da Senhora Secretária, na resposta à questão que foi colocada por esta bancada, mostra bem a desvalorização deste governo para com a ilha Terceira.

Falar em dinamização do porto da Praia da Vitória, mostrando profundo desconhecimento daquilo que é um hub logístico e apropriando-se daquilo que é operacionalidade dos diferentes operadores privados que fazem daquele porto, mostra bem a desvalorização para que este governo tem, este caso concreto da ilha Terceira, naquilo que diz respeito ao porto da Praia da Vitória. E depois, quando fala em orientações concretas, depois contradiz-se quando diz que está tudo em aberto.

E é isso que nós vemos efetivamente, passados 2 anos, continua, continua tudo em aberto na ilha Terceira.

Relativamente à promoção turística do Porto de Pipas nada referiu.

Gostávamos de perceber para quando se prevê a conclusão da empreitada e o início da operação de ferrys, bem como, se o Governo já iniciou a promoção desta infra infraestrutura portuária para navios de cruzeiros temáticos.

Mas, não só sobre este sobre esta matéria, também gostaríamos de questionar o governo naquilo que diz respeito, indo um bocadinho ao encontro daquilo que foi a questão também colocada pelo Senhor Deputado Paulo Gomes, relativamente aos circuitos logísticos. O grupo parlamentar do PS através dos deputados eleitos na ilha Terceira realizaram ao longo dos últimos meses e das últimas semanas, vários encontros e reuniões com entidades e com as juntas de freguesia, com as forças vivas da ilha Terceira, pelo que, ao discutirmos efetivamente o objeto que temos nesta sessão de perguntas relativamente aos investimentos urgentes a realizar na ilha, é com todo o fundamento que o que o fazemos.

E, ao discutirmos os investimentos urgentes, temos de ter em consideração uma necessidade que foi reportada por um número muito significativo das entidades que auscultamos, tem a ver com a beneficiação e pavimentação de muitas das estradas da ilha. E aquilo que ouvimos da parte do governo é que tem um projeto para uma única estrada. Nada disse sobre limpeza de estradas, de sumidouros, manilhas que já se encontram em estado comportável no Posto Santo. Nada disse relativamente à Terra Chã e ao caminho que liga a Fonte Faneca às Ladeiras. Nada disse sobre a intervenção que é necessária na Grotta dos Carneirinhos em Santa Bárbara. Nada disse sobre a reabilitação da estrada regional nas Fontinhas. Nada disse sobre a reabilitação da estrada regional entre o Largo da Igreja da Aqualva e o cruzamento das 4 Canadas. Nada disse sobre a reabilitação da estrada regional ente a rotunda do aeroporto e

freguesia de Vila Nova. Nada disse sobre a reabilitação da estrada regional entre a Barraca e São Sebastião. Nada disse sobre a construção de uma variante à Vila de São Sebastião.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Coisas que o senhor deixou de fazer!

O Orador: O Senhor Deputado João Bruto da Costa, pegou precisamente num aspeto eu ia dizer: dirão alguns que isto já vinha de trás, mas a questão é que houve já projetos feitos que foram deixados de trás e que nada foi feito. Mas, a Senhora Secretária, nesse aspeto, foi muito sincera porque disse...

Presidente: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... “está tudo em aberto”.

E, portanto, a questão aqui que se coloca é precisamente o que é que o governo regional pensa fazer relativamente a estas situações, que são consideradas urgentes pelas diversas entidades que tivemos oportunidade de contar ao longo dos últimos meses?

O desenvolvimento que a ilha registou nos últimos anos, contrasta agora efetivamente com o uma ilha votada ao esquecimento e profundamente negligenciada.

Este governo efetivamente encontra-se, ...

Presidente: Senhor Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: ... como já tivemos oportunidade de dizer, várias vezes aleado da realidade e aquilo que nós gostaríamos de saber era, para quando é que este governo pretende investir na ilha Terceira e de que modo pensa fazê-lo, considerando as necessidades que eu acabei de elencar?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor, Senhora Secretária.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Obrigada, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Tiago Lopes, o senhor, está mesmo convencido que essas obras todas que aí elencou, foram degradadas no último ano ou no último ano e meio? Está convencido disso?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Quando formulou a sua pergunta, quando pensou em colocar esta pergunta a este governo regional, não pensou que iria dar esta resposta? Isto é fruto de 24 anos de desmazelo, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

... de negligência nas estradas, de negligência nos portos, de negligência nos aeroportos, de negligência no parque automóvel, que é uma vergonha, de negligência no parque de máquinas pesadas, nos portos, nas gruas, que é uma vergonha, uma vergonha! O que os senhores deixaram 24 anos? É isso que o senhor disse aí! Isso que disse aí são 24 anos de Governo que não cuidou do que devia cuidar, das infraestruturas e de todos os equipamentos desta região.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

A Oradora: Esta é que é a realidade que todos os nossos serviços, conhecem e reiteraram porque nós estamos, efetivamente, sem uma máquina nova há muitos

anos, sem um automóvel novo há muitos anos, sem uma reparação em estradas há muitos anos.

Mas, quanto à resposta concreta, vou lhe dizer: nós temos no nosso orçamento rubricas para a manutenção que estão descentralizadas nas delegações de cada uma das ilhas. E é a partir daí que serão feitas as manutenções e as reparações.

E, portanto, têm resposta.

Deputado Tiago Lopes (PS): Os terceirenses é que estão sem resposta!

A Oradora: Vão ser feitas com a cadência que devem ser feitas.

Não vamos conseguir fazer em 4 anos, o que os senhores não fizeram em 24!

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional. Senhor Deputado José Contente pede a palavra para?

(*) **Deputado José Contente (PS):** Para uma interpelação, Senhor Presidente.

Presidente: Para uma interpelação. Faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Ao contrário do que muitos pensam, eu quero dar uma informação à Mesa porque eu raramente venho a debate em situações em que participei, mas a verdade, eu quero deixar essa informação no hemiciclo porque isto não é um ciclo de mentiras, é um hemiciclo de verdade.

E por isso, os governos a que eu tive a honra de participar ... Eu tenho de lhe dar essa informação.

Em 200...

Presidente: Senhor Deputado José Contente, ...

O Orador: Em 231,7 km de estradas regionais, nós intervimos em 200 km.

Isso é uma intervenção para ficar registada.

Presidente: Senhor Deputado, isso é uma intervenção, não é uma interpelação à Mesa, peço desculpa.

O Orador: É uma interpelação à Mesa para ficar a informação.

Presidente: Peço desculpa...

Senhoras e Senhores Deputados...

Senhor Deputado não é uma informação à Mesa, é despropositada e não tem nada a ver com o que nós estamos a tratar e, portanto, eu não lhe vou dar a palavra para esse tipo de interpelação.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Eu não lhe vou dar a palavra para esse tipo de interpelação, peço desculpa.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado José Contente (PS): Eu dei uma informação.

Presidente: Para colocar uma questão tem a palavra o Senhor Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Senhor Presidente. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Há bastante mais de uma década que o Bloco de Esquerda tem vindo a insistir e a alertar na posição de que a situação geoestratégica da região e dos Açores, como é óbvio, e as infraestruturas ligadas à base das Lajes têm de estar ao serviço da economia.

(Diálogo na Sala)

Eu vou repetir, peço desculpa, Senhor Presidente, mas a distração, o ruído da sala distraiu-me da intervenção.

Há mais de uma década que o Bloco de Esquerda tem vindo a insistir que a posição geoestratégica dos Açores e as infraestruturas da base das Lajes têm de estar ao serviço da economia da região.

Continuamos a defender que os Açores não podem estar reféns dos interesses dos Estados Unidos, que retiram possibilidades à região. Em sucessivas campanhas eleitorais no debate parlamentar temos insistido nas vantagens de uma aposta num modelo económico diferente, um modelo de desenvolvimento que tire partido da posição geoestratégica dos Açores e das suas potencialidades, ao nível das condições únicas para uma aposta no conhecimento, particularmente virado para o estudo do mar e do clima, em 2 áreas determinantes para o futuro da economia e da humanidade. Há poucos dias, um reconhecido e respeitado especialista em política internacional, o açoriano Miguel Monjardino, a propósito do seu mais recente livro, revelou numa entrevista que o caminho para a base das Lajes pode estar na interação entre mar e atmosfera, referindo que essa é uma grande possibilidade que nós temos, referindo, e cito, que essa é a grande possibilidade que nós temos, obviamente, levará tempo, mas é algo que permanece e que dá origem, lentamente a empregos qualificados.

Em sentido contrário, o governo regional, pela voz do seu Vice-Presidente, acaba de se congratular com a possibilidade, ainda que remota, da base das Lajes, voltar a receber familiares de militares.

O Senhor Vice-Presidente, afirmou ainda, e sem corar, que esta possibilidade de voltar a haver militares com as suas famílias na terceira é resultado da insistência que tem sido feita, e cito, “no âmbito das reuniões da comissão bilateral permanente”.

Em 2021, o Senhor Vice-Presidente, dizia, cito: “temos de ser mais determinados e duros na negociação com os Estados Unidos.” Mas, pouco mais de um ano, fica já satisfeito com a hipótese remota de voltar a haver algumas famílias de militares norte-americanos nas Lajes.

Note-se, que o próprio comandante norte-americano referiu que abrir 45 vagas, seria ganhar a lotaria e se conseguisse uma já era positivo. São estas declarações que deixam o Governo satisfeito.

O Bloco de Esquerda lamenta esta visão curta e provinciana, sem perspetivas de desenvolvimento futuro.

Miguel Monjardino, na mesma entrevista que referi há pouco, disse também o seguinte, a pergunta que devemos fazer, e cito, não é, o que a América pode fazer por nós, mas o que nós, portugueses, queremos para os Açores? A resposta depende de nós.

Senhor Vice-Presidente, vai o governo regional deixar a ilha Terceira, permanentemente, refém das vontades e humores da administração norte-americana?

Presidente: Senhor Deputado, tem de terminar, faz favor.

O Orador: Termino já, Senhor Presidente.

Ou vai colocar os interesses da ilha em primeiro lugar, apostando no conhecimento, na ciência e em atividades civis que possam efetivamente trazer novas oportunidades à ilha Terceira?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Vice-Presidente do Governo. Faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Usou, Vossa Excelência, dois adjetivos: corar e provinciano.

Devolvo-os com a dupla intensidade. Quanto a provinciano, Senhor Deputado, a imagem e o discurso falam por si.

Deputado António Lima (BE): O que é que o senhor quer dizer com isso?

O Orador: Quanto a corar, o senhor devia corar porque o seu partido na Assembleia da República quando teve nas mãos essa questão, quando o senhor tinha uma palavra a dizer nos Negócios Estrangeiros, o senhor não fez nada. E, por isso, provinciano na atitude, no comportamento é o Senhor Deputado António Lima. O senhor usa essa linguagem brejeira para vir aqui e depois ofende se quando a devolvem, mas estou a devolvê-lo com cuidado porque o senhor merecia que a devolvessem com intensidade, Senhor Deputado António Lima.

E, por isso a sua pergunta sobre o livro do Doutor Miguel Monjardino, faça ao senhor Doutor Miguel Monjardino, que ele lhe responde.

Sobre a opinião que o Doutor Miguel Monjardino tem sobre a base das Lajes, o senhor faça a questão ao Senhor Doutor Miguel Monjardino. Enquadrou aqui que ele defende isto e defende aquilo.

Quanto aos postos de trabalho na base das Lajes, sim senhor, estou muito satisfeito, reitero, espero que voltem a aumentar porque realmente a saída da base das Lajes, dos americanos do contingente americano foi um rude golpe na economia da Terceira. Vou-me abster de mais comentários para o senhor não dizer que eu estou sempre a falar do passado, onde o senhor tem culpas próprias e os sindicatos que o senhor defende.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.

Para formular uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata continue a celebrar o derrube do muro da praxe das maiorias absolutas e de uma representação parlamentar colocar as perguntas que bem entender, assim como os grupos parlamentares.

Considero que é da maior importância, que é uma alteração muito significativa que se verificou nesta legislatura.

Mas, devo dizer que, no âmbito, dos investimentos que são urgentes, dos investimentos que é necessário realizar, há algo que me tem preocupado todos estes anos, que foi o facto dos Açores terem condições extraordinárias, do ponto de vista, das energias renováveis e de não ter sido feito o trabalho necessário. Ou seja, é necessário aproveitar plenamente este potencial.

Já não falo em questões direccionadas para a Terceira. Já não falo na ilha do Corvo, que só agora, nesta Legislatura é que conta com um significativo investimento nas renováveis, quando era uma que, até à atual legislatura, estava fora desse investimento, que é investimento estratégico para a região, para o país e para a Europa.

Mas na terceira, a perspetiva que eu tenho, que os especialistas transmitem é que existiu sempre um grande potencial e que esse potencial não foi devidamente valorizado pelos anteriores governos do Partido Socialista, não foi devidamente valorizado do ponto de vista do investimento que era necessário fazer.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é verdade! Falso!

O Orador: Por isso, eu coloco a questão ao governo regional: que investimentos estão previstos, no âmbito, da EDA Renováveis? Que investimentos estão previstos na Terceira para estes anos desta Legislatura e a médio prazo?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Paulo Estêvão, agradeço a sua questão e, desde já, lhe digo que, nós através da EDA, obviamente, e com o apoio do PRR, temos dado um grande relevo aos investimentos em energias renováveis, de várias ordens, desde os incentivos à autoprodução e autoconsumo, generalizadamente, para toda a região, ao investimento em energias renováveis em toda a região, desde logo na ilha Graciosa, que é a ilha modelo, que já consegue estar mais de sete dias em autonomia completa e a produzir energia elétrica com fontes renováveis de energia.

E, voltando à questão que colocou e da ilha Terceira, devo dizer que, neste momento, a energia renovável na ilha Terceira está nos 38.4% da produção.

E em termos de investimentos, aquilo que está previsto por parte da empresa de eletricidade dos Açores e vai ser já inaugurado brevemente, no próximo mês de março, um conjunto de baterias, portanto, de sistema de armazenamento, no valor de cerca de 14 milhões de euros.

Estão previstos também investimentos, depois dos novos furos feitos na geotermia e que ainda estão em apreciação e análise, relativamente ao débito que é possível retirar desses furos, mas, sendo possível, e se assim for permitido, em termos de produção de calor, estão previstos investimentos no valor de 22 milhões de euros.

Tudo em termos de investimento a médio e longo prazo do plano atual da EDA. Também em termos de aproveitamento de recursos eólicos e fotovoltaicos, estão previstos 9 milhões de euros para aproveitamento destes recursos, para ampliação do parque eólico da EDA, embora também, e aqui não está o valor,

haja uma intenção de investimento para ampliação do parque eólico privado que existe hoje também na ilha Terceira.

Por outro lado, ainda, haverá algum aproveitamento de recursos hídricos, potenciar aquilo que existe hoje ao nível de otimizar o aproveitamento dos recursos hídricos na ilha Terceira e essa melhoria de eficiência vai ter um investimento da ordem dos 260 mil euros.

Portanto, grosso modo, estamos aqui a falar de investimentos da ordem um pouco superiores a 50 milhões de euros.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Vamos fazer um intervalo, regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 39 minutos.

Presidente: Senhoras e Senhores Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 02 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade à nossa Sessão de Perguntas. Estava inscrito o Senhor Deputado Pedro Neves, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Esta Sessão de Perguntas é feita relativamente a políticas de desenvolvimento sustentável e o crescimento socioeconómico na ilha Terceira. Mas estamos aqui a falar de estradas, *estradinhas* e ruelas, quando à partida, eu acho que temos de ter um pensamento mais macro e para ser sustentável, temos de pensar a longo prazo e não a curto prazo e não pensar em legislaturas de 4 anos e deixar a ilha Terceira menos relevante pelas políticas do passado, pela falta de estratégia da ilha da Terceira e que está a perder, obviamente, a sua relevância a nível regional e a nível nacional.

Não sou eu que digo, é o senso que diz, é o comportamento demográfico na Região Autónoma dos Açores e, nomeadamente, na ilha Terceira, que em termos de taxa de índice, está acima da média da Região Autónoma dos Açores. Perdemos 3200 habitantes. Além de perder 3200 habitantes, temos algo mais preocupante. O índice de envelhecimento, neste caso, por cada 100 jovens, tínhamos 84 idosos. Estava ótimo em 2011. Neste momento, temos 142 idosos para cada 100 jovens.

Além de estarmos a perder residentes na ilha Terceira, estamos a perder habitantes, estamos a perder residentes que podem nos dar a sustentabilidade a longo prazo do crescimento socioeconómico da ilha Terceira.

Não estamos a conseguir cativar os jovens, não estamos sequer a conseguir fixar ou que os jovens terceirenses não saiam dessa ilha. Obviamente, não vou dar culpa disto a este governo. Isto tem raízes, algo mais ramificado do que apenas estes dois anos. São políticas ou a falta de estratégia que houve para a ilha Terceira, comparativamente com São Miguel.

E aí temos um problema, porque os empresários na ilha Terceira dizem que falta pessoas qualificadas. Sejam pessoas qualificadas, tanto em termos de habilitações académicas, mas mesmo qualificação de técnicos. Nós não temos essas pessoas na ilha Terceira. Os nossos jovens estão a sair da ilha Terceira e eu não vejo que uma estrada possa resolver o problema, a longo prazo, para a

ilha Terceira. Temos de dar um pouco mais de relevância relativamente à parte estratégica desta ilha.

E ouvi várias vários argumentos neste plenário, mas eu vejo que estamos a ter um pensamento micro, a pensar em *estradinhas*, a pensar em betão como se isso fosse sustentável, em termos de crescimento económico.

Não é isso que cativa as pessoas! O que cativa são infraestruturas, mas não são infraestruturas de betão. São infraestruturas que deem às pessoas as condições necessárias para que as pessoas queiram ficar lá. E isso não está a acontecer e essas políticas não são, nem de há 2 anos, nem sequer há 10 anos.

Presidente: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: São políticas de mais de 20 anos.

Pergunto, neste caso ao Senhor Vice-Presidente, que está a representar o Senhor Presidente do Governo e porque isto é multi tutela: Tem algum plano estratégico para a ilha Terceira para não perder a sua relevância na Região Autónoma dos Açores e conseguir, neste caso, anular as políticas do passado relativamente a esta ilha, para que nós tenhamos mais oportunidades em termos setoriais, tanto em termos de emprego, mas também para conseguir contrariar o comportamento demográfico, para que a gente não perca os nossos ativos na ilha Terceira, nomeadamente as pessoas que estejam na parte laboral, seja dos 18 até aos 65 anos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Vice-Presidente do Governo, faça favor.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Artur Lima*): Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Pedro Neves, realmente é uma preocupação que comungamos todos, do despovoamento da Região Autónoma dos Açores.

A Terceira perdeu gente. Infelizmente, não é um problema só da Terceira. Estamos, efetivamente, atentos a esse problema. O Senhor Presidente do Governo já anunciou isso, como se lembra e bem, recordou aqui, há cerca de um ano atrás.

É um problema de fixação dos nossos jovens que não voltam e é preciso criar condições para eles se fixarem, de emprego qualificado, de condições atrativas. Estamos a fazer isso, por exemplo, com os professores, regularizar as suas carreiras para ficarem cá, para não irem embora. Estamos a fazer isto com os médicos, estamos a fazer com os enfermeiros, com os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, que já regularizamos e dignificamos as suas carreiras. Estamos a fixar gente.

É o suficiente? Não é!

É preciso ir em progresso, mais além. E, devo dizer que, para a Terceira, Senhor Deputado Pedro Neves, temos um investimento que eu acho muito estrutural, que é um investimento na habitação para fixar o arrendamento com opção de compra das casas dos americanos, vamos agora já no PRR, eu já tinha dito aqui volto a repetir, são 98 casas, só do antigo bairro Nascer do Sol, essas vão diretamente para o PRR e vão para arrendamento para opção de compra para a classe média.

Eu acho que é um grande investimento, é estrutural para fixar gente. É suficiente, não é? Temos depois ir a outros sectores onde já foi aqui referido, indústria naval, etc, que possamos, nas diversas áreas, fixar gente.

Esse é de facto um problema dos Açores. O despovoamento é um problema dos Açores.

Mas, também se nota, Senhor Deputado Pedro Neves, e deve ter visto isto na análise que fez e concordará comigo, que o problema, claro a taxa de fertilidade diminuiu, caiu drasticamente nos Açores e em Portugal, mas pior do que isso, foi na última década os jovens que não voltaram e isso está estudado e está-se a

estudar esse assunto, que é complexo. Identificá-los e porque é que não voltaram? Alguns deles nós sabemos porquê. Era capaz até de lhe dar exemplos pessoais, mas não vou aqui dar, mas é preciso criar condições de atratividade para que eles fiquem na Região Autónoma dos Açores.

É uma região extraordinária para se viver. Estas ilhas são extraordinárias, mas eles precisam de outras coisas, de eventos culturais.

Esta medida também, que eu acho que é estrutural e que pode ter efeitos, que são as creches gratuitas, ou seja, se na ilha Terceira, neste caso específico e respondendo diretamente à sua pergunta, se os jovens casais não pagarem a creche dos filhos, se tiverem acesso a uma habitação condigna, vamos ter também o loteamento de São Brás, muito em breve, são mais 14 moradias para autoconstrução, que também vamos investir.

Portanto, vamos ter na ilha Terceira, a muito curto prazo, cerca de 150 casas no mercado para arrendamento a preços acessíveis.

As famílias não pagando creche para os filhos, Senhor Deputado, não é a panaceia para todos os males, não é a solução, mas é um grande incentivo a que se fixem jovens casais e jovens, mesmo não sendo casais, na ilha Terceira.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Vice-Presidente.

Para colocar uma questão, tem a palavra o Senhor Deputado Luís Soares.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Em primeiro lugar, agradecer ao Senhor Deputado Nuno Barata esta Sessão de Perguntas e a oportunidade que nos dá, de estarmos aqui a debater a ilha Terceira.

Como o Senhor Deputado começou com os portos, eu se calhar, termino também com os portos e com o porto da Praia. Com o porto da Praia e exatamente com a zona de reparação, conservação e manutenção naval do porto da Praia, que me parece ser – por aquilo que eu auscultei das várias pessoas com quem falei - parece-nos ser uma zona muito próspera para a economia terceirense e dali pode trazer muitas mais-valias à economia terceirense.

O porto da Praia, a zona de reparação naval varou o último barco há cerca de 6 anos e terá sido o Cecília A, já agora, ficam com a informação, foi o Cecília.

Porque é que deixou de varar barcos naquela zona? Porque houve uma avaria no hidrolift, como já disse o Senhor Deputado Nuno Barata. Uma avaria que, há altura, a reparação custaria cerca de 30000€ e então nunca foi efetuada a essa reparação. O hidrolift ficou inoperacional e ficou tudo inoperacional.

Naquela altura, aquela infraestrutura dispunha de dois geradores de 600 KVA, um gerador de 400 KVA, 36 bocas de incêndio alimentadas por um tanque de 30000 litros, com um sistema secundário de redundância que podia aproveitar a água salgada. O Arquipélago pegou fogo no porto da Praia e foi lá extinto o incêndio.

Portanto, por uma avaria de 30000 €, hoje, não existem geradores porto da Praia. Foram todos vandalizados, roubados, desapareceram, não existem!

As bocas de incêndio foram arrancadas.

O hidrolift já não é só os 30000 € das válvulas de segurança, está completamente calcinado, portanto, aquela infraestrutura precisa realmente de ser de ser viabilizada e precisa de um investimento que não será pouco.

Mas, não será pouco, mas é rentável e tem de ser rentável.

Reparem que, pouco antes de avariar, esteve ali uma embarcação de pesca espanhola que estava a fazer testes da pesca do camarão a Norte dos Açores e pôs lá uma embarcação em reparação. Durante um mês, terá deixado na economia praiense, terceirense, açoriana cerca de 1 milhão de euros! Aquele armador tinha 12 embarcações!

Mesmo assim, ele diz que ficou apenas 1/3 do preço que seria reparar aquela embarcação em qualquer estaleiro de Portugal e da Europa, inclusive Viana.

Portanto, aquela infraestrutura precisa, urgentemente, de ser reativada e a pergunta que lhe deixo, Senhora Secretária, é se o Governo Regional dos Açores já contabilizou quanto custará reativar aquela estrutura e, se já ponderou, ou até, se existem particulares interessados em explorar aquela infraestrutura?

Muito obrigado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Tem a palavra a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Muito obrigada, Senhor Deputado Luís Soares pela questão que coloca e que, de alguma maneira, já foi aqui abordada e até lhe agradeço os detalhes com que apresentou aqui a situação do estaleiro da reparação naval na Praia da Vitória,

se é que agente lhe pode chamar isso, porque o que lá está, efetivamente, não passa de um conjunto de - como se costuma dizer - ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Sucata!

A Oradora: ...sucata que, efetivamente, não tem qualquer tipo de aplicação, neste momento.

E, portanto, a reiterava aqui de alguma forma aquilo que já foi dito, no sentido que é preciso ter uma visão estratégica para o porto da Praia da Vitória.

E essa visão estratégica passa necessariamente pela utilização de um conjunto de terraplenos que são uma mais-valia considerável que existe naquele porto e que não existe em nenhum outro porto da região. Não há dúvida nenhuma sobre isso.

É essa mais-valia que tem de ser colocada ao serviço da ilha Terceira, ao serviço dos empresários, ao serviço da atividade económica da Terceira e dos Açores.

E, portanto, desde a reparação naval, ao parque de invernagem, inclusivamente, a uma instalação logística que, aí sim, posso dizer que há manifestações de interesse para, através do porto, da Praia da Vitória, poder fazer transferência de bens para outras ilhas ou mesmo para o continente ou para qualquer outra parte do mundo, eu penso e considero e, não só considero, como vou fazer tudo o que estiver ao meu alcance, para que o porto da Praia da Vitória tenha o lugar que merece e as potencialidades sejam, efetivamente, concretizadas a bem da Terceira e dos Açores. Isso é que nós temos de fazer!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E, como eu gosto de concretizar, eu acho que o primeiro passo é ter essa visão estratégica.

Já foi pedida à Portos dos Açores que apresente, faça os estudos, como eu aqui já referi, que faça prospeção de mercado, que verifique o interesse que há, que tipo de interesse é que há para nos orientarmos para essas manifestações de interesse, para podermos criar condições de preferência para concessionar a privados algumas dessas atividades. Porque a Portos não pode, obviamente, ter uma estrutura para cobrir todas essas necessidades. Não pode, nem deve!

Deve criar oportunidades à iniciativa privada.

E, portanto, nesse sentido, nós - e penso que nos acompanham nisso - temos que, rapidamente, e avançar com um plano de visão e de ordenamento dos espaços para podermos avançar para as concessões.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições para esta pergunta número 2, no âmbito do objeto primeiro?

(Pausa)

Não havendo, vamos avançar para a terceira pergunta dentro deste objeto. Faça favor, Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Ontem falamos aqui de pobreza, muitos têm falado também de mobilidade social, de elevador social e de educação, como elevador social.

Eu visitei escolas, na ilha Terceira, como visitei nas outras ilhas todas até agora e aquilo que fui encontrar, até as novas estão velhas! Até as novas estão velhas! É mesmo para rir.

Francisco Ferreira Drummond tem o auditório encerrado porque chove lá dentro. As salas do primeiro ciclo têm baldes e toalhas pelo chão para apagar a água da chuva.

A dos Biscoitos, por exemplo, já recebeu três ou quatro visitas de técnicos das obras públicas, mas até agora, nada.

E isso é o se pretende saber é, para quanto uma intervenção nessas escolas, de modo a pô-los a funcionar com dignidade, pelo menos para os seus alunos, para o corpo docente e para o corpo não docente?

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e demais Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, agradeço a sua questão, sendo que, retomando as suas palavras, no início desta sessão de perguntas, Vossa Excelência fez referência a que a situação que encontrou na ilha Terceira foi muito similar à situação de outras ilhas do arquipélago. E é isso mesmo que trago aqui à colação nesta intervenção, a situação no que concerne às escolas da ilha Terceira, infelizmente, é comum e transversal ao nosso arquipélago. Isso mesmo, nós tivemos o cuidado de evidenciar, logo no início do nosso mandato. E, portanto, aquilo que temos feito e têm vindo a ser intervenções de fundo nas escolas que o requeriam, com construções de novos edifícios e pavilhões e aproveitando até fundos comunitários que seriam desperdiçados caso, nesta

ultima oportunidade que até então tínhamos, de aproveitar o 2020 de podermos lançá-los, como foi o caso, por exemplo, da EBI de Arrifes e, para além disso, acudir a questões de emergência, no que concerne à gestão das escolas, cuja intervenção sem a qual, nós teríamos situações muito complexas de funcionamento. Falo de situações tão complexas quanto infiltrações que inviabilizam mesmo a prática letiva. Falo de circunstâncias como problemas gravíssimos em quadros elétricos, na iminência de deixarem de funcionar ou até mesmo se incendiarem. Falo de questões gravíssimas de fugas de água que tivemos de acolher. E, portanto, isto fruto de vários anos sem qualquer iniciativa de manutenção dos nossos edifícios.

No que concerne à ilha Terceira, este acompanhamento tem sido feito a nível de emergência e também de material.

Já agora, porque também é disso que se fala das condições, e o senhor deputado fez referência às condições dos nossos alunos, dou-lhe por exemplo, o caso da Vitorino méσιο, que é uma escola de arquitetura complexa e que não tinha a possibilidade de acesso aos patamares superiores de alunos com deficiência, ao nível da mobilidade. Um caso tão simples quanto esse, que exigiu uma intervenção do nosso governo, no sentido de nós podermos dotar a escola de uma plataforma elevatória para que qualquer aluno, qualquer funcionário, qualquer trabalhador daquela escola possa aceder ao piso superior com total autonomia, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Está bem construída!

A Oradora: ... sem depender de terceiros, que era o que estava a acontecer.

Infelizmente, Senhoras e Senhores Deputados, é este o cenário das nossas escolas. É este o cenário que ainda contabilizou as nossas escolas para escolas do século XX e não para escolas do século XXI. Aliás, depois com um reforço, também tivemos de fazer e que estamos a fazer também em permanência à semelhança destas reparações, também podemos dotar as nossas escolas de

outros referenciais que permitam nós podermos utilizar com outra capacitação o acesso ao meio digital e que tem implicado um grande reforço em contínuo das vias de acesso ao meio digital.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para a réplica tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Vai sendo recorrente.

Eu faço uma pergunta, fazem uma viagem para escola vizinha para escola ao lado, resposta concreta, escola de Biscoitos - zero!

A escola já recebeu visita de técnicos da Secretaria – eu vou usar a terminologia “Obras Públicas” para não dizer “Junta Geral” -, mas novidade – zero! O Conselho Executivo não sabe o que é que vai acontecer. Não sabe que intervenção é que vai ser feita. Só recebeu lá uma visita ou outra para perceber onde é que se podia fazer um estaleiro ou onde não se podia fazer e a informação não é dada às pessoas concretamente. Como não me foi dada também agora aqui a resposta e isto vem sendo realmente já demasiado recorrente para o meu gosto.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Educação, faça o favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):**

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, quando faço referência à questão global da ilha Terceira é porque o que se sucede com a escola dos Biscoitos também acontece

noutras escolas e, portanto, nós temos de ter esta visão mais alargada das intervenções.

Mas, no que concerne, em específico, à EBI dos Biscoitos, nós temos lá estado por diversas vezes, quer nas emergências que temos tido de acudir, quer no plano de reparações e de manutenções à própria, EBI dos Biscoito e temos prevista uma intervenção, até final deste próprio ano.

E, portanto, respondendo muito concretamente à situação em específico da EBI dos Biscoitos, que o senhor agora aqui suscitou. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Senhor Deputado Francisco Coelho, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo: Senhor Presidente, eu devo-lhe dizer que estou um pouco preocupado.

Eu estou preocupado que, contra a sua vontade, contra - tenho a certeza - a vontade do proponente e a nossa, nós estejamos aqui de forma subtil e mais ou menos insensível a criar uma nova figura regimental. Porque, em bom rigor, o proponente e as senhoras e os senhores deputados, fazem perguntas a este Governo. Mas, este Governo responde-nos fazendo o julgamento revanchista dos governos falecidos democraticamente. Ou seja, corremos o risco de ter aqui uma espécie de missa negra parlamentar, em que se tenta culpar a todo o transe os governos que estiveram, os governos que democraticamente se extinguiram, os governos que prestaram contas ao povo. E, sob esse ponto de vista, ninguém melhor do que o Partido Socialista para estar à vontade. O julgamento popular é o julgamento definitivo. Depois de sete vitórias consecutivas nas eleições regionais, depois de o PSD não ganhar eleições regionais há mais de 30 anos, o Partido Socialista está muito bem com a sua consciência e com o julgamento do povo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: É claro, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo, é claro que nós percebemos o truque. Aliás, o truque não é inédito, é velho, só que começa a perder um bocadinho da sua eficácia devido ao seu uso e, sobretudo, ao seu abuso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tal como v.exa.!

O Orador: Ao querer falar-se dos governos anteriores, este Governo, obviamente, não quer falar do seu presente, dos seus dois anos, daquilo que tem feito.

Fala em questões genéricas, fala nas delegações, ainda não fez, mas nalgumas matérias nalgumas matérias, Senhoras e Senhores Deputados, como também se tem queixado e tem constatado o deputado proponente, a verdade é que estamos mal e estamos sobretudo mal na ilha Terceira. Ao nível de obras públicas, não me lembro de estarmos tão mal, eu espero que ninguém venha a ter saudades dos governos civis e das juntas gerais, no que diz respeito a obras públicas.

Não há nada, Senhora Secretária, tirando o Porto de Angra – uma herança, com certeza - que faz que anda e não anda, não há nada ao nível das obras públicas na Terceira.

E é preciso é termos respostas para isso, porque realmente aquele discurso já cansa, porque todos os governos existem para herdar...

Presidente: Senhor Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... situações e problemas. Este herdou, todos herdam!

Ao nível de escolas, nós herdamos escolas que eram ratoeiras sustentadas com cabos de aço, como a Francisco Ornelas da Câmara.

Nós queremos saber é o que é que este Governo vai fazer e, designadamente, o Senhor Secretário do Mar e das Pescas, falou na areia e estava preocupado com areia. ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é que é um verdadeiro camião de areia!

O Orador: Foi pena que o senhor não tivesse aproveitado essa areia, obviamente, devido a obras anteriores para na sequência do furacão Lorenzo e já que esteve tão perto, Senhor Secretário, poder reparar e consolidar o molhe de proteção, antes

Presidente: Senhor Deputado, tem de terminar.

O Orador: ... que ele desapareça.

Fico à espera de uma resposta da sua parte.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário.

Para responder, tem a palavra o Senhor Secretário Regional do Mar e Pescas.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João):** Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Senhor Deputado, relativamente à areia, aquilo que aqui referi foi uma dragagem que era necessária para ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Mas se quiserem falar de areia do vosso tempo, eu também sei falar de areia!

O Orador: ... operacionalizar o porto de pescas de São Mateus. Agora, vir aqui afirmar aquilo que o senhor diz, que não sei se é pergunta, se é provocação,

dizer que utilizasse essa areia para consolidar o molho, francamente, se é essa a questão que queria pôr...

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas vai consolidar o molhe quando? É essa a pergunta!

O Orador: Existe um levantamento feito das deficiências do molhe de São Mateus e também existe o levantamento que foi feito e que depois até foi feito por robôs, equipamentos que lá foram depois do Lorenzo e aquando Lourenço. Esse levantamento foi efetuado e, portanto, nós vamos incluir isso nas obras que decorrerem daquilo que for necessário para o reforço do molhe de São Mateus. Como sabe, está construído sobre areia, tem problemas estruturais e, portanto, é isso que nós temos de apurar e também sabemos que o levantamento que foi feito na altura não corresponde àquilo que se torna necessário para consolidar o dito molhe ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas quando é que vai fazer?

O Orador: Ó Senhor Deputado, pelo amor de Deus! Quando é que vamos fazer? Vamos fazer quando for oportuno, exatamente quando decorrerem as obras do Lorenzo com o levantamento que os senhores efetuaram.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Secretário Regional.

Pergunto aos grupos parlamentares que ainda podem fazer perguntas, neste âmbito do primeiro objeto...

Senhora Deputada Nídia Inácio, faça favor.

Deputada Nídia Inácio (IL): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começo por agradecer aqui ao Senhor Deputado da IL, Nuno Barata, por proporcionar esta oportunidade de estarmos aqui a falar, a refletir sobre a ilha Terceira, é um momento importante.

Relativamente ao parque escolar. O parque escolar da ilha Terceira realmente está com gravíssimos problemas e os problemas não cresceram nestes dois anos deste governo.

Portanto, eu tenho aqui uma questão aqui para a Senhora Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais e também para a Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, relativamente às escolas que estão inscritas no nosso orçamento.

Mas, antes de fazer a questão, gostaria de fazer aqui um reparo, dizer que este Governo, em dois anos não fez nada, é um abuso. É um abuso muito grande do Partido Socialista.

Ontem, aqui nesta Casa nesta Casa, o Senhor Vice-Presidente, na sua exposição que fez sobre a pobreza, elencou diversas ações que fez para os Açores todos, incluindo para a nossa ilha Terceira.

No fim da tarde, também elenquei todas as ações que foram feitas para os Açores, incluindo a ilha Terceira, que faz parte dos Açores. Portanto, houve em dois anos, este Governo já fez muita coisa e tem muita coisa para fazer.

Tem um parque escolar que em 24 anos foi-se degradando, degradando, até à data.

Fala-se em obras novas, fala-se em obras novas, fazer obra. A obra é importante e a manutenção da obra? Eu tenho uma questão, a manutenção do que já foi feito?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Obras, são importantes são! Mas, não nos podemos esquecer que nas nossas casas nós fazemos manutenção das nossas casas.

O governo regional fez obras, fez uma escola, a Escola Ferreira Drummond há 10 anos, como o Senhor Deputado Nuno Barata diz, que até baldes tem na sala de aula!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O auditório está fechado! Um auditório que foi pensado para servir a freguesia de São Sebastião. A freguesia de São Sebastião não pode usar aquele auditório porque o auditório está fechado.

Portanto, Senhora Secretária da Educação e Assuntos Culturais, gostava de saber se tem conhecimento de algum plano regional, que o PS fala muito em planos regionais, se há algum plano regional relativamente à manutenção dos edifícios escolares?

Portanto, para a Senhora Secretária do Turismo, Mobilidade e infraestruturas, gostava que partilhasse connosco as escolas que estão inscritas no plano e as escolas que estão a ser intervencionadas, que brevemente serão intervencionadas ...

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: ... por este Governo, que em 24 anos não foram.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Senhora Deputada.

Para responder tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*):

Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e demais Membros do Governo:

Senhora Deputada Nídia Inácio, obrigada pela questão, porque efetivamente este é o nosso grande problema.

Nós, quando temos de enquadrar a situação em que nos encontramos, é porque nos encontramos numa condição de termos de acudir a situações de emergência, como eu há bocadinho referi, de estarmos em vias de ter, por exemplo, um dia em que acordo de manhã tenho o Presidente do Executivo a dizer-me, que tem o quadro da eletricidade a arder.

E, portanto, são essas questões que resultam de anos e anos de desinvestimento e que levam a que nós, ao invés de podermos estar a desenvolver um plano de reabilitação num determinado sentido, tenhamos de redefinir tudo para acolhermos àquilo que são as reais emergências.

E, portanto, não tem a ver com o sacudirmos de cima das nossas, as nossas responsabilidades. Pelo contrário, Senhor Deputado Francisco Coelho, ...

Deputado Berto Messias (*PS*): Sra. Secretária responda à Sra. Deputada Nídia Inácio!

A Oradora: ... é exatamente o assumimos as responsabilidades de que existem questões de intervenção imediata e absolutamente urgente que condicionam a

intervenção desse governo e que fazem com que nós tenhamos de redefinir toda uma estratégia de apoio às reabilitações escolares.

No que concerne à situação em concreto, Senhora Deputada Nídia Inácio, nós não temos um plano de intervenção. Nós tínhamos um apontamento de várias situações deficitárias, como tive há bocadinho a oportunidade de referir, em todas as escolas da ilha Terceira e que estão a conduzir a um plano de reabilitação da nossa parte.

Existem reabilitações e manutenções que são da competência dos próprios conselhos executivos das nossas escolas. Eles continuam a fazê-lo. O problema é quando nós estamos perante reabilitações, cujo montante previsto para a sua reabilitação é de tal ordem, que ultrapassa as próprias competências do Conselho Executivo e esse trabalho está a ser desenvolvido por nós com a intervenção faseada, como foi dado o exemplo há pouco da EBI dos Biscoitos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Vamos avançar para o segundo objeto: política social e cultural. Tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Vamos continuar nas escolas, vamos continuar no tal elevador social e vamos falar, Senhora, Secretária, de uma coisa que a senhora já aqui respondeu várias vezes com números, com soluções, mas que na prática, como dizia, a teoria é outra.

Todas as escolas que visitei nos últimos dias, quer na Terceira, quer fora da Terceira, têm falta de auxiliares, todas.

Ainda hoje, foi notícia nas redes sociais na Vitorino Nemésio, que Vossa Excelência ainda há pouco referiu, um pai que entrou na escola e foi até a Secretária, não encontrou um único auxiliar pelo caminho. Portão aberto, circulou.

Perguntava este pai, no fim da sua viagem: “eu ia a bem, mas e se eu fosse a mal?”. E o que pergunto, Senhora Secretária, é como vai resolver, de facto, o problema da falta de assistentes operacionais nas escolas dos Açores, nomeadamente naquelas escolas que têm tido problemas e que nós todos conhecemos e que são públicos, não vale a pena escamotear? Há problemas graves a acontecerem nas escolas dos Açores e não há auxiliares nas escolas dos Açores para fazerem face a esses problemas, para fazerem face sequer àquilo que aprovámos nessa Casa, há dias, que é, por exemplo, a educação inclusiva, que vai requerer mais apoio, mais gente no terreno, mais gente a trabalhar com essas crianças que merecem e precisam.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder, tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Educação, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Obrigada, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e demais Membros do Governo:

Senhor Deputado Nuno Barata, de uma forma muito objetiva, só há uma forma de nós podermos resolver o problema relativamente ao pessoal da ação educativa e essa forma passa por nós termos uma dotação em quadro suficiente. E foi, precisamente, o trabalho que este Governo tem vindo a fazer ao longo destes dois anos, revermos e dotarmos os quadros, de forma a nós podermos ter estabilidade com contratos a tempo indeterminado de pessoal de ação educativa e não recorrendo a programas ocupacionais de preferência.

Deputado Berto Messias (PS): Uma cativação de 25% não ver ser possível! Não há milagres! Acho que a Sra. está a ser enganada pelo Sr. Secretário das Finanças!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: E têm sido exatamente nessa medida, Senhor Deputado, Senhoras e Senhores Deputados, que nós, nestes anos, já reforçamos as nossas escolas com 700 contratos a tempo indeterminado em pessoal da ação educativa, entre os assistentes operacionais e técnicos e terapeutas.

E esse é um esforço que não tinha paralelos nos governo anteriores.

Situação bem diferente, é a situação que resulta de faltas e de ausências prolongadas de curta duração. Aí sim, nós podemos recorrer a programas ocupacionais, mas não fazemos ao contrário. O contrário, que era o que era hábito, e aí digo com muito orgulho que assumimos uma postura diferente, o contrário é quando nós tínhamos as nossas escolas, todas dotadas com programas ocupacionais. Nós agora o que fizemos? As nossas escolas estão dotadas com quadros e, quando necessário, a sua substituição, então aí temos os programas ocupacionais.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

E é nessa exata medida que nós nos deparamos com alguns problemas, é quando as situações de falta implicam, então um recurso a assistentes operacionais.

E deixem-me dizer para que não haja aqui uma qualquer tentação de referir que não existem assistentes operacionais nas nossas escolas, neste momento, nós temos, para além dos quadros que reforçamos em exercício de funções, 253 trabalhadores em programas nas nossas escolas.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Para a réplica tem a palavra o Senhor Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Senhora Secretária Regional, eu aprendi em muito novo que, em estatística, a senhora almoçou duas galinhas, eu almocei dois chicharros. estatisticamente cada um de nós comeu uma galinha e um chicharro. E é isto que a senhora tem feito ao longo dessa legislatura toda, a senhora atira números, aliás, não é só a senhora, é o Governo Regional dos Açores, atira números aqui para o Hemiciclo, quando nós vamos ao terreno, não é bem assim.

Vamos à escola de São Sebastião: de 33 passou para 20, reduziram 13 assistentes operacionais naquela escola.

Quantos concursos abriu? Quantas pessoas meteu? Eu não estou falando dos cinco que estão de baixas e as duas baixas prolongadas, porque esses sete, nós sabemos qual é o problema. A questão é porque estão de baixa prolongada, nós temos de recorrer a contratação. Eu estou falando é daqueles que fazem mesmo falta.

E, já agora, Senhora Secretária, eu não sou grande amigo de programas ocupacionais, aliás, eu aqui denunciei que era uma forma de pagar despesa corrente, fingindo que era despesa de capital, eu não sou grande amigo de

programas ocupacionais, agora, também há uma coisa que eu aprendi desde muito novo é que os desmames não se fazem de uma vez só, os desmames têm que se ir fazendo devagarinho, se não vai-se criar mais problemas do que soluções. E foi isso que aconteceu. Os senhores quiseram acabar com os programas ocupacionais *tout court*, à pressa, era uma questão ideológica, “acabe-se com isso” e agora, afinal, têm de recorrer aos programas ocupacionais e não há assistentes operacionais nas escolas. É que não há Senhora Secretária, não há, basta ir às escolas falar com as pessoas e é a primeira reclamação que nos fazem, ponto. Eu não inventei isso, eu não descobri por uma notícia da televisão. Eu fui às escolas, falei com os conselhos executivos e, pior do que as obras, é a falta de assistentes operacionais, é a falta de gente para acompanhar as crianças e a falta de gente para tomar conta das crianças no recreio, nas salas de aula, às vezes, de acompanhar os pais, de acompanhar toda a comunidade escolar. Não há falta? A senhora escusa de vir aqui, demonstrar com números que está tudo resolvido, porque não está! Não está!

A Senhora pode me dizer que é preciso de mais dinheiro no orçamento! Pois, olhe, não gaste os 10 milhões no Açores + e gaste na educação!

Não gaste uma data de dinheiro que está por aí mal gasto e gaste na educação. Tenha mais força dentro do seu governo, mas resolva o problema de educação, já que a educação é, de facto, o tal elevador social que toda a gente defende.

Nunca gostei tanto do Senhor Deputado Paulo Estêvão, bem bom que ele diz isso, nunca se gastou tanto, a fazer tão pouco!

Deputado Berto Messias (PS): Está tudo cativado!

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para a resposta tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Educação.

(*) **Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Uma vez que o Senhor Deputado Nuno Barata fez referência à utilização da estatística, começarei também na minha resposta pela referência à utilização da estatística e, no caso em concreto, da situação da escola que colocou.

Se nós, numa escola com, sensivelmente, 400 alunos, 450 alunos, se aplicássemos a definição de rácio ...

Deputada Ana Luís (PS): Por isso foram sempre mais que os ratios!

A Oradora: ...que estava em vigor, a dividir por 50, nós não tínhamos 10 assistentes operacionais em quadro daquela escola. E daí fazemos essa referência. Faziam com quê? Com programas ocupacionais, senhora deputada, era isso que faziam! Tinham um quadro pelos mínimos e colocavam assistentes operacionais, programas operacionais. Era isso que faziam.

Usando o seu paralelismo, senhor deputado, aqui não há um frango que a dividir por dois pudesse dar metade, quando só um é que come e o outro não come nada!

Ao contrário do que acontecia anteriormente, nós definimos uma fórmula que, para além de ter em consideração o número de alunos, que era o único critério existente, nós passamos a ter em consideração a tipologia desses alunos. Um aluno com necessidades educativas especiais é um aluno com necessidades acrescidas, relativamente um aluno que não as têm. Os alunos do ensino artístico também têm implicações adicionais que não eram consideradas e, portanto, com modos de incremento relativamente a essas situações.

Passamos a considerar quantos estabelecimentos de ensino unidade orgânica tem, que não existia. É completamente diferente compararmos a situação de uma EBI da Praia da Vitória, por exemplo, que é uma escola que tem vários estabelecimentos do primeiro ciclo, espalhados ao longo de todo o concelho ou, por exemplo, a escola de São Sebastião, que é um edifício único e isso tem de

refletir-se nos números das nossas escolas e na diferenciação que é feita nas nossas escolas. É completamente diferente e isso não era considerado qual era o regime de funcionamento da própria escola. Se a escola tinha regime noturno, se não tinha regime noturno, se tinha ginásios com balneários que requeressem a presença, ou não, de assistentes operacionais, se tinha contratos, ou não, relativamente ao fornecimento de refeições, etc. Temo saqui vários outros exemplos.

E, portanto, acusar-nos de estarmos a aplicar uma média estatística para depois dividir por igual, é uma acusação que eu não aceito e refuto totalmente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Porque nós passamos a criar uma forma que tem em consideração a condição das nossas escolas.

E, não lhe disse, senhor deputado, em circunstância alguma, que nós não estamos, pelo contrário, nós estamos a acompanhar a situação e a condição das nossas escolas ao dia, porque, para além de nós dotarmos as escolas dos competentes e do número necessário para assistentes operacionais, nós temos de ir acompanhando as necessidades novas que vão surgindo, quer relativamente às faltas, quer relativamente a condições acrescidas de alunos que, entretanto se matriculem e esse é um trabalho que nós fazemos em contínuo com os conselhos executivos.

Muito obrigada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Tem a palavra o Senhor Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer, foi com surpresa que vi aqui referências a que não se deve falar no passado e no passado tão recente que terminou apenas há dois anos e cujas consequências se fazem repercutir, evidentemente, nos problemas que nós estamos a discutir.

Há quem queira que se lave o passado, que não se fale do passado e aqueles que não querem falar do passado é porque sabem que ele não é positivo, é porque sabem os problemas que deixaram a Região Autónoma dos Açores, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... porque se fosse bom, se fosse brilhante, queriam falar nele. Não querem porque não é positivo.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

E eu quero também dizer o seguinte, que hipocrisia, meus senhores! Muitos dos que aqui estão estiveram muitos anos no combate político a uma maioria absoluta, a um governo que demorou 24 anos, que hipocrisia! Todos os discursos começavam com a governação do PSD, já tinha terminado há 24 anos atrás e eu estou à vontade porque eu não sou do PSD, sou do PPM e ouvi este discurso constantemente.

Os anteriores presidentes dos governos regionais levavam a parte inicial, 2/3 do seu discurso, a criticar a governação do PSD, que já tinha terminado há mais de 20 anos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Falso! Não é verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: E todos sabem que é verdade!

Mais, meus senhores, essa agitação é porque os senhores estão a ouvir aquilo que não querem ouvir, mas vão continuar a ouvir porque em democracia é assim, nós temos direito à liberdade de expressão. Temos aqui o direito a dizer aquilo que pensamos e a transmitir aquela que é a nossa análise sobre os assuntos.

Quero dizer também que quando aqui se fala dos ocupados, que era um regime, afinal muito bom, diz a esquerda. Então, mas os senhores não querem combater a precariedade? Os senhores querem manter um sistema em que as pessoas nem tinham o direito à segurança social.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Isto é que era o futuro. Isto é que era defender os trabalhadores dos Açores, em que as pessoas não tinham direitos, não tinham férias. Era isto que se pretendia para o futuro dos Açores. Era isto que se pretendia eternizar. Era isto que era o futuro do modelo de desenvolvimento dos Açores, da construção de uma sociedade justa!

Está a diminuir o número de ocupados e muito bem. E ainda bem que este Governo está a conseguir fazer.

E, mais do que isso, era também positivo que em relação ao rendimento social de inserção, que diminuiu 30% em apenas dois anos, era positivo manter esta sociedade ...

Presidente: Agradeço que termine, Senhor Deputado.

O Orador: ... com um tão grande número de pessoas dependentes nesta área, era positivo ou esta redução foi extraordinária e foi algo que significa um êxito tremendo do governo porque está a arrancar estas pessoas do ponto de vista da pobreza.

Não é por acaso, e termino Senhor Presidente, que nós temos o maior número de empregados de sempre. É porque também temos menos ocupados, é porque tem menos gente no rendimento social de inserção, é porque estamos a ter êxito nestas políticas ...

Presidente: E a questão, Senhor Deputado?

O Orador: ... especificamente para a Terceira, Senhora Secretária, pergunto-lhe como é que evoluiu o número de desempregados, a evolução recente do número de desempregados?

Também lhe pergunto em relação à evolução do número de ocupados na Terceira e que, previamente, me faça também um contexto global desta matéria, para depois inserir aqueles que são os números da Terceira nesta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Para responder tem a palavra a Senhora Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

(*) Secretária Regional Juventude, Qualificação Profissional e emprego

(Maria João Carreiro): Muito obrigada, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo:

Senhor Deputado Paulo Estêvão, desde logo agradeço aqui a questão que é colocada e permita-me aqui fazer um enquadramento.

A Terceira faz parte de um todo, numa região com nove ilhas e, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): A sério?!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): No vosso tempo não fazia!

A Oradora: ... neste âmbito, importa aqui destacar a trajetória deste governo nas políticas de emprego, pela via da qualificação e de medidas de apoio à contratação, viando sempre aqui uma estabilidade laboral dos nossos açorianos. Para nós, o ocupado, naturalmente e como referiu e muito bem, é um precário. E mais precário é aquele ocupado que tem condições para integrar o mercado de trabalho e que foi usado de forma sequencial aqui por parte de algumas entidades, satisfazer uma necessidade permanente, não criando qualquer perspetiva para o futuro desse ocupado, que, na verdade, não tinha qualquer estabilidade, qualquer rumo estável e mais, nem poderia concorrer, digamos, a um crédito à habitação para que pudesse ter uma habitação própria. Não poderia concorrer a um crédito para aquisição de um automóvel. Porquê? Porque não tinha um vínculo laboral estável.

E, portanto, este público-alvo mais vulnerável mereceu a que a nossa atenção no conjunto políticas que permitiu de todo registar momentos históricos, em termos de desemprego versus emprego e em termos de ocupados.

Como aqui fez referência e volto aqui a destacar, no âmbito do nosso cenário regional, a verdade é que nós atingimos mínimos históricos em dezembro 2022, quando estavam inscritos no Centro Qualificação e Emprego 5667 desempregados, ou seja, menos 1293, do que no início da Legislatura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS, PP, PPM e Membros do Governo)

E menos 19% de precários, do que em igual período de 2019. 2019 o ano de referência antes do período pandémico da nossa região.

E, deste modo, a verdade é que desde que o Governo tomou posse, registando menos desempregados aa nossa região, também tivemos menos ocupados.

E aqui gostaria de destacar, que é bastante significativo os ocupados, que desde que o Governo tomou posse, existe menos 33% cidadãos em ocupação, ou seja, existe menos 1362 precários na nossa região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Isso significa que em dezembro de 2022 nós tínhamos um número mais baixo de ocupados na nossa região na última década, ou seja, 2795.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

E, naturalmente, temos que aqui registar, que no período de janeiro a dezembro de 2022, que é que nós registamos? Foram colocados nas medidas de apoio à contratação mais 1047 pessoas, do que em igual período em 2019. E isso leva-nos logo a dar nota do forte investimento que este governo tem feito nas medidas de apoio à estabilidade laboral, desde logo, pelo programa do Contratar, Contratar Mais, Contratar estável, Turistavel, Converter e, naturalmente, a Terceira também não há uma exceção.

E poderemos aqui usar, só aqui a tipo de referência, se formos fazer uma comparação ... antes de fazer comparação, posso aqui já dar nota, em primeira mão, dados que consigo obter, que no início de fevereiro deste ano nós tínhamos na Terceira 827 desempregados e 459 inscritos. Se formos comparar

com dezembro de 2021, nós temos menos 286 desempregados, menos 294 ocupados.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

É sinal de que estamos no bom caminho. Já muito fizemos, há muito mais para fazer.

Qualquer pessoa inscrita no centro de emprego merece aqui a nossa atenção e é esse trabalho que temos feito. Importa aqui frisar a nossa estratégias, no âmbito do Gabinete de Orientação Vocacional e Profissional, o GOVP.

O GOVP tem tido uma intervenção imediata, já tem ido a várias juntas de freguesia. Ainda recentemente, sinalizamos e celebramos o contrato com a ANAFRE, num trabalho de parceria, um trabalho de proximidade, identificação, acompanhamento destes empregados.

Há um gabinete móvel, em que queremos que cada um dos indivíduos tenha uma resposta. O nosso lema no GOVP é “formar para entrar”.

Presidente: Agradeço que termine, Senhora Secretária.

A Oradora: Já termino, Senhor Presidente.

E, portanto, no GOVP, temos uma atenção especial para os jovens, ou seja, que estão desempregados, não estudam, nem estão em formação, bem como os desempregados de longa duração. E é este público-alvo mais vulnerável. Queremos detalhes de competências para que possam integrar o mercado de trabalho.

Criar aqui oportunidades e como é que vamos fazer? Traçando um plano de emprego individual, em que em que terá uma componente formativa, para nesse sentido, criar oportunidades para integrar o mercado de trabalho.

Com o GOVP contamos com parceiros sociais, com vários departamentos do Governo, com IPSS's, com a ANAFRE, com várias instituições. Todos juntos, em prol do projeto comum.

Há um problema, identificar o problema e encontrar uma solução.

Muito obrigada.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): A Terceira está numa grande crise!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Senhora Secretária Regional.

Atingimos a nossa hora regimental.

Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar os nossos trabalhos com a Sessão de Perguntas.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Estávamos no 2º Objeto – “política, social e cultural”.

Estava inscrito o Sr. Deputado Rodolfo Franca a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência do 2º Objeto – “política social e cultural”, e dentro dos 3 minutos que me são concedidos sem réplica, eu gostaria de, ainda assim, tentar unir

aquilo que foi uma das preocupações demonstradas no Conselho de Ilha – “insegurança nas escolas” – àquilo que temos vindo a dizer ou a debater neste plenário.

Deputado Nuno Barata (IL): É já!

O Orador: No que toca à insegurança das escolas, gostaria de dizer que falar de insegurança nas escolas é, obviamente, falar de infraestruturas, de recursos humanos e de medidas preventivas. É, obviamente, falar de uma série de componentes donde destacaria exatamente estas três, até porque o tempo não permitirá falar de muitas outras.

No caso das infraestruturas, tentando ser muito objetivo, eu gostaria de deixar claro que importa sublinhar que no último ano de governação do Partido Socialista - o ano de 2020 – foi plasmado no plano de investimentos cerca de 23 milhões euros para as infraestruturas escolares.

Isto é um comparativo que poderemos, de uma forma muito redonda, fazer aos 11 milhões e 300 mil euros (à volta disso) que são plasmados no plano de investimentos para 2023. E, portanto, parece-me óbvio que tudo aquilo que se disse da parte da manhã sobre a falta de investimento ao nível das infraestruturas escolares - da governação do PS - o que dizer então agora, com uma subtração de 17 milhões de euros em relação ao ano transato e uma diferença de 23 milhões para 11 milhões e 300 mil?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso já foi explicado.

O Orador: No que toca à falta de recursos humanos, e no caso da ilha Terceira, é patente este problema num conjunto de entidades de entre as quais eu poderia começar por destacar o Museu e Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo. A saída de mais de 20 funcionários, faz com que o Museu e a Biblioteca Pública de Angra do Heroísmo se deparem com enormes problemas que não sabem como irão debelar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda vai nos índices

O Orador: No caso das medidas preventivas, e porque tenho que terminar, fica então feita a pergunta:

Deputado Nuno Barata (IL): Francamente!

O Orador: O que tem feito o Governo Regional quanto a este aspeto - medidas preventivas...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nada!

O Orador: ... pedindo à Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais que nos dê o ponto de situação, no que toca ao Programa Regional de Prevenção e Combate ao *Bullying* e *cyberbullying*.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) **Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Espero não ter interpretado mal, Sr. Deputado Rodolfo Franca, mas confesso-lhe que apenas compreendi que a sua pergunta era sobre qual é o novo plano da Secretaria para o combate e a prevenção ao *bullying* e ao *cyberbullying*. Medidas preventivas, no âmbito do combate ao *bullying* ou *cyberbullying*.

Deputado Rodolfo Franca (PS): Medidas preventivas.

A Oradora: E, portanto, tendo sido essa a minha perceção, é esta a resposta que lhe vou dar.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Lubélio Mendonça (PS): Transparência!

A Oradora: Como decorre de uma Resolução desta Assembleia, nós ficámos mandatados para fazer um levantamento de situações de situações de *bullying e cyberbullying* nas escolas, estamos a fazer e está em processo de conclusão. Está também em processo de conclusão, no âmbito do relacionamento e dos contatos que estamos a fazer com as equipas da educação regional e da educação para a cidadania nas escolas do estabelecimento dum plano de iniciativas e de promoção da prevenção do combate ao *bullying e cyberbullying* das nossas escolas, processo que está mesmo em fase de ser ultimado, aliás, ele já foi apresentado, quanto à sua compilação, à Direção Regional da Educação e da Administração Educativa. E, portanto, muito em breve, nós então apresentaremos às escolas um conjunto de iniciativas que correspondem aos seus anseios. E aqui dando nota de que nós fizemos aquilo que nos propusemos a fazer na sessão em que foi discutido e apresentado o desiderato ao Governo Regional, para que apresentássemos esse plano de combate ao *bullying* ao *cyberbullying*.

Mais do que estarmos a definir medidas que tinham que ser alcançáveis pelas escolas, estivemos a auscultá-las relativamente às suas necessidades para construirmos, então nós, um referencial com iniciativas e programas de apoio que as escolas possam utilizar.

Este processo, como disse, está compilado e quase concluído, estamos apenas a fazer a aferição e a juntar todas estas propostas para então podermos, como disse, muito em breve, apresentar este conjunto de iniciativas, para que os professores possam pôr em execução nas suas salas de aula, os conselhos executivos possam ter como dinâmicas no que concerne ao processo de formação interno que também têm relativamente aos seus profissionais.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Rodolfo Franca (PS): “Muito bem” só se for a esconder o resto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro): O senhor tem que ser mais objetivo nas perguntas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Fez alguma pergunta sobre isso?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Fez!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Tem que ser mais objetivo na pergunta!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem a palavra para formular uma questão o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao ouvir neste objeto as questões formuladas sobre a educação, não posso, antes de formular a minha questão, deixar de salientar que o Governo sobre esta matéria do funcionamento das escolas, dos auxiliares e das dotações de auxiliares, passou de uma fase em que ainda reconhecia algum problema, para uma fase em que é negacionista.

Os problemas que há nas escolas na ilha Terceira, como já foi aqui referido, aliás, até com manifestações públicas de pais e alunos, mas noutras ilhas são uma evidência. Uma evidência que o Governo nega e que, de facto, só nos leva a concluir que, neste momento, o Governo em vez de ser até parte do problema, **o problema é o Governo.** O Governo criou o problema e teima em negar que ele existe.

Por isso, é de facto realmente preocupante que o Governo tenha se tornado o problema das escolas dos Açores. Mas a minha questão tem outro objetivo que

se prende com o investimento público nas áreas sociais e também, por exemplo, na cultura.

O Governo Regional anunciou recentemente - ou pelo menos foi tornado público recentemente - a cativação de 25% do valor previsto para investimento para 2023, não financiado por fundos comunitários. Essa cativação que é aparentemente, - tanto quanto se saiba - de dimensão e timing sem precedentes, pode colocar em causa inúmeros investimentos que não são financiados por fundos comunitários.

Para além disso, é sabido e reconhecido que grande parte do investimento previsto neste e noutros planos anteriores é na verdade depois a corrente que está mal disfarçada de investimento público.

Considerando que grande parte do investimento na cultura ou nas áreas sociais não é financiado por fundos comunitários, o que se pergunta é o que ficará por fazer com esta cativação?

Ora, se a cultura que já tem um orçamento reduzido e é o parente pobre do orçamento, isso poderá ter claramente impactos sérios na atividade cultural e na ilha Terceira, naturalmente, em particular. Assim como o investimento em manutenção de imóveis, por exemplo, valor patrimonial, nos quais a ilha Terceira é rica.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Olhe a isso a Sra. Secretária já respondeu.

O Orador: Aquilo que pergunto, Sra. Secretária da Educação dos Assuntos Culturais, é que investimentos na sua Secretaria foram cativados por esta decisão da Secretaria das Finanças?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) **Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais** (*Sofia Ribeiro*):

Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Podia dar uma resposta rápida e imediata ao Sr. Deputado António Lima, apenas dizendo... **nenhum**. Nenhum investimento foi posto em causa ou cativado na Secretaria Regional da Educação e dos Assuntos Culturais ou na Direção Regional dos Assuntos Culturais. Aquilo que nós estamos a fazer é uma gestão de acordo com as orientações que foram feitas. O Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública assim já o justificou publicamente. E, portanto, a resposta é, não está a ter qualquer consequência em termos de bloqueio de ações que nós tenhamos em curso.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Isso quer dizer que o Plano está mal feito.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): O *Serginho* fazia e não dizia.

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Mas nunca fez nenhuma cativação de plano!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Está preocupado, Sr. Deputado?

É uma província! Não querem fazer perguntas!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, para colocar uma questão.

(*) **Deputado José Pacheco** (*CH*): Prescindo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(O Deputado Pedro Pinto dá a indicação de que também prescinde)

Presidente: Também prescinde.

E de repente...

O PSD também não pretende colocar uma questão no âmbito desta 1ª pergunta do 2º Objeto.

Bom, sendo assim, vamos passar à 2ª pergunta do 2º Objeto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O património cultural desta Região tem sido tratado com *modos de polé* – como diz o povo – ao longo dos últimos anos.

Também não é novidade, sendo a ilha Terceira provavelmente aquela que encerra, quer do ponto de vista do património arquitetónico quer do ponto de vista até de algum património imaterial, alguns dos nossos melhores ativos, não deixa de ser relevante verificar, por exemplo, o estado de abandono (o termo é este) em que se encontra neste momento o Palácio Bettencourt, antiga Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo. Ou até mesmo a Olaria de São Bento que sendo património da Região, espera obras – que eu saiba - pelo menos há uns 10 anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Da Secretaria da Educação!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E cultura!

O Orador: É e nesse sentido, a pergunta que deixava à Sra. Secretária, era precisamente saber o que está previsto fazer de intervenção, nomeadamente na cobertura da Olaria de São Bento? E o que é que está previsto para o Palácio Bettencourt, sendo que se trata de um exemplar fantástico do nosso património arquitetónico, nomeadamente da cidade de Angra do Heroísmo – Cidade Património Mundial?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais.

(*) **Secretária Regional da Educação e Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Relativamente à Olaria de São Bento, confesso-lhe que não tenho aqui os dados comigo, mas terei o cuidado de apresentar à Mesa a informação para que possa ser dada resposta cabal à pergunta que acabou de me ser formulada. No que concerne ao Palácio Bettencourt (até fiz uma pausa), a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais tem sede nos Paços da Junta Geral, mesmo em frente. E sobre os Paços da Junta Geral já me havia sido transmitido - das poucas coisas que me foram transmitidas em passagem de pasta - o grande estado de degradação e de infestação por térmitas naquele Palácio. E, de facto, é difícil nós lá trabalharmos, principalmente na altura do verão em que já estamos numa situação tal, que depois de relatórios do Laboratório Regional de Engenharia Civil desde 2012 darem nota...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desde?

A Oradora: Desde 2012. Darem nota do preocupante estado de infestação pelas térmitas, de nós não termos a situação resolvida.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ai é?!

A Oradora: E uma vez que esta sessão de hoje, para além de ser transmitida via internet também é transmitida pela RTP Açores, e sabendo eu que tenho os meus colaboradores – muitos deles - a assistir a esta sessão, aqui fica também uma nota de reforço e de congratulação pela boa vontade que eles têm, porque trabalhar naquele edifício de maio a agosto é muito difícil, face ao facto de estarmos nessa altura a conviver com térmitas vivas.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É verdade!

A Oradora: Ora, estamos a falar de mais de 100 funcionários - trabalhadores no seu total – e da inexistência de infraestruturas na ilha Terceira que possam dar resposta a uma alocação, a uma transição desses trabalhadores.

A situação que foi analisada e pensada até pelo governo anterior à qual estamos a dar seguimento – foi pensada, mas não prosseguida - é a da reabilitação do Palácio Bettencourt que fica mesmo em frente, isto é, permitir uma reabilitação

apenas no que concerne a dotá-lo das condições essenciais para que os trabalhadores da Secretaria Regional de Educação e dos Assuntos Culturais possam transitoriamente mudar-se para lá e depois, então, termos condições para que se possa fazer as obras de grande intervenção que são requeridas nos Paços da Junta Geral. Porque a intervenção que é requerida nos Paços da Junta Geral não permite que fique qualquer trabalhador no edifício. Esse concurso foi já lançado, tendo ficado numa 1ª fase deserto, entretanto foi retomado e vai agora para visto no Tribunal de Contas. E, portanto, esperamos que muito em breve possamos ter resolvida a situação do Palácio Bettencourt, com a resolução dos problemas do Palácio Bettencourt e, por outro lado, permitindo também por essa via, podermos resolver a situação das condições de trabalho dos trabalhadores Secretaria Regional da Educação e Assuntos Culturais, que passarão a ter outras condições livres das térmitas, para depois, então, se poder passar a uma 2ª fase de reabilitação dos Paços da Junta Geral.

Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Nuno Barata para a réplica tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Muito obrigado, Sra. Secretária pela sua pelo seu esclarecimento relativamente ao Palácio Bettencourt, fico satisfeito por saber que vai ser feita uma intervenção nos dois edifícios - já agora - porque o edifício dos Paços da Junta Geral também é um edifício de relevante interesse histórico para a Região – que mais não seja para os saudosos do Estado Novo - mas porque o Sr. Vice-Presidente, em jeito de aparte respondeu dizendo que a Olaria de São Bento é olaria privada, eu devo esclarecer o Senhor Vice-Presidente que, de facto, o oleiro é privado, mas o edifício é da Região

Autónoma dos Açores que já em 2019 (o governo anterior), tinha se comprometido em fazer uma intervenção na cobertura do edifício que não chegou a acontecer.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O senhor agora também já esclarece apertes?!

O Orador: E também por aquilo que fui informado pelo oleiro que lá desenvolve uma atividade bastante interessante...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Eu sei, sou cliente.

O Orador: V. Exa. sendo cliente, certamente saberá da sua importância. Já recebeu a visita de dois Diretores Regionais que prometeram obras no valor de 150 mil euros, mas essas obras nunca aconteceram. E, portanto, é um esclarecimento que se devia ao Sr. Vice-Presidente que, sendo cliente, não sabia que o edifício era da Região e ficou a saber.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito obrigado. Não sabia.

Deputado Nuno Barata (IL): Todos nós temos direito à ignorância.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Como o senhor, que pensa que sabe tudo!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Não fez propriamente uma questão, não sei se algum Membro do Governo quer fazer alguma consideração.

Vamos avançar, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta sessão de perguntas teve o condão de providenciar alguns esclarecimentos daquilo que é a inação deste Governo no que diz respeito ao desenvolvimento da ilha Terceira.

Considerando que no Governo do Partido Socialista de 237 km de estrada, 198 foram intervencionados, ficámos hoje a saber que da parte do Governo desta Coligação, temos apenas e só um projeto, passados mais de 2 anos, para uma única estrada na ilha Terceira.

Naquilo que diz respeito à promoção turística do Porto de Pipas, não ouvimos rigorosamente nada.

Naquilo que diz respeito ao molhe do Porto de São Mateus, está em aberto. Este Governo ainda vai ver o que é que vai fazer.

Naquilo que diz respeito às ligações aéreas com o verão iata aí à porta, está tudo em aberto. É caso para dizer que em termos de promoção turística, relativamente à ilha Terceira, este Governo não *ata nem desata*.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Aumentou. Como é que é possível dizer isso?!

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é que é falar de barriga cheia hã?!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Depois ouvimos a Sra. Secretária Regional da Educação que nada disse sobre a questão que lhe foi colocada relativamente à Biblioteca de Angra, que não se sabe que atividade vai desenvolver a partir de agosto, atendendo a que ficou com menos 23 funcionários em relação àquilo que tinha. E, portanto, é esta a postura deste Governo, sem respostas, neste caso concreto, para os problemas da ilha Terceira e dos terceirenses. Mas passemos às questões da saúde.

Da parte do Grupo Parlamentar do PS, nós já chamámos a atenção para a falta de resposta de núcleos de saúde familiar nas freguesias de Porto Judeu, Terra Chã e do Posto Santo.

Até à data de hoje, estas freguesias continuam sem qualquer tipo de resposta.

Na Terra Chã 2 gabinetes médicos, 2 gabinetes de enfermagem e 1 gabinete administrativo, encontram-se encerrados, ainda sem qualquer tipo de resposta por parte do Governo da Unidade de Saúde da ilha Terceira que, diga-se de passagem, cujo Conselho de Administração protela uma reunião com os Deputados do Grupo Parlamentar do PS e, assim, continuamos à espera de resposta de cuidados de proximidade, ao invés de se terem deslocar ao Centro de Saúde de Angra para obterem os cuidados médicos e de enfermagem necessários.

O Governo tenta esconder, ao fim e ao cabo, este facto com a questão de contratação de 4 médicos de família que, aliás, se veio a ver em resposta a um requerimento deste Grupo Parlamentar que já tinham sido admitidos por parte do Governo do Partido Socialista, aquando da admissão para o seu internato da especialidade nas unidades de saúde da Região Autónoma dos Açores.

Mas eu gostaria de colocar a questão ao Governo, naquilo que diz respeito ao SEEBM - Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular, que teve em 2021, 90 mil euros no plano de investimentos para um projeto, 68 mil euros para a elaboração de projeto e início de empreitada em 2022 e 63.800 euros no plano de investimentos para este ano.

O que é que é feito do novo edifício do Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: E por último, porque a entrada norte ao Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira continua ainda por beneficiar de obras e pavimentação, gostaríamos de saber para quando é que este Governo pensa concluir essa obra

tão necessária para a entrada norte do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A vossa postura é puxar os Açores para baixo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Senhor Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedindo a compreensão, aqui venho dar nota de que o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto teve de ausentar-se em representação do Sr. Presidente do Governo. As questões que o Sr. Deputado colocou serão respondidas por mim, na medida daquilo que eu tenho conhecimento. Aquilo de que eu não tenho conhecimento, asseguro-lhe aqui, que lhe farei chegar por escrito as respostas, como é o caso destas suas perguntas.

Presidente: Sr. Deputado Tiago Lopes pede a palavra para?

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação, no sentido em que as questões que eu coloquei foram dirigidas, nomeadamente à Sra. Secretária Regional das Obras Públicas, digamos assim, naquilo que diz respeito àquilo que constava e consta no plano de investimentos para 2023, no que diz respeito ao SEEBM e à entrada norte do Hospital de Santo Espírito da ilha Terceira. Uma vez que está presente, a Sra. Secretária poderá responder por parte do Governo Regional.

Presidente: Obrigado Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Obrigada Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado:

Colocar várias questões ao mesmo tempo, fazendo uma série de considerações, leva a isso. É que depois não se percebe bem qual é a pergunta. E essa pergunta ficou de facto pelo caminho, porque as últimas perguntas foram efetivamente dirigidas ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): Tem toda a razão!

A Oradora: Mas não tem problema nenhum, porque o que lhe digo já é que a construção do laboratório SEEBM, neste momento, está em fase de expropriação do terreno, portanto, sem o terreno não há nada a fazer.

Será que o Governo anterior deixou o terreno para nós fazermos um laboratório?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (*PS*): E o cronograma de trabalho? Quando é que a obra começa?

É como o Sr.

Diz o Sr. Secretário do Mar: “É quando for oportuno!”

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições no âmbito desta pergunta e deste objeto? Não havendo, Sr. Deputado Nuno Barata, vamos passar para a 3ª pergunta do 2º Objeto.

Avançamos para o 3º Objeto?

O 3º Objeto é “desenvolvimento e crescimento económico”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata para efetuar a 1ª pergunta.

Deputado Berto Messias (PS): Que diria antes o Sr. Deputado Paulo Estêvão destas respostas?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão, Sr. Vice-Presidente Artur Lima, o que diriam é que o Sr. Secretário Berto Messias, era um expert e um especialista em generalidades, respondia sozinho a tudo. Não era isso que os seus diriam?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): É verdade!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Essa é fácil.

Deputado Berto Messias (PS): Conseguiria responder mais concretamente às questões colocadas ao Governo.

O Orador: É verdade, eu ao longo destes 20 anos, fui um assistente de plenários online, sofrendo!

Mas era assim, era uma coisa séria!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo celebrou um contrato coletivo de trabalho com as trabalhadoras do comércio, com irregularidades claras, graves, cometidas com a conivência dos serviços do trabalho da ilha Terceira. A gente não sabe se voluntariamente se por irresponsabilidade incompetente. Certo é que já decorreu algum tempo dessas irregularidades declaradas, algumas intervenções dos sindicatos para tentar que essas irregularidades fossem resolvidas e nada aconteceu até hoje – que nós saibamos – aos responsáveis pelos serviços do emprego e trabalho da ilha Terceira que foram coniventes, repito, **coniventes**, ou por irresponsabilidade ou por incompetência, da celebração e da ratificação deste contrato de trabalho coletivo. Pergunto: o

que é que foi feito pelo Governo Regional, no sentido de apurar responsabilidades por esta irregularidade promovida pela Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo com a conivência dos serviços do trabalho da ilha Terceira?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A culpa disso também é minha?

Deputado Nuno Barata (IL): A culpa é sempre sua!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude.

(*) **Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego**

(*Maria João Carreiro*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Aqui o que compete à Administração, aquando da decisão do Depósito da Convenção Coletiva de Trabalho, é tão só aferir da verificação dos pressupostos legais previstos na lei, entre eles, ter sido celebrado por quem tenha capacidade para o efeito.

Na verdade, atendendo aos elementos disponíveis e salvo melhor opinião, no âmbito das competências da Direção de Serviços de Trabalho, só poderemos concluir pela capacidade do Sindicato dos Profissionais dos Transportes, Turismo e outros Serviços de Angra do Heroísmo para celebrar as convenções coletivas de trabalho. Portanto, inclusivamente, à que outorgou a 5 de dezembro de 2022, com a Câmara de Comércio Indústria de Angra do Heroísmo para o setor do comércio escritórios que abrange 130 trabalhadores seus associados. Portanto, não podemos confundir *capacidade* e *legitimidade*. No âmbito da nossa ação, cumprimos aquilo a que éramos obrigados, sendo certo que estamos disponíveis sempre para colaborar, seja com as entidades empregadoras, seja com os representantes dos trabalhadores.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olhe que não!

Deputado Joaquim Machado (PSD): “É para isso que servem os tribunais”, diria o senhor.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Para a réplica tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É lamentável que perante uma irregularidade **gravíssima** das partes, embora a negociação seja legítima, Sra. Secretária, o seu papel, o papel dos seus serviços é não permitirem essas irregularidades. Não é vir aqui dizer que o nosso papel é não termos nada a ver com isso, porque esse papel de *não ter nada a ver com isso* é um papel libertário!

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Não, eu não disse isso.

O Orador: Isto aqui é *cada um se governa!*

A Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo tem o direito de fazer o que quiser e lhe apeter com os seus trabalhadores e os serviços do trabalho da Região Autónoma dos Açores não tem nada a ver com isso! – foi o que a senhora veio aqui dizer?

Isto é uma irresponsabilidade da sua parte!

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Eu não disse isso!

O Orador: Isso é atirar os trabalhadores para a boca dos empresários irresponsáveis, porque quem põe à frente dessa gente aquele contrato coletivo de trabalho é irresponsável!

E sabe porque é que é irresponsável, Sra. Secretária, é porque a senhora ainda tem mais responsabilidades. São eles irresponsáveis e é a senhora e eu vou lhe dizer porquê!

Porque, neste momento, na Região Autónoma dos Açores nós vivemos um momento **gravíssimo** de falta de mão de obra. E não é tratando gente dessa maneira que se vai resolver esse problema. Nem é a senhora que vai resolver com o centro de qualificação que quer criar, percebe?!

É fiscalizando, porque senão estes serviços não servem para nada, absolutamente nada!!

Se a senhora não fiscaliza uma coisa destas passados 2 meses, se não consegue resolver este assunto e está a tirar os trabalhadores e os sindicatos para os tribunais para levar anos a resolver, sabe o que é que lhe serve, minha senhora?! Meta-se em casa e meta em casa os técnicos que elaboraram essa resposta que a senhora tem aí escrita!!

Deputado Jaime Vieira (PSD): Calma!

Deputado Berto Messias (PS): Isto vindo de um liberal!...

Tem toda a razão, Sr. Deputado! O senhor nisso tem toda a razão!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

(*) **Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro):** Obrigada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Barata:

Não se esqueça que na Casa da Autonomia o respeito é bom para todos e todos nós devemos-nos respeitar no âmbito das nossas funções.

Deputado Francisco Coelho (PS): O respeito é bom para todos!

A Oradora: Eu nunca lhe faltei ao respeito, Sr. Deputado!

E parece-me que estamos numa Casa que merece o nosso respeito e acima de tudo o respeito dos cidadãos.

Deputado Berto Messias (PS): Não é a senhora quem define isso!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Secretária Regional da Educação e dos Assuntos Culturais (Sofia Ribeiro):

Há limites!

A Oradora: Sr. Deputado, aqui ninguém está a questionar a responsabilidade da Direção de Serviços do Trabalho desta Secretaria. Eu não disse isso.

(Aparte impercetível do Deputado Joaquim Machado)

Deputado Nuno Barata (IL): Ó Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor defenda os seus trabalhadores que eu defendo os meus!

A Oradora: O senhor quer ouvir ou não quer ouvir, Sr. Deputado?!

Deputado Nuno Barata (IL): Eu estou ouvindo!

A Oradora: Parece que não.

No âmbito das competências desta Secretaria, não nos ilibamos de responsabilidades.

Sr. Deputado:

No princípio constitucional da liberdade negocial das associações e sindicatos, não nos podemos, desde logo, envolver. Há liberdade negocial. E a Direção de Serviços de Trabalho tem aqui uma responsabilidade de depósito.

Deputado Nuno Barata (IL): Não houve negociação.

A senhora não consegue perceber isso, o que é que a gente há de fazer?

A Oradora: Sr. Deputado, se calhar então convém perceber como é que funciona uma negociação coletiva de trabalho.

A DST tem responsabilidade de depositar aqui o instrumento e tem que aferir da sua capacidade. Se ela está aqui aferida aquando da outorga da negociação, essa questão ultrapassa-nos. Agora, se há regularidades ou não, é em instâncias próprias que essa questão irá ser analisada. E estamos cá nós para colaborar. Mas o senhor não pode atribuir uma responsabilidade ou irregularidade que não nos cabe a nós.

A DST é que tem como suas funções, fazer o depósito, averiguando a capacidade. E à data tinha capacidade.

Deputada Andreia Costa (PS): Não tinha nada!

A Oradora: Agora, estamos aqui para colaborar e se de facto for demonstrado que alguma irregularidade foi cometida nos serviços, cá estamos nós para corrigir.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta será provavelmente a última questão que terei oportunidade de colocar, tendo em conta o tempo que já decorreu e que resta, mas gostava de fazer uma referência global àquilo que tem sido o decorrer desta sessão, em que tivemos oportunidade de ouvir os esclarecimentos por parte do Governo Regional sobre as um conjunto de matérias. E isso marca a diferença em relação ao passado.

No passado, eu próprio tive a experiência do que é que era desvalorizar esta figura regimental da sessão de perguntas ao Governo Regional, em que para desvalorizar o conjunto de questões que eu tinha para colocar ao Governo, o Presidente e todos os outros Membros faltavam à sessão de perguntas que eram respondidas única e exclusivamente pelo Sr. Secretário Berto Messias.

Muitas vezes é importante fazer estes exercícios de memória para se ver a diferença que é de um governo a responder às diversas questões setoriais que são apresentadas pelos diversos grupos parlamentares e o que era o comportamento de uma maioria absoluta que para desvalorizar as questões, colocava um só Secretário a responder a tudo, ou melhor, a não responder a nada que era o que o Sr. Secretário fazia.

Deputado Berto Messias (PS): Mas respondia mais do que este Governo todo junto.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Era muita lábia!

O Orador: Isto foi há apenas 2 anos.

É bom que as pessoas tenham memória e é bom que se olhe para o passado, para se ver a diferença entre o passado recente - que só foi há 2 anos que isto acontecia - e agora em relação a este exercício de democracia e de esclarecimento que é dado por parte do atual Governo Regional que aqui está para responder ao conjunto de questões que são colocadas pelos diversos grupos parlamentares.

É preciso que não se esqueça, é preciso que se recorde, é preciso falar nisto, é preciso que nunca se esqueça.

Em segundo lugar, também é importante, uma vez que se falou no verão IATA, nas dificuldades e na (pressuposta) diminuição de respostas que o Governo Regional, em conjunto com a SATA, estruturou, dizer o seguinte: isto é falso, o que aconteceu foi um aumento sem precedentes no verão passado (do verão IATA), com um número de passagens e de ligações que não tem precedentes na história dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Não seja injusto!

Deputado João Vasco Costa (PS): Está a reescrever a história!

O Orador: E este é um fator fundamental para impulsionar o crescimento turístico. Como se sabe, neste momento, para Portugal e para os Açores, é um eixo económico absolutamente fundamental. É preciso criar respostas e é isso que estamos a fazer. E este é um setor fundamental e estratégico. Não o quero abandonar como o Bloco de Esquerda quer, porque o Bloco de Esquerda quer criar riqueza, mas não se sabe muito bem como.

Deputado António Lima (BE): O quê?!

O Sr. Deputado, faça as perguntas ao Governo.

O Orador: Mas a questão, Sra. Secretária, é: quais foram os resultados alcançados e o que está prospetivado para este ano?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado estraga-me com *mimos*!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para responder a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Eu gostaria de começar por destacar aquilo que foi o desempenho do turismo na ilha Terceira, e nos Açores em geral, mas comparando os crescimentos da Terceira, verificamos rapidamente que tem crescimentos bastante acentuados e que devem ser divulgados nesta Casa.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Muito bem, Sra. Secretária!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E por isso mesmo, gostaria de começar por dizer que em termos de dormidas, o crescimento nesta ilha foi de 16,3%. Na Região foi de 6,8%, portanto, um crescimento muito acima da média regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Queria também evidenciar que em termos de proveitos de hotelaria - não estou a falar de proveitos do setor em geral - o crescimento foi de 39.8% e o crescimento da Região foi de 21%.

Eu penso que estes são números que evidenciam bem o esforço e o foco que temos posto no desenvolvimento de todas as ilhas, mas hoje dado que estamos a falar da Terceira, no esforço e no foco que temos posto no desenvolvimento do turismo na ilha Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Dito isto, recordo que no verão passado, tivemos uma operação aérea muito robusta, inter-ilhas, mas houve algumas falhas que este ano vão ser colmatadas - o ano passado foram sendo colmatadas com voos extraordinários. Este ano (vou-me limitar aos da Terceira, não vou falar de outras ilhas), Ponta Delgada-Terceira terá mais 4 voos semanais; a Terceira-Graciosa terá mais 4 voos semanais. Isto no verão IATA de abril a setembro.

Deputado Carlos Silva (PS): E o Terceira/Boston?

A Oradora: Mas estes 4 voos semanais traduzem-se em mais e 11 mil 114 lugares entre a Terceira-Graciosa-Terceira.

Deputado Manuel Ramos (PS): Faltam as viagens para o Carnaval!

A Oradora: 11 mil 114 lugares a mais, que é para não virem dizer que há mais voos com aviões mais pequenos.

Deputados Joaquim Machado e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Terceira/São Jorge, apesar de manter o mesmo número de voos semanais, terá mais 160 lugares.

Terceira-Pico, apesar de manter os mesmos números de voos, terá mais 40 lugares.

O Terceira-Horta, apesar de manter o mesmo número de frequências, tem mais 160 lugares. E o Terceira-Flores-Terceira, a mesma coisa, mais 160 lugares.

Deputado Carlos Silva (PS): Tem o Paris também?

Deputada Andreia Cardoso (PS): E o Montreal?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Montreal também!

Deputada Andreia Cardoso (PS): E Nova Yorque?

A Oradora: Portanto, há maior oferta de voos, há maior oferta de lugares que é aquilo que interessa aqui salvaguardar para garantir o crescimento do transporte inter-ilhas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Relativamente às ligações às ligações com o exterior, temos o Lisboa-Terceira com menos uma ligação, mas mais uma ligação para o Porto. Ou seja, as companhias - a SATA em concreto - entendeu que o mercado do Porto, do ponto de vista da sua rentabilidade, tinha mais procura do que Lisboa. Mas como em Lisboa também está a funcionar a TAP, a SATA tira uma frequência semanal de Lisboa e faz mais uma frequência semanal para o Porto. Em relação ao mercado dos Estados Unidos e Canadá, terá durante todo o verão - de junho a outubro - uma ligação para Boston.

Terá (e não tinha) para Nova Iorque, ligação para Boston, de junho a outubro.

E terá uma ligação, também entre junho e setembro, para Oakland.

Para o Canadá, tem uma ligação – de abril, maio e outubro – e duas ligações de junho a setembro. E para Montreal terá uma ligação de junho a setembro.

Portanto, durante todo o verão IATA há uma grande conectividade com os nossos mercados dos Estados Unidos e do Canadá e também para Lisboa e para o Porto.

Portanto, nesse sentido, digamos que temos uma operação mais robusta ainda do que tínhamos o ano passado, quer inter-ilhas quer com o exterior, seja para Portugal continental seja para a América do Norte. Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra para formular uma questão o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Nuno Barata!

O Orador: ... trouxe-nos ao nível laboral uma questão que tem sido notícia recente na Terceira e cuja importância é por demais evidente. Começo por reafirmar, para que não haja aqui quaisquer tipos de equívocos, que o Partido Socialista respeita, e lutou na Fonte Luminosa para que não houvesse unicidade sindical, todos os sindicatos, tem militantes e dirigentes em sindicatos afetos à CGTP, tem militantes e dirigentes em muitos sindicatos da UGT, a - chamemos

lhe assim -concorrência sindical, a pluralidade sindical, é positiva, está consagrada, deve ser respeitada. E, por isso, nós não estamos aqui, para já, para acusar o Governo do que quer que seja, mas estamos aqui naturalmente para cumprir um direito e um dever, sobretudo, de colocar algumas questões ao Governo, para que fique aqui esclarecida o que é que aconteceu efetivamente e se há ou não, e como qualificar, o comportamento do Governo Regional que naturalmente está subordinado à Constituição e à lei.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E a pergunta é?

O Orador: É por isso que vivemos num Estado que gostamos de chamar de direito.

O Partido Socialista recebeu, através dos seus Deputados na Terceira, um destes sindicatos, como creio que receberam outros grupos e representações parlamentares que tenham querido e podido fazê-lo. E, tal como referiu o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa, este Sindicato apresenta-nos um quadro que, no mínimo, exige uma confirmação.

Nós conhecemos a história. O que este Sindicato diz é que há uns anos anda a negociar uma Convenção coletiva na área dos trabalhadores do comércio e das grandes superfícies e que esse acordo nunca foi assinado, tendo sido assinado recentemente um acordo com um outro sindicato, levantando este a dúvida de que este sindicato durante a maior parte do tempo dessas negociações não teria legitimidade estatutária ou que os seus estatutos não incluíam esse tipo de trabalhadores e levantando, a esse respeito, também algumas dúvidas sobre o número de trabalhadores efetivamente abrangidos.

Portanto, o que nós queremos saber, Sra. Secretária, é se efetivamente foi verificado, e desde quando, essa alteração estatutária foi feita e entrou em vigor. O que nós queremos saber também é o número de trabalhadores que este sindicato efetivamente representa, porque já em agosto de 2021, quando este

sindicato que tem âmbito regional, solicitou ao Governo a extensão do acordo feito com a Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, tal não foi feito pelos poderes públicos, alegando que a Câmara de Comércio e Indústria de Angra de Heroísmo dizia que estava a negociar um acordo que estava em fase adiantada já com este Sindicato com quem efetivamente foi assinado este acordo.

O que está aqui em causa, afinal, é o cumprimento da lei e a neutralidade dos poderes públicos por parte deste Governo. E isto é extremamente importante.

Aguardo as suas respostas, Sra. Secretária.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): E a pergunta é?

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

(*) Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Secretários, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Coelho:

Agradeço, mais uma vez, a sua questão, porque permite-me esclarecer, se calhar o reiterar, aquilo que disse o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, pois parece que ainda restam dúvidas.

O Sr. Deputado sabe muito bem, atendendo às funções que desempenhou até como Secretário da Presidência e gostaria também de saber o que é que fez nessa altura. Mas o que eu fiz agora posso-lhe dizer, desde logo.

Deputada Andreia Costa (PS): Olha... falando em boa educação...!

A Oradora: No âmbito da DST de Direção, Serviços de Trabalho, compete depositar a Convenção Coletiva de Trabalho, aferindo a capacidade à data de outorga do instrumento. Foi isso que nós fizemos. Nós aferimos a capacidade do sindicato e até posso-lhe dizer, desde logo, que esse sindicato está formalmente constituído desde 1975.

Deputado Carlos Silva (PS): Eu não era nascido!

A Oradora: E o senhor referiu, e muito bem, tal como eu já o disse, que a liberdade negocial é um princípio consagrado na Constituição e cabe aqui aos sindicatos este exercício de negociar e celebrar com as CCT's no âmbito da sua ação.

Portanto, a DST – Direção de Serviços do Trabalho, no âmbito da sua ação cabe-lhe proceder a um depósito, aferindo da capacidade, a qual foi aferida e não foi posta em causa. Questão diferente será aqui avaliar uma possível legitimidade ou não. Mas isso aí, como sabe muito bem, há a separação de poderes. Uma coisa é a nossa atuação no âmbito administrativo, outra coisa é no âmbito judicial. E aí os tribunais poderão ou não aferir da legitimidade no que diz respeito a esta negociação. A capacidade foi aferida. É o que me cabe apenas esclarecer no âmbito da minha ação, naturalmente.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Nuno Barata (IL): O povo saiu para a rua...

Deputado Berto Messias (PS): Não respondeu a nada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Francisco Coelho pede a palavra para um protesto a...?

Deputado Francisco Coelho (PS): Em referência às minhas funções passadas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Nós é que devemos protestar com isso.

Presidente: Mas a Sra. Secretária não qualificou as suas ações passadas.

Não sabe o que é que tinha feito em processos semelhantes, com certeza.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu gostava de explicar porquê.

Presidente: Então para prestar esclarecimentos, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sra. Secretária, é muito significativo quando a primeira defesa é pretensamente um ataque. É muito revelador do nervosismo que esta questão pelos vistos lhe provoca. Não percebo porquê.

Gostava só de lhe lembrar o seguinte: como Secretário da Presidência -não sei quais são as competências dos Secretários da Presidência deste Governo – eu tinha competências em matéria de administração pública, autarquias e assuntos parlamentares. Nunca tive qualquer competência em matéria de direito do trabalho. Tenho uma licenciatura numa universidade pública e clássica. É essa a minha legitimidade no tempo em que aquilo era lento e levava 5 anos a fazer uma licenciatura em direito.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ah e agora não é?!

Deputado Bruto da Costa (PSD): A desqualificação que fez de milhares de açorianos é espantosa!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Desqualificação da própria bancada!

O Orador: É porque agora levam 4.

Mas gostava que ficasse absolutamente clara esta questão.

Presidente: Sr. Deputado Francisco Coelho, faça o favor de terminar.

O Orador: Acho que posso prosseguir, Sr. Presidente.

O que eu queria dizer, Sra. Secretária, também para terminar, é que não respondeu às questões que eu coloquei, nem sobre a data da entrada em vigor da alteração estatutária, nem o número de sócios que este sindicato terá dentro deste setor. Mas o Partido Socialista, usando os meios regimentais, vai continuar a insistir. E terá certamente muito brevemente o gosto de a ouvir.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para colocar uma questão tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gomes.

(*) Deputado Paulo Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, começo por uma alusão que o Partido Socialista fez em relação à entrada norte do Hospital da ilha Terceira.

Essa é uma obra que o Partido Socialista teve, desde a altura em que começou a construir o Hospital até 2020, mais de 10 anos para concluir e agora quer que este Governo a faça num ano e meio que tem de orçamentos.

Deputada Andreia Costa (PS): Nós perguntámos quando vai ser.

O Orador: Isto é a constatação do reconhecimento que o Partido Socialista está a ter nesta sessão de perguntas com as suas intervenções do estado de abandono em que deixou a ilha Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade, muito bem!

O Orador: É que além de todas as boas iniciativas que este Governo já teve de âmbito regional, há algumas que são próprias da ilha Terceira. Posso falar da radioterapia, algo que o Partido Socialista não quis implementar na ilha Terceira.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado!

O Orador: O início do programa dos “Novos Idosos”. A regularização do Bairro dos Americanos. E, em termos de turismo, o forte aumento de voos, lugares disponíveis na SATA, o forte aumento dos indicadores de turismo, ou o recorde de voos e de passageiros no Aeroporto das Lajes. Isso é que tem que ser referido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A pergunta, Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, reconhecendo por um lado que os Açores são destino natureza, mas também reconhecendo, por outro lado, a especificidade da ilha Terceira e a sua forte componente cultural, como se perspetiva o desenvolvimento do turismo nesta ilha a longo prazo?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos de alguns Deputados da bancada PSD)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra para responder a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Gomes:

Obrigada pela questão que coloca.

Eu diria que o turismo nos Açores se tem afirmado pela sua capacidade de divulgar aquilo que é autêntico, pela sua autenticidade, por um turismo de natureza, um turismo de aventura, um turismo em que procuramos promover aquilo que efetivamente temos. Nós não podemos nem devemos vender aquilo que não somos.

Nós somos um arquipélago com uma natureza exuberante, que as pessoas reconhecem e que nos têm merecido as maiores distinções a nível internacional. E é esse o caminho que nós temos que continuar a seguir. E, como dizia e bem, a Terceira integrada no todo regional, tem este mesmo caminho, um caminho de divulgação das suas capacidades, das suas condições, daquilo que tem para oferecer de melhor que é idêntico a todas as ilhas, mas tem de facto, em termos

culturais, um *plus*. Tem, de facto, em termos culturais, um potencial que a pode diferenciar das restantes ilhas. E isso é o que importa determinar em cada uma das nossas parcelas.

O que é que a Graciosa tem para oferecer, o que é que São Jorge tem para oferecer que os diferencia dos demais?

O que é que o Faial tem para oferecer?

O que é que o Pico tem para oferecer. E o Pico é um bom exemplo de como se tem diferenciado na promoção e no desenvolvimento pela diferença.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada PSD e do Secretário Regional das Finanças)

A Oradora: É uma realidade e tem adequado a sua oferta turística e a sua oferta de alojamento a essa diferenciação. E é isto que é preciso fazer relativamente à Terceira que neste caso - não tenho dúvida nenhuma - é o património que a vai identificar, até porque é uma cidade classificada como Património Mundial pela UNESCO.

Portanto, no próximo plano estratégico e de marketing dos Açores, para além de todos os indicadores e de todos os objetivos que vamos prosseguir, porque têm dado bons resultados - e estamos aqui a ver pelos indicadores que temos - vamos acrescentar a valorização cultural, isto é, a capacidade de apostar numa oferta cultural na Região no seu todo, mas de forma particular onde essa cultura é mais visível, onde o património cultural é mais proeminente.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é conversa!

A Oradora: E, portanto, a Terceira nesse aspeto, tem essa vantagem competitiva e vamos puxar por ela, porque é assim que se tem que fazer quando se faz a promoção específica de determinadas parcelas, sem esquecer naturalmente a estratégia global, que é a estratégia dos Açores.

Eu costumo dizer que nós somos 9 ilhas, 9 realidades diferentes, mas um só destino - os Açores. E é dentro deste *chapéu* dos Açores que cada uma das nossas parcelas terá que se distinguir naquilo que é diferente. Na parte da Terceira, não tenho dúvida nenhuma que pelas suas características, o património distingue-a em relação às demais.

Queria também aproveitar para dizer que está previsto realizar-se em Angra do Heroísmo, a Bienal Ibérica de Património Cultural, em outubro de 2023, também aproveitando os 40 anos da classificação de Angra do Heroísmo como Património Mundial da UNESCO. E, portanto, juntando tudo isto, estamos já a puxar exatamente por essa componente cultural da Terceira.

Também queria lembrar que, em fevereiro de 2024, já está previsto o Congresso da APECATEC. E eu saliento aqui que a APECATEC é a Associação Portuguesa das Empresas de Congressos e Animação Turística e Eventos Culturais, precisamente para, estando neste Congresso os principais agentes, os principais *takeholders* e os principais operadores nesta matéria, terem oportunidade de conhecer a Terceira e a mais-valia que ela pode representar para eles próprios enquanto operadores neste setor.

Portanto, estamos a fazer esse caminho, com bons resultados que me vou dispensar de voltar a referir aqui, mas de facto crescer 16,3%, sempre em relação a 2019 – se for em 2021 disparamos muito - quando a Região aumentou de 6,8 significa que nós estamos no bom caminho e a Terceira está num (muito) bom caminho.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Viva os toiros!

Deputado Berto Messias (*PS*): O turismo na Terceira cresce, **apesar** do Governo Regional. É isso que tem de dizer!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): E da Câmara da Praia!

Deputado Berto Messias (*PS*): Também!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): Ai Berto, Berto...!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (*BE*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego não está, mas de qualquer forma direi o que tenho a dizer e o Governo responderá da forma que entender.

O desenvolvimento económico, o bem-estar das populações e o desenvolvimento da sociedade, implicam naturalmente a proteção dos direitos dos trabalhadores.

O Estado de direito que já foi aqui referido por diversas vezes, durante este objeto da sessão de perguntas, tem – e só pode - ser cumprido. E sobre o cumprimento do Estado de direito e da legislação em vigor sobre esta matéria que diz respeito ao contrato coletivo de trabalho, também faremos chegar uma pergunta escrita, já que o Governo, de certa forma, procura não responder às perguntas que são colocadas sobre esta matéria.

Deputados Bruto da Costa (*PSD*) e **Paulo Estêvão** (*PPM*): Não apoiado!

O Orador: Mas para além do Estado de direito, há posições políticas que os partidos podem tomar. E neste conflito entre trabalhadores e Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo, nós não temos dúvidas de que lado estamos. Aliás, foi aqui apresentado um voto de saudação à luta desses mesmos trabalhadores, por acaso (e ainda bem!) aprovado por unanimidade.

Deputado Nuno Barata (IL): Exatamente.

O Orador: Embora para protesto da Câmara de Comércio que, pelos vistos, não gostou dessa unanimidade.

Deputado Nuno Barata (IL): É o sindicato que melhor representa o setor!

O Orador: E não deixa de ser um estranho acontecimento que quando há um conflito entre um sindicato que representa os trabalhadores, e naturalmente esses trabalhadores e a sua entidade patronal, no caso, a associação que as representa que é a Câmara de Comércio e indústria de Angra do Heroísmo, surja caído do céu, um sindicato sem sócios no setor e sem sequer os seus estatutos preverem a abrangência desse mesmo setor e do dia para a noite, chega a acordo com a Câmara de Comércio, assina contrato coletivo e o Governo...aceita. E está tudo bem.

Sra. Secretária, essa mudança de estatutos foi feita - segundo o que sabemos, mas poderá confirmar ou desmentir – a 19 de dezembro de 2022, produzindo efeitos 30 dias depois. E aquilo que eu quero que a senhora me responda, é em que dia deu entrada nos serviços essa mudança de estatutos, em que dia produziu efeitos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cá está, o tribunal...!

O Orador: ... e em que dia foi depositado um novo contrato coletivo de trabalho?

A estas perguntas a senhora tem que responder. Não tem que fazer juízos de valor, mas tem que dar os dados que tem. Nós vamos fazê-las também por escrito, mas tem aqui oportunidade de responder a elas desde já.

Deputado Nuno Barata (IL): Ela não sabe.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra Sra. Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego.

(*) Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Maria João Carreiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Lima:

O Governo não faz juízos de valor, nem vai interferir na negociação entre os sindicatos, a Câmara de Comércio e Indústria.

Deputada Andreia Costa (PS): Isso não tem nada a ver.

A Oradora: Isso é uma liberdade negocial e está previsto na Constituição.

A única questão aqui em que nos concentrar no que diz respeito à atuação do Governo, é no depósito do CCT. E o CCT foi outorgado a 5 de dezembro, tinha capacidade para tal.

Deputada Andreia Costa (PS) e Deputado Nuno Barata (IL): Não tinha!

A Oradora: Questão diferente é a capacidade de legitimidade, como já vos disse.

Deputado Nuno Barata (IL): Não tinha!

Deputado Carlos Silva (PS): Legitimidade?!

A Oradora: A legitimidade é uma questão que é aferida em sede judicial. A capacidade nós avaliamos e à data do depósito do CCT, estava aferida a capacidade e procedeu-se ao depósito. Não vamos misturar aqui as funções de cada uma.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto não é a Venezuela!

A Oradora: Não vamos estar aqui a discutir as condições de trabalho, se há melhores ou piores condições, porque se há coisa que este Governo tem feito é melhorar as condições de trabalho, desde logo, para dignificação das profissões,

com medidas de apoio à contratação, com o CONTRATAR o TURISTÁVEL que permitem às entidades empregadoras melhorar as capacidades de trabalho. O Governo, no âmbito da sua ação, está a agir em conformidade. E a DST também o fez.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Nós estamos sempre a trabalhar em prol de melhores condições. É preciso que todos nós - Governo, parceiros sociais, sindicatos, deputados, partidos – nos empenhemos em sensibilizar as entidades empregadoras para promover melhores condições, coisa que nós estamos a fazer nas medidas de apoio à contratação, na valorização das dignificações. Todos nós devemos querer promover a formação profissional de qualidade e levar a patamares de excelência convocando as escolas profissionais, a ANAFRE, entidades e parceiros. Portanto, o Governo está a agir na criação de melhores postos de trabalho e em combater a precariedade laboral. E isso estamos a fazer. Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): A senhora não responde às perguntas. A senhora continua sem responder.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, eu gostaria de informar a Mesa que eu fiz três perguntas muito concretas a solicitar três datas. E a Sra. Secretária não respondeu a nenhuma.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Bruto da Costa (PSD): Só pode fazer uma pergunta, o senhor sabe disso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Faltam 33 segundos para atingirmos as 3 horas de sessão de perguntas. Mas prevê o nosso Regimento que os partidos que não colocaram nenhuma questão neste objeto o possam fazer. Esses partidos são o CDS-PP, o CHEGA e o PAN. Pergunto se pretendem neste objeto colocar alguma questão? Senão, encerramos a sessão de perguntas.

Não vejo manifestação de interesse. Está encerrada esta sessão de perguntas.

Sras. e Srs. Deputados, ontem encerrámos os nossos trabalhos no ponto 6 da Agenda, a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 38/XII – **“Cria o Centro de Qualificação dos Açores, IPRA, e procede à definição do seu modelo de organização e funcionamento”, apresentada pelo Governo Regional dos Açores;**

Pergunto se há para o debate desta matéria mais alguma inscrição?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional para participar no debate.

(*) Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas peço a palavra, no seguimento da questão que me foi colocada ontem pelo Sr. Deputado Pedro Neves.

Para que não haja quaisquer dúvidas ou contradições, o CQA prevê a formação de nível 4.

Portanto, o Centro de Qualificação dos Açores irá oferecer formação de nível 4. Desde logo, é um Centro que é direcionado para a formação ativa, mas também para jovens. E posso dar um exemplo: um aluno que termina o nono ano numa escola de ensino regular, pode optar por integrar o novo CQA e fazer a

formação dos 3 anos em formação dual, que é uma formação a que chamamos de *dupla-certificação*, o que equivale ao 12º ano e o nível 4.

Penso que esclareci.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Obrigada, Sr. Presidente. É para uma interpelação à Mesa.

Eu peço que seja disponibilizada a todos os Deputados a transcrição das declarações da Sra. Secretária quando ontem referiu que não iriam ser ministrados cursos de nível 4 na sua intervenção inicial.

Muito obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu dispenso!

Presidente: Muito obrigado.

Assim que estiver pronto será entregue aos Srs. Deputados.

Aliás, essas declarações já estão em vídeo no site da Assembleia.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça um favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Secretária:

Permita-me a pergunta, no seguimento do exemplo que nos deu, e bem, que me pareceu bastante claro. Só para esclarecimento de uma dúvida: admite que esses cursos de nível 4 que acabou de dar este exemplo, que a formação destes alunos seja feita em cooperação com as escolas profissionais já existentes ou estamos a falar apenas de formação única e exclusivamente ministrada no Centro das Capelas?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, Sr. Presidente, para voltar a intervir neste debate, porque há qui matéria sobre a qual me parece haver a necessidade de clarificação e que causa algumas preocupações e reservas em aspetos que o próprio documento não é claro.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Não ouviu o que eu disse, com certeza!

O Orador: Desde logo, quando partimos para a criação do Centro de Qualificação dos Açores, recordo também que em junho do ano passado, em comunicado da Associação de Escolas Profissionais dos Açores, há um estudo que foi adjudicado pelo Governo Regional à Universidade dos Açores, para assegurar e perceber a sustentabilidade das escolas profissionais na Região. Ou seja, é um estudo, no nosso atendimento, que é determinante também para a opção da criação deste Centro. Mas nós não conhecemos esse estudo nem sabemos os resultados, uma vez que esse estudo, que decorre do comunicado emitido pela Associação de Escolas Profissionais dos Açores, foi entregue em setembro. Ora, estamos em janeiro e nada sabemos acerca desse estudo.

Por isso, é importante a Sra. Secretária Regional esclarecer nesta Casa do que é que trata esse estudo, quais foram os resultados que obtiveram com o mesmo e quando foi entregue efetivamente esse estudo?

Há aqui um outro aspeto, também relevante e que decorre da Lei que regula o Regime Jurídico dos Institutos e Fundações Regionais.

O Artigo 10º desta Lei nº2, em concreto, diz o seguinte, e passo a citar: “A criação de um instituto público regional será sempre precedida de um estudo sobre a sua necessidade, implicações financeiras e sobre os seus efeitos

relativamente ao setor em que vai exercer a sua atividade”.

Mais uma vez, o Governo falha.

Onde está o estudo relativamente a esta matéria?

Não sabemos nem encontramos esse estudo em anexo no diploma em debate.

Mais uma vez, desconhecemos qualquer intenção do Governo Regional em melhorar e aprofundar o ensino profissional na Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor também desconhece!

O Orador: E nesta sequência também, não foi uma dada uma certeza, não foi clara a Sra. Secretária Regional, quando se referiu à certificação dos cursos do Centro de Qualificação dos Açores.

Ora vejamos: o Centro de Qualificação dos Açores terá dupla competência, isto é, a competência de formar e, ao mesmo tempo, certificar os seus próprios cursos. E isso não ficou claro. Nós não compreendemos como é que a Direção Regional que tutela esta matéria vai passar a deixar de fazer essa certificação que automaticamente vai ser feita pelo Centro de Qualificação dos Açores. Carecemos de uma explicação sua.

Ontem quando explicou este assunto, deixou no ar algumas pontas soltas.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Não deixei não.

O Orador: E, por isso mesmo, volto a perguntar à Sra. Secretária Regional o que é que pretende o Governo, com este Centro de Qualificação dos Açores, em concreto, sobre uma preocupação e uma reserva brutal que não é apenas do Partido Socialista, mas sim de todos os pareceres de todas as entidades que foram ouvidas em relação a esta matéria e que tem a ver precisamente com a dupla competência em que esse Centro de Qualificação dos Açores irá efetuar. Desde logo, se vai mesmo certificar os seus próprios cursos?

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Emprego.

(*) Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego

(Maria João Carreiro): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Secretários Regionais, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Muito rapidamente, eu penso que ontem foi bastante esclarecedora, mas volto a repetir.

Certificar competências RVCC – reconhecimento da validação das competências, Rede Valorizar.

Certificar cursos é certificado pela tutela, portanto, está mais do que clarificado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em relação ao CQA, como fiz questão de dizer ontem, vem no seguimento duma estratégia integrada deste Governo, uma definição das políticas de emprego que vem no seguimento de ter sido aprovado em dezembro passado, o DLR em que a tutela do ensino profissional passa para esta Secretaria

Portanto, tendo a Escola Profissional das Capelas, a única instituição pública de ensino profissional, ao passar para esta tutela, passa como instituto. Isto significa que não iremos aumentar a despesa, está no projeto comum, em que o nosso objetivo é sempre a formação de ativos, a formação de jovens em função de setores que carecem de formação essencial aos quais as outras escolas profissionais não respondem no âmbito desta formação.

Acho que isto está mais do que esclarecido.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Costa (PS): Não está não!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Volto a reiterar: há uma questão que novamente não ficou clara e que tem a ver com a questão legal da criação deste Instituto.

Foi ou não foi feito um estudo que prevê o próprio Artigo 10º, nº 2 deste diploma que rege o Regime Jurídico dos Institutos Públicos e das Fundações Regionais, a criação deste Instituto foi não foi precedida de um estudo sobre a necessidade e implicações financeiras? Esta resposta não foi dada Sra. Secretária.

Mais. Sobre a resposta em relação a um estudo sobre a sustentabilidade das escolas profissionais da Região, peço-lhe que possa referir e trazer a esta Casa os resultados obtidos nesse estudo e quando é que foi partilhado com as escolas profissionais.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste diploma.

Vamos começar por votar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 38/XII, na generalidade.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 38/XII foi aprovada, na votação na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 da Iniciativa Liberal e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo os três primeiros artigos do diploma, não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Não havendo oposição, estão à votação os Artigos 1º, 2º e 3º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 da Iniciativa Liberal e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Avançamos para o Artigo 4º do diploma.

O Sr. Deputado Independente faz três propostas de alteração a este artigo.

Pergunto à Câmara se posso colocá-las à votação em conjunto?

Não havendo objeção, estão à votação as três propostas de alteração apresentadas pelo Sr. Deputado Independente ao Artigo 4º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração colocadas à votação, foram aprovadas com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 contra do PS, 2 do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a alínea g) do nº 2 do Artigo 4º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o Artigo 4º do diploma com estas alterações que acabámos de introduzir.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 4º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN 1 Deputado Independente, 2 conta do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Os Artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Estão à votação os Artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º.

Presidente: Sra. Deputada, faça favor.

(*) **Deputada Sandra Dias Faria (PS):** É para ser votado o Artigo 9º à parte.

Presidente: Então vamos votar os Artigos 5º, 6º, 7º e 8º.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 da Iniciativa Liberal e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está à votação o Artigo 9º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 9º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação o Artigo 10º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 10º do diploma foi aprovado com 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 da Iniciativa Liberal e com 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao Artigo 11º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos agora o Artigo 11º do diploma com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 11º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os restantes quatro artigos do diploma não foram alvo de propostas de alteração, pelo que se não houver objeção vou colocá-los à votação em conjunto.

Estão à votação os Artigos 12º, 13º, 14º e 15º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 Iniciativa Liberal e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 38/XII foi aprovada em votação final global aprovados com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 Iniciativa Liberal e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Para uma interpelação tem a palavra, Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado, Sr. Presidente.

É só para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, mas só após as declarações de voto dos meus colegas, obviamente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto à Câmara se há declarações de voto?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Indep.):** Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Srs. Membros do Governo:

Congratulo-me com o facto desta iniciativa ter sido aprovada, porque no fundo, o que votámos aqui foi o objetivo de revitalizar a famosa Escola Profissional das Capelas.

Pretende-se que o CQA venha revitalizar um modelo de ensino que esteve ao abandono durante muitos anos. E não podíamos permitir que se perpetuasse essa história.

Votar contra esta iniciativa, independentemente de percebermos se vai ter sucesso ou não, seria condenar aquele estabelecimento e aqueles funcionários ao paradigma que representou e representa a formação profissional nos Açores, seria condenar ao mesmo modelo que esteve durante muitos anos, que foi o abandono, a falta de motivação, a falta de estratégia para o ensino profissional nos Açores.

Cada um há-de ser responsável pelos seus atos. Eu vou preferir sempre ser parte da solução, em vez de ser parte do problema.

Por isso, votei favoravelmente esta iniciativa e espero que ela se materialize naquilo que anseio que seja o ensino profissional nos Açores, porque a bem dos nossos jovens, de quem trabalha e da nossa sociedade, é preciso que o ensino profissional tenha outro vigor na nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, há um lapso na nossa votação, pelo que teremos que repetir uma votação, porque eu não coloquei à votação o Artigo 16º do diploma.

Portanto, eu que ocupem os vossos lugares para repetirmos.

Sras. e Srs. Deputados, coloco à votação o Artigo 16º do diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor se manterem como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 16º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 da Iniciativa Liberal e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam, façam o favor se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 38/XII foi aprovada em votação final global com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 da Iniciativa Liberal e 25 votos abstenção do PS.

Presidente: Muito bem, peço-vos, desculpa por este lapso.

Tem a palavra a Dra. Deputada Guilhermina Silva para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Guilhermina Silva (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou a favor desta Proposta de DLR, porque acredita que a criação do Centro de Qualificação dos Açores põe fim a mais de uma década de desinvestimento na Escola Profissional das Capelas. Mais do que isso, é um novo indicador da política orientadora que este Governo delineou para a formação de ativos, assim como faz para o ensino profissional. Efetivar o Centro de Qualificação dos Açores destina-se a uma maior eficiência, eficácia e qualidade que vai satisfazer as necessidades de formação e aquisição de competências de jovens ativos e dos adultos desempregados ou empregados. Este Governo quer dotar a nossa população ativa de competências, onde a capacidade dos trabalhadores se adaptarem a novos desempenhos e profissões é um desafio corrente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

(*) **Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista absteve-se na votação final global deste diploma por várias razões. Desde logo, porque discutimos um diploma com reservas, com preocupações que não foram esclarecidas nem clarificadas pelo Governo Regional. E perante esses aspetos que, desde logo, podemos enumerar, como seja a questão de como é que surgiu e que estratégia é que tem a criação do Centro Qualificação dos Açores?

À partida, é precedido dum estudo, o qual Governo Regional encomendou e adjudicou à Universidade dos Açores, do qual nós não tivemos qualquer conhecimento nem a questão foi respondida pela Sra. Secretária Regional.

Desde já, O Governo, mais uma vez, falha.

Falha com o Parlamento.

Falha com a centralidade do Parlamento. E falha com a centralidade da discussão das políticas públicas na Região.

Outro aspeto relevante que nós ficámos a conhecer é que de ontem para hoje, há aqui uma alteração de paradigma, uma alteração naquilo que é o objetivo que o Governo Regional tinha em relação a este diploma. Vejamos o seguinte: o diploma aqui em discussão no seu Artigo 4º, previa a lecionação de cursos do 1º ao 5º escalão. E o que temos hoje, em declarações da Sra. Secretária Regional à Antena 1 – e passo a citar para memória futura - é que “enquanto instituto público de formação, não fará concorrência às escolas profissionais e não irá proporcionar cursos profissionais de nível 4, mas sim formação modular e dual em áreas que outras escolas profissionais não oferecem formação”.

O que nós acabámos de aprovar, foi um diploma que diz exatamente o seu contrário. E isso é prova clara também que não foram respondidas questões e de um dia para outro, foram alterados objetivos e intenções que o Governo Regional tinha em relação a esta matéria.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego
(*Maria João Carreiro*): O senhor não percebe!

O Orador: Também não posso deixar de referir todos aqueles aspetos que não foram respondidos, mais uma vez falhando na necessidade de responder a esta Casa sobre quais as necessidades e os objetivos que o Governo Regional tem para o Centro de Qualificação dos Açores, em cuja votação o Partido Socialista absteve-se com as reservas que demonstrou.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego
(*Maria João Carreiro*): Que faça prova! É lamentável! Eu desafio-o a fazer prova!

O Orador: E pelas respostas que não foram dadas nesta Casa, apraz-nos dizer o seguinte: é o Centro de Qualificação Profissional dos Açores que terá o seu objetivo, que terá o seu alcance, mas deve ser esclarecido como vai atuar como deve ser feito, nada sabemos, nada conhecemos. É um vazio legal, é um vazio repleto de falhas e omissões em que o Partido Socialista não se revê nessa forma de fazer política.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Nuno Barata (IL): E o senhor passou um cheque em branco com essas dúvidas todas?!

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Oh meu Deus que contradição!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto. (*)

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional tem toda a legitimidade de fazer as propostas legislativas que entende serem necessárias para materializar aquele que é o conteúdo programático do programa do Governo e aquelas que foram as propostas eleitorais dos partidos da Coligação. E o programa deste Governo de Coligação não é o programa dos antigos Governos do Partido Socialista que finalmente foram afastados do poder. E, portanto, está criado um novo paradigma no ensino profissional nos Açores, com a aprovação desta legislação que cria o Centro de Qualificação dos Açores.

É um Centro vocacionado para públicos diferentes daqueles que são os públicos das escolas profissionais tradicionais na nossa Região. São públicos adultos, são

desempregados, são profissionais que estão no ativo e que necessitam de requalificação e que desejam progredir nas suas profissões e que desejam obter mais e melhores qualificações profissionais. É, portanto, uma boa medida legislativa para dar outras opções de formação ao longo da vida que era uma lacuna que tínhamos nos Açores para a esmagadora maioria dos nossos trabalhadores. E, portanto, o partido que eu represento - o CDS-PP - votou convictamente a favor desta iniciativa.

Muito obrigado.

Deputado Bruto da Costa (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pergunto se há mais declarações de voto?

Vamos, então, fazer o intervalo requerido pelo Sr. Deputado Pedro Neves.

Regressamos às 17 horas.

(Eram 16h45)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares.

(Eram 17h05)

Vamos avançar para os pontos 7 e 8 da nossa Agenda.

Conforme deliberado na Conferência de Líderes, estes dois pontos serão discutidos em conjunto.

Estamos a falar do ponto do ponto 7 é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 68/XII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, que estabelece medidas de controlo da**

população de animais de companhia ou errantes”, apresentado pela Representação Parlamentar do PAN.

O Ponto 8 é o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 69/XII – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, que estabelece medidas de controlo da população de animais de companhia ou errantes”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.**

Para a apresentação da primeira iniciativa do PAN, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando o DLR n.º 12/2016 foi criado, tinha como objetivo definir preceitos normativos para proteger e garantir o bem-estar dos animais, incluindo uma meta para a implementação do abate zero na Região.

No entanto, a data dessa meta não era adequada e não correspondia aos avanços necessários para a proteção e bem-estar animal. E não podemos contentar-nos apenas com esse primeiro passo.

Antecipando a moratória, o PAN Açores, pela mão da sociedade civil, implementou o abate zero para acabar com a vergonha de ser a única região do país que ainda permitiu o abate com medida de controlo da população animal. Em 2021, os centros de recolha receberam 43 mil e 400 animais - 12 mil a mais do que no ano anterior. Desse número, apenas 25 mil foram adotados e 2 mil submetidos à eutanásia.

Além disso, há ainda um número desconhecido de animais detidos e tratado por associações de proteção animal. No ?????? de Ponta Delgada, por exemplo, 656 animais entraram entre janeiro e julho de 2022, 81 a mais do que no mesmo período do ano anterior. E a tendência pode ser piorada pela atual situação inflacionista que tem afetado o poder de compra das famílias açorianas.

Por isso, precisamos ir mais além e avançar na proteção animal. Precisamos criar um quadro legal regional dinâmico e atualizado, que inclua medidas concretas para coadjuvar as medidas existentes e mitigar os impactos negativos no bem-estar animal que muitas vezes resultam de situações ilícitas e ilegais.

A censura às situações ilegais, como o abandono de animais, não pode ser limitada apenas ao aspeto moral e ético.

Devemos usar o poder legislativo que nos foi concedido pela sociedade, para criar normas que permitam dar um passo à frente na proteção e bem-estar dos animais.

Volvido um ano após a manifestação regional contra o alargamento das exceções ao abate dos animais de companhia, estamos reunidos nesta Assembleia para apresentar medidas que visam pôr fim à estimativa de que cerca de 30 mil animais de companhia são abandonados todos os anos em Portugal.

Estatísticas tão desoladoras que são o testemunho do nosso fracasso coletivo em agir.

O que propomos hoje são medidas complementares ao quadro legal vigente que permitirão não apenas reduzir o número de animais nos centros de recolha, como melhorar a vida dos animais.

Vamos dar um sinal positivo à sociedade açoriana, mostrando que estamos comprometidos com a proteção e bem-estar animal e iluminar o caminho até ao Palácio Ratton.

Está na altura de agir e é hoje.

Obrigado.

Deputado Nuno Barata (IL): Os ratos do Ratton!

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires para a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo Regional nº.69/XII.

Deputada Vera Pires (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A 23 de fevereiro de 2021 foi dado, finalmente, um passo necessário e esperado pela sociedade açoriana para a garantia do bem-estar dos animais de companhia e errantes: o fim do seu abate como forma de controlo populacional.

Durante anos estes animais foram vítimas de uma legislação desajustada e morosa no reconhecimento da sua senciência. Foram muitos os impasses até à concretização deste avanço, mas hoje sabemos que é o caminho que tem de ser feito para se alterar a forma como vemos e nos relacionamos com estes animais. Foram anos de luta e de propostas para se conseguir firmar este objetivo na legislação regional.

Foram muitos os açorianos e açorianas que se manifestaram em relação ao progresso legislativo que se impõe nesta matéria.

Precisamos não esquecer que são muitas as pessoas que diariamente se dedicam à causa animal e permitem que os avanços em prol do bem-estar animal se concretizem.

Foram estas mesmas pessoas, voluntárias, que permitiram, com o seu esforço e dedicação, abdicando de horas do seu lazer e dos seus recursos financeiros, para que se conseguisse o objetivo do abate 0.

A sobrepopulação animal foi sempre uma das preocupações do BE, a nível nacional e regional. Aqui trouxemos, por diversas vezes, esta preocupação e a nossa perspetiva acerca do caminho a seguir e fomos vendo propostas nossas serem aprovadas.

Campanhas de esterilização em vez do abate de animais saudáveis. Apoio financeiro às associações de causa animal para esterilizações, colocação de chipes e cuidados veterinários.

Solicitámos, por diversas vezes, a fiscalização de canis e CRO's (centros de recolha oficiais).

Denunciámos os casos, alguns graves, que se passavam.

Em quase 15 anos com representação nesta Assembleia, nunca tivemos receio, nunca abandonámos esta luta.

Por isso mesmo, queremos melhorar e avançar. Mais do que palavras, são precisas ações, que têm de se apoiar numa legislação clara e protetora dos direitos dos animais. É este o objetivo da proposta que o Bloco de Esquerda apresenta.

Apesar do caminho feito, há muito ainda por alcançar. As medidas de redução e controlo populacional desenvolvidas não são suficientes, e é por isso urgente atuar de forma mais prolongada e eficaz, através da promoção de campanhas de esterilização e identificação prolongadas no tempo.

São as campanhas de esterilização que permitem reduzir e controlar a reprodução desordenada destes animais, enquanto a identificação permite responsabilizar e prevenir as situações de abandono animal.

O reforço do investimento na esterilização e identificação será compensador, pois a proliferação destes animais implica suportar um custo cada vez maior para o seu controlo, obrigando a “correr sempre atrás do prejuízo”, quando podemos e devemos atuar proactivamente para atingir os resultados desejados.

A aposta nestas estratégias de longo prazo permitirá reduzir a sobrelotação nos Centros de Recolha Oficiais e canis municipais, bem como a sobrecarga a que as associações de defesa animal estão hoje em dia sujeitas.

A identificação, através do seu registo, é fundamental para evitar adoções de animais por impulso e para garantir que os adotantes entendam a responsabilidade inerente ao processo de adoção. A legislação promoverá, assim, também por esta via, o combate ao abandono animal.

É ainda importante diferenciar os animais domesticáveis dos silvestres, garantindo que os programas CED (Captura-Esterilização-Devolução) já realizados por associações da causa animal e voluntários ganhem suporte

legislativo, garantindo também uma maior clareza em relação às responsabilidades no registo e identificação animal nestes casos.

Esta lacuna da legislação atual pode conduzir a problemas na atuação de associações de proteção animal que, pela ausência de suporte legislativo em relação a colónias e ao registo destes animais, poderão incorrer em ilegalidades, caminho que não podemos de todo permitir, pois estaremos a condenar o trabalho de quem voluntariamente se dedica a esta causa e ajuda a alcançar os objetivos que todos pretendemos. A clarificação que propomos permitirá uma melhor operacionalização das ações, facilitando o trabalho de todos os intervenientes.

O bem-estar animal deve ser sempre a nossa motivação e objetivo. Para o alcançar, o caminho passa também por avanços legislativos ambiciosos, mas exequíveis. A história mostra-nos que os impasses impedem o progresso e condenam o sucesso – queremos os Açores na vanguarda do bem-estar animal. Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão apresentadas ambas as iniciativas e estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pronto, parece que ninguém quer falar de animais.

Deputada Patrícia Miranda (PS): Já agora...!

O Orador: Eu quero falar de animais, porque há coisas que eu não sei e quero aprender. E então vi aqui na proposta do PAN os “pombais, contracetivos” e intrigou-me bastante, porque eu não sei o que é um *pombal contracetivo*.

Por isso, gostaria de perguntar que o Sr. Deputado Pedro Neves o que é que ele quer fazer às nossas pombinhas?

Presidente: Continuam abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Pacheco:

Não quero que lhe falte nada!

Deputado Nuno Barata (IL): Aos **pombos** que não falte nada!

O Orador: Podia ter verificado, porque houve tempo para ver, mas os pombais contracetivos - acho que o primeiro foi em Lisboa e até um sucesso bastante grande - trocaram as voltas, neste caso quando a Câmara Municipal mudou de cor política (não tem a ver com a cor política, tem a ver com as pessoas) e disseram aos colaboradores “vamos esquecer os pombais contracetivos e vamos matar os pombos”. Para que servem é que são os pombais contracetivos?

Para controlo da população, ou seja, em vez de matarmos os pombos podemos fazer uma esterilização pela via da própria ração e também uma troca dos próprios ovos para ovos de plástico ou de gesso, para que haja uma redução da quantidade de pombos dentro duma cidade. E nós aqui nos Açores, temos algumas cidades com esse problema, sendo que esta é uma das ideias que podemos adotar e que tem sucesso. Não é sequer um projeto piloto, é algo que podemos verificar que acontece em vários concelhos em Portugal com bastante sucesso.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já viram? Aqui também se aprende umas coisinhas. Nós não sabíamos, ficámos a saber. E é uma medida muito importante para controlar uma grande “praga” que nós temos, pois muitas vezes não conseguimos controlar os bandos de pombos que andam por aí a fazer aquelas coisas sobre os monumentos, etc.

Deputado Pedro Neves (PAN): E fica mais barato!

O Orador: Pronto, isso aí já é uma conceção sua.

É caso para dizer que as pombinhas estão salvaguardadas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares.

Deputado Berto Messias (PS): Uma Deputada que se chama Joana Pombo - não sei se foi a melhor escolha. Não sei se é boa ideia!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PS)

(*) Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como se pode ler na Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia, “O homem tem uma obrigação moral de respeitar todas as criaturas vivas, tendo presente os laços particulares existentes entre o homem e os animais”.

É importante referir que o sacrifício animal não se mostrou durante muitos anos eficaz no controle populacional de animais errantes, sendo o controlo eficiente aquele que se efetua de uma forma digna das ações dos municípios, das associações de proteção e bem-estar animal, prevenindo o superpovoamento animal e que seja um risco iminente para a higiene e segurança do homem, assim como para outros animais.

Na sequência de trabalhos que foram efetuados nesta Assembleia Legislativa nos últimos anos, conseguiu-se alcançar o abate zero dos animais errantes e de companhia de grande importância para a região e a nível do bem-estar animal.

Nos anteriores governos, verificou-se também um investimento na criação dos Centros de Recolha Oficiais, dotando os municípios de meios vocacionados para a proteção do bem-estar animal, onde se combate a proliferação de doenças transmissíveis, se promove a captura, remoção e tratamentos de animais, assim como a redução do abandono e fomento da adoção responsável. No entanto, foi

com alguma surpresa (ou muita!) que assistimos no final de 2021, à proposta do atual Governo Regional para a segunda alteração do Decreto Legislativo Regional atual – o nº 12/2016, de 8 de julho - que aumentava essas exceções de abate, sendo que consideramos esta proposta um recuo no tempo e em tudo o que a Região alcançou até ao momento. E foi uma decisão quase unânime em termos da população, uma vez que surgiram duas petições, manifestações em concelhos e muitas outras formas que foram manifestadas, contra esta proposta sugerida pelo atual Governo, tendo sido uma decisão desta Câmara que a proposta não fosse aprovada. NO entanto, é neste seguimento que surgem estas duas propostas que acabámos de ouvir de ouvir e que nos foram apresentadas, de forma a melhorar o diploma que está em vigor.

Destacamos a responsabilidade municipal no registo das colónias que existam nas suas áreas que até ao momento, apesar de ser de ser obrigatório, muitas vezes estava esta questão omissa e esse registo era efetuado pelas associações de resgate e bem-estar animal, onerando muitas das vezes as suas ações.

Consideramos também importante que seja salvaguardada a segurança pública de pessoas e bens, assim como a idoneidade dos médicos veterinários durante a sua intervenção nas exceções previstas já no diploma em diploma em vigor.

Não é pelo RACE ter sido criado pelo Partido Socialista, que consideramos que o mesmo pode ou deve ser mantido, como já foi transmitido em 2022 durante esta discussão, uma vez que este é aquele partido que, apesar de o ter criado, tem a capacidade de dizer e afirmar que pode já não fazer sentido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não se tem notado!

A Oradora: O RACE foi criado quando existiam mais duas bases de dados, a da Região Autónoma da Madeira e a do continente, e que na fusão de ambas, passamos a ter uma duplicação de trabalho e também a adicional ausência de informação, por exemplo, quando o animal é registado no continente.

Tudo isto são questões que foram bem explícitas nos pareceres que foram recebidos, quer em 2022 quer nos presentes diplomas.

Também achamos que deve, sim, o RACE estar integrado no SIAC, sendo responsabilidade do atual Governo, fazer com que isto aconteça, não se correndo o risco de contra-ordenações, duplicação de dados e de trabalho para quem trabalha nesta área.

Atendendo aos pareceres também recebidos em Comissão, consideramos inexequível para muitos dos municípios a criação de parques de matilhas, neste momento, considerando que esta poderá ser uma preocupante questão de segurança pública, referindo ainda que, à semelhança do parecer das ordens de veterinários, consideramos também que as problemáticas de equídeos e da subpopulação de aves, nomeadamente dos pombos, os animais de produção ou silvestres e pragas, que são assuntos de extrema preocupação – quero realçar isto – e passo a citar o que está no parecer, “deverão ser alvo de uma reflexão mais profunda e amadurecida que garanta aspetos técnicos relacionados com a saúde, veterinárias e públicas, com os ambientes urbanos e rural e com as particularidades dessas espécies do ponto de vista económico, social e que sejam convenientemente ponderadas antes de legislar sobre elas.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alberto Ponte.

Deputado Nuno Barata (IL): Alberto, olha os pombos!

(*) **Deputado Alberto Ponte (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. membros do Governo Regional:

Este Grupo Parlamentar e este Governo Regional são apologistas, defensores e promotores do bem-estar animal, quer seja animal de produção, estimação, doméstico ou, como neste caso, errante. Já foram várias as medidas tomadas por este governo regional neste sentido.

Deixo aqui alguns exemplos:

Este Governo ofereceu à PSP e à GNR, em todas as ilhas, 44 portáteis para leitura do transponder, permitindo a qualquer momento identificar o proprietário do animal.

Com este Governo foi criada uma comparticipação na tarifa aérea inter-ilhas que necessitam de cuidados veterinários, desde que não existam estes tratamentos na sua ilha.

Para 2023 está inscrita uma ação própria no plano regional anual – Ação 6.2.33 – para a implementação de um programa de identificação e esterilização de animais de companhia, para articulação com as câmaras municipais e Centros de Recolha Oficial, de 150 mil euros. Entre muitos outros, são vários os exemplos de umas tantas medidas que têm sido desenvolvidas nestes últimos 2 anos de governação.

Assim, é com enorme satisfação que vemos outros grupos parlamentares com o mesmo intuito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste sentido, este Grupo Parlamentar, votará a favor de toda e qualquer iniciativa que vise melhorar as condições de vida de todos os animais.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Devo registar em primeiro lugar que é a terceira vez que revisitamos este diploma nesta Legislatura e isso também deveria ser alvo de reflexão desta Assembleia. Não obstante, considero que estas propostas de alteração têm um conteúdo pertinente, sobretudo, naquilo que diz respeito às campanhas CED (captura, esterilização e devolução), um enquadramento que já havia sido falado até quando foi a primeira vez que este diploma foi alvo de uma alteração nesta Assembleia e nessa oportunidade poderíamos tê-lo feito – não o fizemos – mas também vamos a tempo na mesma de o fazer, mas é efetivamente pertinente, porque as colónias de gatos, sobretudo e esta concretização da definição, impunha-se, até porque o diploma inicial previa a devolução ao fim de 2 anos de qualquer animal, fossem eles gatos, cães e sem haver qualquer enquadramento.

Por isso é um passo significativo e importante que agora, pelas intervenções que me precederam, terá lugar – suponho - com o apoio de todos.

Por outro lado, e indo também ao encontro da intervenção da Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, também nos parece que a questão dos equídeos e da abertura da porta à formação de matilhas na Região, merece uma reflexão mais profunda que, neste momento, o CDS não considera que terá que haver uma quarta revisão deste diploma - é o que é. Neste momento, não iremos acompanhar estas propostas de alteração.

Por outro lado, as questões que se relacionam com o controlo de aves, sobretudo de pombos urbanos, parece-nos bastante pertinente e efetivamente há vários métodos.

Consideramos que a questão das rações esterilizantes será talvez a forma mais económica, até do ponto de vista dos recursos humanos, uma vez que não obriga à intervenção humana para substituição ou remoção de ovos, que também poderia levar a outros problemas dosaios constantes dos próprios animais, neste caso das pombas.

Bem, mas indo um bocadinho adiante, também há outro problema, na nossa ótica, nesta proposta que está em cima da mesa, para lá da reflexão que se deve fazer, apesar de termos mais dados nesta proposta que nos permitem analisar - numa eventualidade de poder acompanhar esta proposta - no entanto, temos dúvidas do ponto de vista da jurisdição. E a proposta que foi apresentada e em relação à qual não temos qualquer alteração, remete essa responsabilidade para a Direção Regional e para o Governo Regional. Parece-nos que numa reflexão futura que se possa fazer neste particular, se calhar devíamos ver isto também do ponto de vista municipal.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Pombais municipais?!

O Orador: Até porque anteriormente já existiram os pombais que eram municipais - outras vezes eram privados - mas talvez seja necessário rever essas práticas. De qualquer das formas, estes são os pontos que agora nos suscitam mais dúvidas e que, por isso, tal como já foi dito anteriormente, requererão uma reflexão mais profunda, pelo que não estaremos em condições de acompanhar. De resto, parece-nos que as propostas são pertinentes.

Também não concordamos - e aqui permitam-me uma referência ao posicionamento do Partido Socialista - com o registo, isto é, com o SIAC.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O Pinto e a Pombo...é qualquer coisa!

O Orador: Parece-nos que o SIAC tem um custo associado de 3 euros, e será sempre onerar sejam as associações seja a entidade que for fazer

este registo. E, por isso, parece-nos que esta proposta que existia de haver o sistema regional era pertinente, exatamente por haver um controlo na totalidade deste processo de registos a nível regional, não era oneroso do ponto de vista do utilizador.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): O Sr. Secretário quer matar uns pombos? Uma rola estufada é um luxo!

O Orador: E isso, para nós, era relevante.

Por isso, obviamente, nós iremos votar contra as propostas que remetem para o registo único e exclusivo do SIAC, pese embora compreendamos aquilo que tem a ver com a eventual duplicação e com o facto de haver dificuldades na integração de dados depois entre o RACE – era o sistema regional - e o SIAC. No entanto, parece-nos que o RACE seria mais importante, pelo facto de que em primeiro lugar, não onerar. Por outro lado, também tem a ver com a resposta que o SIAC dá que normalmente é muito mais morosa, quando se previa que um sistema regional pudesse ser mais expedito.

Por isso, não acompanhamos também aquela que foi a posição já demonstrada pelo Partido Socialista de acompanhar eventualmente essa proposta e não acompanhamos também na proposta de alteração, que é aquela que é concreta. E, neste momento é só.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É verdade que quer o Governo Regional quer esta Assembleia, têm sido profícuos naquilo que são as medidas legislativas, quer também na operacionalização de medidas a favor dos animais de companhia.

Em particular o PAN e o Bloco de Esquerda, têm apresentado propostas legislativas, com vista à modificação daquilo que é a legislação em vigor para estar mais ajustada. Por vezes propostas que têm efetiva operacionalização, outras vezes propostas que são difíceis de operacionalizar.

Ora, neste sentido, penso que estamos todos de acordo que nesta Legislatura caminhamos para uma efetiva consciência de que é preciso diminuir e responsabilizar o abandono animal, é necessário promover a adoção, é necessário aumentar a esterilização e a identificação com variadas campanhas articuladas entre vários agentes institucionais, como seja as câmaras municipais, as juntas de freguesia, as associações de proteção animal.

Estamos todos de acordo que é necessário criar formação no âmbito do manuseio dos animais de companhia. E, de facto, estamos em sintonia quanto à necessidade de aproximar e atingir esses objetivos com racionalidade e com realidade. Ou seja, tendo em conta aquilo que são os nossos recursos humanos e os nossos recursos financeiros para fazer

Face a esse respeito necessário pelos animais de companhia.

É um progresso que todos fazemos, mas com a consciência das nossas limitações regionais.

Neste sentido, permita-me esta Câmara recordar algumas das ações que foram realizadas por este Governo e outras que estão em curso, recordando aquilo que é a nossa atenção política sobre esta temática que muito sensibiliza a opinião pública e que muito sensibiliza os açorianos também.

Foram assinados, pela primeira vez, protocolos com as juntas de freguesia. Esta foi uma alteração realizada através da portaria nº 23/2021 de 15 de abril, até então não era possível protocolar com as juntas de freguesia nos municípios

onde não havia centros de recolha oficial. agora já é possível. E, portanto, as juntas de freguesia também são envolvidas, recebendo um montante de mil euros cada uma para esterilização e vacinação dos animais de companhia

Portanto, uma atuação o mais próxima possível daquilo que são as freguesias, o mais próxima possível daqueles que querem adotar ou comprar um animal de companhia.

Em 2019 eram 7 as entidades que concorriam aos apoios do Governo dos Açores. Em 2022 este número subiu para 26 entidades, muito mais entidades que concorrem, porque é maior a abrangência.

Também em 2019, o montante financeiro disponível era cerca de 70 mil euros. Agora em 2022, o montante é de 240 mil euros, três vezes mais o montante disponível para esses aspetos da identificação e de esterilização dos animais de companhia.

Deputado Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

(Aparte inaudível do Deputado Nuno Barata)

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Estamos a falar de animais errantes!

O Orador: Tivemos uma proximidade como também já foi aqui recordado, com aqueles que fazem a fiscalização diária quer da identificação quer do registo, quer ainda da vacinação em dia dos animais de companhia. E assim foram cedidos à PSP e à GNR 44 leitores portáteis para que possam de imediato identificar de quem é aquele animal abandonado e responsabilizar o seu titular.

Pela primeira vez, em 2022 realizámos a primeira Feira dos Animais de Companhia. Ora, esta Feira não é mais do que uma mostra que envolveu mais

de 20 associações locais dos Açores, mas também associações que vieram do continente, naquele que é o desejado diálogo, naquela que é a desejada intercomunicação entre essas várias associações, para que pudessem de facto debater e partilhar vivências e operacionalizações dos animais de companhia.

Foi um convívio que teve resultados, que teve depois campanhas articuladas e um maior conhecimento e sabedoria entre todos, como tratar de facto o relacionamento humano com os animais de companhia.

Em 2021 e 2022, distribuímos *flyers* mensalmente, da forma como deve ser o respeito e distribuímos pelas câmaras municipais, juntas de freguesia, associações agrícolas, associações de proteção animal, mostrando qual deve ser a educação e um procedimento didático junto dessas entidades que recebem todos os dias os seus associados e também lhes é questionado sobre a forma de nos relacionarmos de facto com os animais de companhia.

Permitam-me também dizer que nestes 2 anos foram cedidos cerca de 4900 microchips e 3300 doses de vacina antirrábica, permitindo aos centros de recolha oficial estar mais preparados para fazer face às exigências legislativas, não só regionais, mas também nacionais e também da europeias.

Em 2022 nós comparticipámos 1406 esterilizações às associações de proteção animal, 1985 esterilizações aos centros de recolha oficial e 124 esterilizações às juntas de freguesia, perfazendo um total de 3515 esterilizações no montante de 201 mil 717 e 67 cêntimos.

Deputado Nuno Barata (IL): Grande António Ventura!

O Orador: Ora, por aqui se vê a nossa vontade.

Recordo dentro das nossas limitações, recursos financeiros e humanos, a nossa vontade em apoiar. Em 2019 eram 70 mil euros.

Também estamos a preparar os custos de formação para quem quer adotar um animal de companhia. De facto, existem exigências que as pessoas desconhecem no maneo do animal de companhia que variam com a raça, com a

legislação em vigor, que vacinas têm que se aplicar e qual é o comportamento animal específico daquela raça.

São tudo situações que merecem de facto uma formação prévia à adoção e que vão ficar disponíveis através de videoconferência, outras vezes em sítio, dependendo do número de inscrições, para que se possa, por um lado perceber previamente qual deve ser o tratamento profilático dos animais de companhia, que respeito se deve ter por estes animais companhia, quais são as obrigações da legislação em vigor e qual é o comportamento animal ajustado a cada raça.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso é uma revolução civilizacional!

O Orador: Acho que são elementos essenciais que responsabilizam quem quer adotar um animal de companhia, ou seja, pela prevenção e pelo conhecimento didático.

Depois, interessa falar sobre algo que nós não devemos perder e que é a nossa identidade. Foi criada em 2019 por anterior executivo, a RACE que é uma base de dados regional de que todos nós devemo-nos orgulhar de ter esse registo a nível dos Açores. É um símbolo da nossa identidade e, acima de tudo, permite que possamos ter algo que é nosso e que não fere a legislação em vigor a nível nacional.

Na verdade, o nº3 do Decreto-Lei nº 82/2019 não obriga à extinção da RACE. O que diz sobre a base de dados dos Açores e da Madeira – e vou citar – é que “Os dados constantes e que sejam compatíveis com a base de dados do registo de animais de companhia e/ou errantes em funcionamento na Região Autónoma dos Açores, devem ser integrados no SIAC”. Não devem desaparecer, devem fazer parte. E é isso que estamos, ou seja, o SIAC deve ter de facto o registo da RACE, mas a RACE tem várias vantagens, desde logo, para obtermos uma informação do SIAC, leva 1 a 2 semanas; no RACE a informação estatística e os dados chegam na hora. Ora, isto permite identificar rapidamente o detentor

ou o titular, permite rapidamente atuar atuarmos em situações de sanidade animal ou crises que tenham a ver com a alimentação. E, portanto, essa rapidez com que obtemos o dado RACE, não obtemos no SIAC.

É, de facto, um elemento de segurança alimentar, de segurança para o maneio e identidade animal, é um elemento de segurança para os açorianos e, portanto, é uma base que nos deve orgulhar. Por outro lado, na RACE não se paga nada, é gratuito, e isso já permitiu ao longo destes anos, poupar às associações, às juntas de freguesia e às câmaras cerca de 44 mil euros de poupança aos Açores, enquanto no SIAC por uma voraz vontade de sacar – este é o termo - dinheiro aos cidadãos que têm animais de companhia, paga-se cerca de 3 euros. Eu ponderei bem o termo (sacar) porque, de facto, esse registo pertence ao Sindicato dos Veterinários que pretende aqui obter financiamento.

Por outro lado, na RACE é possível a um conjunto de entidades como as câmaras municipais, juntas de freguesia, associações de proteção animal, PSP, GNR, Direção Regional de Agricultura e Serviços de Desenvolvimento Agrário terem acesso de facto à RACE de forma gratuita e rápida; enquanto no SIAC são precisos vários procedimentos administrativos, várias autorizações administrativas, ou seja, vários obstáculos no caminho que nós não obtemos com a rapidez e a celeridade que queremos os elementos para a nossa identificação.

Deputado Nuno Barata (IL): Não existe! Lamento informar, não existe!

O Orador: Isto para vos dizer que as duas propostas em apreço permitem a eliminação RACE. Não façam isso. Mantenham a nossa base de dados que é gratuita.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É de graça! Ainda por cima é gratuito!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Não é uma base protocolada com nenhuma empresa regional ou nacional, é feita na própria Secretaria, foi feita em 2019, tem uma manutenção gratuita dessa base e permite a todos nós termos de facto esta informação com rapidez e permite até termos maior segurança, credibilidade e confiança.

No nosso entendimento, a RACE deve-se manter.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor fala bem!

O Orador: Para além disso, penso que a RACE deve ser também um dos braços de ferro autonómicos que devemos manter.

Não devemos ceder, nem tombar perante a legislação nacional, quando temos uma RACE melhor do que o SIAC. Aliás, a RACE nasceu primeiro do que o SIAC. E, portanto, nós não devemos tombar ou ceder à legislação nacional quando fazemos melhor, quando temos melhor e quando somos exemplo na Região.

Esse é também um simbolismo autonómico, ou seja, manter essa nossa base de dados, porque a legislação nacional não obriga ao desaparecimento da RACE.

É isto que o Governo dos Açores pede de facto a esta Câmara, que não faça desaparecer a RACE, não faça desaparecer esse símbolo autonómico, não faça tombar perante a legislação nacional, algo que foi criado e muito bem criado - e estamos a falar do anterior executivo, nem sequer é deste - nos Açores e que mantém um registo muito atualizado dos nossos animais de companhia. É, de facto, uma alavanca e uma forma de estar que nos permite, por um lado, construir melhores políticas públicas para os animais de companhia, mas também permite aos Srs. Deputados terem um melhor conhecimento, com maior rapidez, para também formularem as vossas iniciativas e as vossas propostas.

Deputado Nuno Barata (IL): 15 minutos, Sr. Secretário!

Deputado José Pacheco (CH): Isto é uma maratona!

Gostaria também de vos dizer que está em elaboração, e já foi anunciado na Feira dos Animais de Companhia, pela primeira vez - e como exemplo também a nível nacional - a criação de um Plano Estratégico de Bem-estar Animal. Falamos de animais de produção e animais de companhia - que deverá estar pronto este ano e por aqui também nós damos o exemplo da preocupação dos açorianos com o bem-estar animal.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Olha o tempo!

Deputado Nuno Barata (IL): E o senhor fala bem!

Deputado Berto Messias (PS): Quem é que manda aqui, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: O bem-estar animal é uma preocupação das sociedades atuais e modernas.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Olha o tempo!

O Orador: Hã...? Eu ainda tenho tempo. Enquanto tiver tempo vou continuar sempre. Quando o Sr. Presidente me mandar calar eu calo-me.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Deputado Nuno Barata (IL): E o senhor fala bem!

Deputado Berto Messias (PS): Afinal quem é que manda aqui, Sr. Vice-Presidente?

O Orador: E já que se está a falar de bem-estar animal, vou passar a outra questão - e porque está tudo relacionado com este tema - gostaria de dizer que em 2022 certificámos no âmbito do *Welfare Quality*, dois matadores - o

Matadouro de São Miguel e o da Terceira. Vamos certificar este ano mais 5 matadouros.

Conseguimos ajustar aos Açores o protocolo do Instituto de Investigação e Tecnologia Alimentar, a entidade que tem as credenciais para a Península Ibérica. Não foi um ajustamento fácil, porque havia práticas pecuárias que são distintas de ilha para ilha, é verdade que isto é uma riqueza de âmbito histórico e patrimonial das nossas práticas, mas por outro lado, dificulta esse ajustamento. Ora, nós conseguimos esse ajustamento e, neste momento, formámos já os nossos auditores internos - temos mais de 20 auditores internos formados – que se estão a dirigir às explorações pecuárias para que sejam elas a solicitar a sua certificação. E, nesse sentido, os animais de produção estão a merecer uma atenção política para o bem-estar animal.

Dizer-vos, finalmente, que quando os Srs. Deputados ou o Governo se preocupam com esta questão, não significa que queremos vitórias.

Queremos, sim, a vitória dos açorianos e da Região, porque é um exemplo que damos ao mundo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Deputado Nuno Barata (IL): 17 minutos!

A última vez que ouvi uma homilia de 17 minutos, deixei de ir àquela missa!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estevão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu não sei o que possa dizer de novo depois da intervenção do Sr. Secretário António Ventura.

Não há praticamente nenhuma novidade que eu aqui possa introduzir. Mas é evidente que vou apresentar aquela que é a posição do Grupo Parlamentar do PPM nesta matéria.

(Aparte impercetível do Deputado Nuno Barata)

O Orador: O mais velho aqui é V. Exa. que está cá desde 96, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado é o mais velho aqui, com mais experiência parlamentar. É essa a novidade da Iniciativa Liberal. Já está a ver o modo de campanha. Eu quero dizer-lhe, Sr. Deputado Pedro Neves, que V. Exa. conseguiu aqui aprovar um conjunto de matérias que tem permitido uma melhoria muito significativa ao longo desta Legislatura, nesta matéria de proteção dos animais...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso inclui baratas?

O Orador: ... e do controlo da população de animais de companhia ou errantes e muitas outras matérias relacionadas com esta temática que diz muito ao seu partido, com a qual nós partilhamos aquela que é a vertente ecológica. Nós como o partido mais ecologista mais antigo do País da Península Ibérica, devo dizer-lhe que é inegável que nesta Legislatura o conjunto de avanços que conseguimos concretizar ao longo destes 2 anos, é muito significativo.

Eu penso que V. Exa. terá esse reconhecimento por parte do conjunto do País, e daqueles que se batem por estas causas no conjunto do país, em que os Açores, já é em muitos casos - em apenas 2 anos - uma Região verdadeiramente percursora.

Para enquadrar a nossa adequação, devo dizer-lhe que há três matérias que nos preocupam sempre, do ponto de vista desta legislação, que é continuar a garantir a segurança das pessoas, continuar a garantir a segurança das atividades económicas e também garantir que o esforço financeiro que a Região e as outras entidades públicas fazem é um esforço financeiro sustentável e que permite manter aquilo que nós consideramos que é também nesta área uma vantagem, que é a presença muito forte das associações que trabalham em conjunto com outras entidades, como o Governo Regional, as câmaras municipais e os privados - os próprios proprietários - portanto, consideramos que é muito importante continuar a manter esta vertente de responsabilidades múltiplas nesta área. E que os compromissos que a Região venha a assumir sejam sustentáveis no futuro.

Em relação à proposta em concreto, devo-lhe dizer, como aqui já foi referenciado por outros Grupos Parlamentares, nomeadamente o CDS, que em relação aos parques de matilhas, nós não concordamos. Não podemos acompanhar a proposta nessa matéria. E também em relação à criação dos planos de emergência para o acolhimento de equídeos, não acompanhamos. Mas há um outro conjunto muito significativo de matérias que vamos votar favoravelmente, mas devo-lhe dizer que vamos votar favoravelmente a sua iniciativa que consideramos que introduz um conjunto de matérias que são importantes e que permitem avançar mais rapidamente nesta temática e de forma mais equilibrada que, por exemplo, a proposta do Bloco de Esquerda.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Não tem pés nem cabeça!

Deputado Nuno Barata (IL): O Bloco de Esquerda nunca faz coisas com pés e cabeça!

O Orador: Por isso, a sua proposta merecerá votação favorável do Grupo Parlamentar do PPM.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Prescinda!

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Não prescindo nada, Sr. Presidente.

Eu jamais prescindiria da palavra num documento desta natureza.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional – Engenheiro-Mestre António Ventura...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Engenheiro basta.

O Orador: V. Exa. tem o grande património político de ter retirado um deputado nas últimas eleições ao Partido Socialista na Terceira - isto ninguém lhe tira. Agora, pareceu-me que V. Exa. quer que os animais errantes e de companhia passem também a votar, para ver se tira três deputados ao Partido Socialista.

(Risos dos Deputados das bancadas da Coligação)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Só faltam esses!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Mas os donos dos animais podem votar.

O Orador: Devo-lhe dizer, Sr. Secretário Regional, que a última vez que fui a uma missa e a homilia demorou 17 minutos eu deixei de ir àquela igreja.

Sr. Secretário Regional, o que mais me preocupa neste debate nem é a demora da homilia, nem essa vontade eleitoral que V. Exa tem de galgar caminho ao Partido Socialista na Terceira e quem sabe ao CDS... um dia!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ventura, esclarece lá isso!

O Orador: O que me preocupa sinceramente é que o senhor veja no RACE uma... conquista de autonomia – ao que nós chegámos! Ao que chegou a autonomia!

Eu lamento informar o Sr. Secretário que o RACE não existe, ponto!

O que é que eu quero dizer com isto? Formalmente não existe.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Mas os donos dos animais podem votar.

O Orador: Existe, está na legislação. Foi aprovado nesta Casa. Existe sim! Existe e está aprovado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Les Gammas...*

O Orador: *Les Gammas n'existent pas. Ils existent...mais Les Gammas n'existent pas!*

Isto é uma espécie de *private joke* só para quem tem mais de 50 anos de idade.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Menos um bocadinho.

O Orador: O Sr. Deputado Vasco cordeiro era muito pequenino, mas já via televisão, já via *Les Gammas*.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Que me tenha chamado sexagenário a mim, ainda vá. Agora cinquentenário a ele, não!

O Orador: Mas o que aqui nos traz não é estes pequenos apartes parlamentares e estes momentos de descontração que obviamente também são importantes em sede parlamentar.

De facto, há aqui medidas que nos parece que são exageradas até para o estado em que a nossa economia se encontra pelos recursos que esta Região tem e para

a realidade geográfica em que vivemos.

Deste ponto de vista, e desde logo em relação ao RACE, o que as duas propostas preveem é migração destes dados para o SIAC - é fundamental que se faça - mas é preciso termos noção que não existe, ou seja, nós vamos introduzir no SIAC dados que estão numa base de dados informal, digamos. Mas é importante que esses dados sejam introduzidos na base de dados a nível nacional.

Quem vai pagar? Não sei, o Sr. Secretário há-de saber. Mas como anunciou ali milhares de euros, provavelmente deve ter lá uma *verbazinha* para fazer isso. Eu cá não estou preocupado com os animais de companhia ou errantes ou com o controlo dos pombos. Estou preocupado com os ovos de plástico, pelo menos que fossem de bambu, porque se são ovos de plástico são poluentes, se bem que destruir ninhos de pombos tem vantagens para os pombos, porque pombas entram em cio mais cedo e os pombos ficam mais satisfeitos.

(Risos de alguns Deputados das bancadas da Coligação)

São aquelas coisas de que o PAN se lembra.

Estou preocupado com os centros de recolha para equídeos, porque têm custos bastante elevados. Segundo sei, já existe aqui no Faial, não existe em mais nenhuma.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): É uma ilha sempre à frente.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): É uma ilha sempre à frente. Rui Martins, estás de parabéns!

O Orador: Sempre à frente nessas coisas, sim senhor. E como tal, acho que a Região tem demasiados problemas para estar preocupada com situações ainda desta natureza.

Preocupa-me, de facto, o estado em que estão as escolas, os hospitais, as unidades de saúde.

Na Ribeira grande continua a unidade de saúde...

Deputado Pedro Neves (PAN): Já faltava isso!

Já estava a achar estranho o senhor não falar nisso.

O Orador: Não faltava, é isso mesmo!

É precisamente por se gastar em minudências que depois não há dinheiro para fazer aquilo que é preciso ser feito!

É precisamente por se gastar nessas minudências, que depois não há dinheiro para pintar as escolas, para arranjar os telhados nas escolas, para resolver os problemas da saúde. E essas *conquistas* que se vão fazendo com essas pequenas coisas, vão criando peso no nosso Estado que depois não consegue resolver aquilo que é preciso resolver na Região, nomeadamente na saúde e na educação.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Duzentos mil euros?!

O Orador: Esta é que é a questão. Até porque é sempre mais fácil.

Deputado Pedro Neves (PAN): Ah e os animais errantes é que vão fazer essa diferença para a Região?! Sim senhor!

O Orador: Não são os animais errantes. São um cumular de todas essas situações que os senhores vão inventando, de todos esses...supostos *progressos* é que nos trazem ao princípio que é a falta de dinheiro para a saúde e para a educação. Nós já queremos andar à frente e ainda não resolvemos os problemas lá atrás. E este é que é o problema desta Região. Anda sempre muito à frente sem resolver o que está para trás.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Patrícia Miranda.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Ah, a Sra. Deputada sempre vai falar?

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Bom, foi com muito gosto que ouvi o Sr. Secretário da Agricultura, hoje, falar durante 17 minutos.

Deputado José Ávila (PS): Também não é tanto assim.

A Oradora: Andava muito contido desde o plenário passado e hoje até tinha estado um bocado silencioso, pronto, mas é um gosto voltar a ouvi-lo.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não tive oportunidade de falar.

Quando me fazem perguntas eu falo.

A Oradora: Pena é que aquilo que nos traz é um bocado duvidoso.

Começamos pelo apoio: fala em 240 mil euros de apoio em 2020.

Diz o senhor que em 2019 foram 70 mil euros, esqueceu-se foi de dizer que em 2020 já era de 200 mil euros. Portanto, em 2022, o apoio que o senhor deu às associações foi apenas de 40 mil euros.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é 20% a mais do que no ano anterior. Olha que descaramento!

A Oradora: Mas o mais grave disto, é quando nós vemos documentos como o Relatório de Execução Financeira do ano 2022, em que estes 40 mil euros diluem-se nos 14 milhões de euros que não foram executados pela Secretaria Regional da Agricultura, principalmente numa altura em que em que nós assistimos a notícias como esta:

“A inflação está a aumentar o abandono de animais e as associações desdobram-se para os acolher”.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): A senhora está preocupada com o impacto da inflação?

A Oradora: Sr. Secretário, numa altura como esta, aquilo que se deve fazer e que se espera duma governação é uma maior robustez e uma maior capacidade de aplicar medidas que realmente sejam capazes de conseguir mitigar isto. E o que é que o Sr. Secretário elenca durante 17 minutos?

Elenca leitores de *microchip* para podermos identificar os animais. Ora bem, para esses leitores de *microchip* terem eficácia, é preciso que os animais sejam apanhados e que estejam identificados.

E mais: fala na questão do plano para o bem-estar animal - muito bem. Disse que nos apresentaria no dia 1 de abril de 2022.

Será que era um plano alusivo ao dia (1 de abril)?

É porque, entretanto, já passou quase um ano e ainda não temos nada em cima da mesa.

O Sr. Secretário fala também numa das medidas que é o apoio na aquisição de vacinas da raiva. Numa altura como esta não é vacina da raiva que vai fazer diferença no bem-estar animal.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Mas é obrigatório por lei.

A Oradora: Nós quando temos um animal que precisa de apoio, a última coisa com que nos vamos preocupar é com formalizações legais.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): E se for um acidente?!

A Oradora: Preocupamos com cuidados médicos, com alimentação e em arranjar casa para esse animal. O que o senhor aqui que nos apresenta é um apoio de vacinas da raiva. Pois muito bem!

Deixe-me também colocar uma questão: o Sr. Secretário tem dois cartões de cidadão ou só tem um?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Eu só tenho um.

A Oradora: Pronto!

É que a sua teimosia em continuar a insistir no RACE dá a ideia de que sim.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Ó senhora, está a comparar um humano com um animal?!

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (*Artur Lima*): A senhora esclareça aqui o assunto!

É que está a comparar aqui o Sr. Secretário a um animal.

A Oradora: Porque nós quando temos um animal registado na base regional em duplicado no SIAC, principalmente quando os animais do RACE não têm duplicação para o SIAC... ó Sr. Secretário alguma coisa aqui não está a bater bem. Pior é quando o Sr. Secretário – em jeito de conversa - diz que os médicos veterinários andam a “sacar” dinheiro com o SIAC.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): É verdade!

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Qual é a sua comissão?

Deputado Berto Messias (*PS*): O senhor está a atacar uma classe profissional, é uma vergonha!

A Oradora: É verdade que médicos veterinários andam a sacar dinheiro, Sr. Secretário?!

Isso é grave!

As suas declarações são graves e colocam em causa a idoneidade de uma classe inteira e isso não é digno dum Membro do Governo!

Deputada Andreia Costa (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Pior, também, é quando nós entramos na página ou no portal da Secretaria da Agricultura, num Governo que se diz apologista do bem-estar animal, com que é que nós nos deparamos?

Olhe, relatórios...zero!

Na página do bem-estar animal...zero!

Planos... zero!

Pois bem, é esta a preocupação que este Governo tem com o bem-estar animal.

Nenhuma, uma mão cheia de nada!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) Deputado Pedro Pinto (PAN): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu simplesmente estou a pedir esta intervenção para responder ao Sr. Deputado Nuno Barata, pois bem sabia que era contra e também com os apartes jocosos já era de esperar e já era do nosso conhecimento. Passa-me completamente ao lado, mas até que usou aquela costela populista que costuma usar. Só que enganou-se aqui com uma coisa, porque usou duas tutelas – educação e saúde - que são as tutelas que têm despesa nos Açores.

Deputado Nuno Barata (IL): E depois ?!

O Orador: E como à partida nós conseguimos fazer uma comparação nos Açores relativamente ao investimento dos animais (de companhia e errantes) e com educação ou saúde ou então para querer passar a mensagem aos açorianos de que o PAN só quer saber sobre os animais. Mas engana-se. E falou-nos da saúde, só que aqui na saúde o PAN dá cartas. É preciso que não se esqueça disso.

- Fez-se o VIA Verde AVC, uma TAC em todas as ilhas, nós não tínhamos.

- Relativamente às horas extraordinárias dos médicos nos Açores foi o PAN também.

- Temos o rastreio do cancro do pulmão e a erradicação do papiloma humano nas mulheres dos Açores.

Esquece-se de tudo isso. E fazemos uma proposta sobre os animais e o senhor diz que o PAN só quer saber de animais, não quer saber das pessoas.

Ouça, não use esse populismo contra mim, porque os açorianos sabem muito bem – supostamente – das iniciativas do PAN relativamente à educação, à saúde e à sociedade açoriana em si. Só que se nós tivermos umas palas nos olhos, não conseguimos ver o tema um bocadinho mais abrangente e, então, seremos populistas como o Sr. Deputado Nuno Barata!

Obrigado.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Ouça Sra. Deputada, para aprender.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentando responder e clarificar aquilo que por vezes é a dotação e depois é execução.

Em 2020, o Governo Regional participou com 92 mil euros as associações de proteção animal, isto é, muito longe dos 200 mil euros que a Sra. Deputada mencionou. E, portanto, há uma distância enorme com a participação de 240 mil euros.

Deputado Nuno Barata (*IL*): Mais 17 minutos!

O Orador: Esta é, de facto a distância. E, portanto, não olhe ao número, olhe sim à execução, porque o que a senhora disse é uma inverdade. Isso não é dizer aquilo que foi efetivamente utilizado e participado. Há a dotação e a execução. Por outro lado, eu acho que a política para os animais de companhia e bem-estar animal tem avalia-se também pelos resultados.

Deputada Patrícia Miranda (PS): E onde é que estão esses resultados?!

O Orador: Vamos aos resultados: em 2022, o número de animais que entraram nos centros de recolha oficial diminuiu 47%, relativamente a 2019/2020.

O número de esterilizações em 2022, aumentou 112%, relativamente a anos anteriores.

O número de vacinações aumentou 61% nos Açores centros de recolha oficial.

O número de desparasitações aumentou 7%.

No número de animais que sofrem eutanásia, houve uma redução de 94%.

Isto são números e são resultados da política pública. Não são meras intenções.

São já resultados de 2022.

Portanto, se estes resultados não validam aquilo que é a política pública implementada, eu não sei o que é que pode validar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: São factos, são resultados. São números daquilo que acontece nos Açores relativamente ao trato e à política pública para com os animais de companhia.

Deputada Andreia Costa (PS): O senhor não deu resposta a uma única questão. É inadmissível!

O Orador: Este não é só um esforço do Governo Regional.

Este é um esforço do Governo Regional, das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia e das Associações de Proteção Animal que merecem todo o respeito por este trabalho e por estes números hoje aqui apresentados. E, portanto, dizer que nada se faz, é efetivamente uma grande inverdade perante estes números e perante o esforço colaborativo de articulação de todas essas entidades, com a comparticipação do Governo Regional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

O Orador: Se calhar até o Governo obviamente tem aqui uma articulação de esforço que está manifestada no orçamento para 2023.

Como já foi referido, nós temos uma ação muito própria, direcionada para a esterilização e identificação animal, em articulação com os CROS (centros de recolha oficial) e com as câmaras municipais. Ou seja, onde não há CROS, nós vamos articular com as câmaras municipais.

Vice-Presidente do Governo (Artur Lima): Isso é extraordinário.

O Orador: Há só 9 CROS nos Açores. Há ainda, municípios que não têm esses centros de recolha. Vamos articular com eles e há uma verba destinada única e exclusivamente para fazer esse esforço. Mas é um esforço que tem que ser partilhado, tem que ser entre todos, porque as questões do bem-estar animal são questões muito importantes para qualquer sociedade atual.

Atrás das questões do bem-estar animal, vem uma promoção. articulada e atrelada ao bem-estar animal, vem o maior consumo alimentar. Articulado e atrelado às questões do bem-estar animal, vem um maior respeito pelos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Já está em campanha!

O Orador: Ou seja, não é uma questão menor. É uma questão de importância que leva consigo, de facto, uma promoção da economia, dos nossos agro-alimentos, a promoção duma sociedade que está no rótulo dos alimentos que respeita e tem padrões de bem-estar animal, uma sociedade que conserva, por exemplo, os solos, que é outra ação política que estamos a efetuar da promoção daquilo que é a sustentabilidade, intergeracional dos nossos solos.

Se os nossos produtos tiverem também como referência o respeito pelo bem-estar animal e por aquilo que é fértil nos Açores para o crescimento e para a produção de agro-alimento - que é os solos, estaremos estamos no caminho da vanguarda, ou melhor, nós estamos no *futuro do futuro*. E estando no *futuro do*

futuro, estamos à frente e estamos a posicionar-nos para estar nos desafios quer dos mercados atuais, quer também na conquista de novos mercados.

Não é uma questão de menor importância, é uma questão de grande importância.

Quanto à RACE, eu acho que desistir dela, deste registo regional que temos dos nossos animais, é desistir daquilo que foi criado, daquilo que foi um exemplo a nível nacional e daquilo que permite, por exemplo, às nossas juntas de freguesia, num único registo, obter a todo o momento a identificação e a esterilização animal.

Nós queremos facilitar às nossas juntas de freguesia o maior trabalho. Queremos facilitar aquilo que é o serviço público da junta de freguesia com os seus fregueses. E ao exterminar a RACE, estaremos a acabar com este serviço público de proximidade. E, sempre, sempre, a RACE também é um simbolismo na nossa identidade regional.

Eu estou muito à vontade para dizer isto, porque a RACE até foi criada em 2019 pelo anterior executivo. E somos da opinião que se deve manter como exemplo. Não há uma base de dados igual a nível nacional.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem, Sr. Secretário!

O Orador: Não tem custos para o utilizador, nem tem custos para o detentor.

Que mais nós queremos que não seja manter esta base de dados que nos dá segurança, credibilidade e confiança para todos os açorianos e para além fronteiras dos Açores?

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Artur Lima): Isso é extraordinário!

(Aplausos dos Deputados das bancadas da Coligação e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Vera Pires.

(*) **Deputada Vera Pires (BE):** Muito obrigada Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Eu volto à intervenção do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal. E gostaria de dizer a ele e aos restantes presentes aqui que estas “minudências”, como acabaram de ser apelidadas por ele, são importantes para os animais e são importantes também para um número cada vez maior de pessoas.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito bem!

A Oradora: E colocar em alternativa a defesa do bem-estar animal com necessidades na saúde ou na educação, é absolutamente falso, não faz sentido e é uma e é uma falácia absoluta. É tão errado colocar estes assuntos em alternativa, como seria errado - e impensável – o Governo ter que decidir entre a saúde ou a educação, por exemplo.

Deputado Nuno Barata (IL): Ah mas tem que decidir!

A Oradora: Não tem que decidir, tem que garantir a saúde e a educação. Depois tem que decidir que recursos é que afeta, em que quantidade e em que locais. Mas não pode abandonar a saúde, porque tem despesas grandes na educação para fazer ou o contrário. E, portanto, também não faz qualquer sentido abandonar as questões do bem-estar animal, porque também é preciso dinheiro e também são precisos e recursos para outras coisas.

Deputado Nuno Barata (IL): Ninguém está abandonando as questões do bem-estar animal!

A Oradora: Portanto, só faz este discurso quem não leva a sério os assuntos que estamos aqui a tratar e nós levamo-los a sério.

Quanto à RACE, a proposta do Bloco de Esquerda não prevê nem propõe a eliminação desta base de dados regional.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Fizeram-na?! Só se foi com os pés!

A Oradora: *Foi com os pés*, diz o Sr. Vice-Presidente, mas nós é que fizemos a nossa proposta.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Ai tão ofendidos que nós estamos! Os senhores insultam as pessoas e depois ficam indignados!

A Oradora: O que prevê é a migração dos dados e porque é que isto acontece? Um açoriano ou um residente nos Açores que se desloque ao continente com o seu animal de companhia, não tem (não existe no continente) o acesso à base de dados daqui, se o animal se perder ou se for preciso uma intervenção médica, por exemplo.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Se fosse só essa base de dados.

A Oradora: Daí que faça todo o sentido, não só que uma base nacional contenha a totalidade dos registos e dos dados nacionais do país, como faz sentido também que existindo a base de dados regional, os dados que lá existem migrem também para a base nacional. E é essa a proposta que nós fazemos.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Não pode. É a lei da Proteção de Dados.

A Oradora: Ó Sr. Vice-Presidente, está a fazer de conta que está a falar a sério, mas já agora, deixe-me que lhe diga que apartes como fez ontem do “já tá bem bom”, quando dizemos que 37% dos açorianos ganha o ordenado mínimo, ou que o Bloco de Esquerda fez “com os pés” a proposta dos animais, essa postura displicente e esses apartes jocosos de duvidoso gosto, não honram o senhor, não honram nem respeitam esta Assembleia.

Vice-Presidente do Governo (*Artur Lima*): Sabe porquê? Porque no seu país não há ordenado mínimo. Na Albânia...na Venezuela.

A Oradora: Para finalizar e em relação às últimas afirmações e aos dados referidos pelo Sr. Secretário António Ventura, não contestamos de maneira nenhuma números como do aumento na vacinação, nas

esterilizações, mas queremos lembrar e queremos deixar aqui também bem claro que não são só, nem foram só, nem estão a ser só recursos do Governo Regional ou recursos da Região.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Eu já disse isso.

A Oradora: Precisamente porque estes assuntos interessam a cada vez mais pessoas e não só a um ou dois partidos com assento nesta Casa, mas porque cada vez mais pessoas se preocupam com um assunto com o qual se devem preocupar que são as questões do bem-estar animal, da sobrepopulação e de soluções condignas e humanas para estas esta problemática, dizia eu que o aumento destes dados e da concretização das vacinações e da esterilizações, deve-se também em muito à mobilização das pessoas, de voluntários e de associações de animais que fazem das tripas coração e fazem rifas, sorteios e fazem tudo e mais alguma coisa para conseguir recolher fundos que depois aplicam nesta causa meritória.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): Sim. Sim, é verdade, mas o PAN tem uma proposta de 5 mil euros que é interessante!

A Oradora: Ou, como diria o Sr. Deputado Nuno Barata que aplicam depois nestas “minudências”.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural** (*António Ventura*): A Sra. Deputada, permita-me que lhe questione, mas a verdade é que a proposta do Bloco de Esquerda fala no registo e no titular. E no registo e no titular, não faz uma única referência ao RACE.

Deputado António Lima (BE): Qual é o DLR que fala no RACE?

O Orador: Isso significa que em todo o diploma não há que seja contemplado, fala só no SIAC – registo.

Deputada Vera Pires (BE): Os dados que estão atualmente registados no RACE são integrados na base SIAC.

O Orador: São integrados com base naquilo que é a definição de registo e titular.

Se a proposta do Bloco de Esquerda, aqui no registo, mencionasse o SIAC e a RACE era perfeitamente... nós estamos, de facto, a certificar a Race na legislação regional, mas só menciona aqui o SIAC, significa que a RACE está de fora. No registo tem que mencionar o RACE. Portanto, o único registo para definição na vossa proposta é o SIAC. E o titular tem a ver com o SIAC também. Por isso, tem que mencionar a RACE, senão fica fora da legislação.

Gostaria, ainda, de dizer-vos que neste momento a RACE tem menção naquilo que é o Decreto-Lei 82/2003 e está mencionada na Portaria 33/2021, de 15 de abril, no artigo 6º.

Portanto, ela tem legislação regional e tem legislação nacional. Nós, com esta proposta de registo e titular, estamos a retirar a possibilidade da RACE ser também um elemento de registo dos animais. É só isto. Portanto, se aqui estivesse mencionada a RACE, de facto a base regional não desaparecia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ó Secretário Regional, eu peço desculpa de vir outra vez à baila com este assunto, mas o senhor não pode querer usar uma base de dados que não existe...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Existe sim!

O Orador: ... que é uma folha de *excel* - se quiser assim - da sua Secretaria, das suas Direções Regionais, das suas Juntas de Freguesia como uma base oficial, porque ela não existe.

Portanto, o senhor tem que migrar os dados que guarda lá nessa coisa que chama de RACE para o SIAC e tem que usar como base oficial o SIAC, senão a gente anda aqui numa grande confusão, porque a única base de dados oficial que existe a nível nacional de registo de animais errantes e de companhia é o SIAC – não existe outra.

O senhor tem um instrumento de gestão regional deste processo que se chama RACE.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Existe sim!

O Orador: Que seja para bem de nós todos, ninguém está pondo em causa. Mas o que está na proposta do Bloco de Esquerda faz todo o sentido...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não faz não!

O Orador: ... porque o senhor tem que migrar os dados duma para a outra e utilizar os dados da outra. É assim que tem que ser feito. Não pode ser feito doutra maneira.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura .

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vamos lá ver se a gente se entende relativamente a esta matéria – entende, naquilo que é a nossa perspetiva, obviamente há opiniões diferentes que podem nunca ser de articulação.

O nº3 do Artigo 25º do Decreto-Lei nº 82/2019 o que diz é “os dados constantes e que sejam compatíveis da base de dados de registo de animais de companhia ou errantes em funcionamento da Região Autónoma dos Açores, devem ser integrados no SIAC”. Nós não estamos contra isto.

Deputado António Lima (BE): E é o que nós dizemos.

O Orador: Nós não estamos contra isso. O que nós não queremos é que a nossa base regional que tem um valor de segurança e credibilidade no âmbito daquilo que é o maneo, tratamento, o acompanhamento e a fiscalização dos animais de companhia, possa desaparecer, porque ela é mais rápida no acesso – não demora 2 semanas a obter uma informação, é gratuita - não custa 3 euros, é um instrumento que é utilizado pelas forças policiais, juntas de freguesia e câmaras municipais. Nós já temos uma boa base de dados, temos um património, temos uma história. Ou seja, o que nós não queremos é prescindir de facto desse registo regional.

Deputado Nuno Barata: Não precisa de prescindir, Sr. Secretário!

Deputado António Lima (BE): Não prescinda!

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, deixe-me dizer-lhe outra coisa. A Race neste momento na é oficial na Região.

Deputado Nuno Barata: Não é oficial nada!

O Orador: Está na Portaria nº 33/2021 e está mencionada no Decreto-Lei 82/2013. E, portanto, ela está mencionada no Decreto-Lei e numa Portaria. Ela é oficial.

No nosso entendimento, não devemos extinguir. Se a Câmara assim o quiser fazer pode, mas o nosso entendimento é que se não está mencionado no registo nem tutelado, nós estamos a extingui-la. Mas este é o nosso entendimento.

Fica agora ao critério da câmara e os Srs. Deputados é que votam.

Muito obrigado.

obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação.

Vamos votar os dois diplomas na generalidade.

Vamos votar o **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 68/XII** da autoria do PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 68/XII** foi aprovada na generalidade com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do PAN, 1 voto contra da Iniciativa Liberal, 25 votos de abstenção do PS e uma do Deputado Independente.

Presidente: Vamos agora passar à votação na generalidade do **Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 69/XII** da autoria do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A **Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 69/XII** foi rejeitada na votação na generalidade, com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 a favor do PS e 2 do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Tendo sido aprovado o Decreto Legislativo Regional n.º 68/XII da autoria do PAN, é a proposta que segue para a especialidade e vamos iniciar o debate e as votações na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

Não havendo, vamos votar o Artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo colocado a votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração do PAN à alínea d) do Artigo 2.º da Proposta que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 2 votos de abstenção do BE e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta de alteração, fica prejudicada a proposta do Bloco de Esquerda à mesma alínea.

Coloco à votação a proposta do PAN, apresentada à alínea l) do Artigo 2.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 contra do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta, fica prejudicada a proposta do Bloco de Esquerda à mesma alínea.

Coloco agora à votação, a proposta de eliminação da alínea m) do diploma que estamos a alterar, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de aditamento apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista à alínea n) ao Artigo 2º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada à alínea o) do Artigo 2º do diploma que estamos a alterar, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 a favor do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea p) do Artigo 2º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente, 25 contra do PS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Tendo sido aprovada esta proposta, fica prejudicada a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista à mesma alínea.

Avançamos para a votação da proposta de aditamento de uma alínea q) apresentada pelo Bloco de Esquerda ao Artigo 2º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora a votação a proposta de aditamento de uma alínea r) apresentada pelo Bloco de Esquerda ao Artigo 2º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA,

1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Vamos então votar o Artigo 2º do diploma que estamos a alterar com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 2º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 votos de abstenção do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Agora sim, coloco à votação a proposta do Bloco de Esquerda apresentada à alínea a) do nº1 do Artigo 4º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado Independente e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada à mesma alínea pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da

Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 votos de abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea c), do nº1 do Artigo 4º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Está à votação uma proposta do Bloco de Esquerda que altera o Proémio do nº2 do Artigo 4º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente, 25 contra do PS, 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea a) do nº2 do Artigo 4º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 votos a favor do PS e 2 do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS à alínea d) do nº2 do Artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao nº3 do Artigo 4º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao nº3 do Artigo4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 do PAN.

Colocamos agora à votação o Artigo 4º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 4º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 votos de abstenção do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao Artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada ao mesmo artigo pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 1 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado

Independente, 25 a favor do PS, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Vamos pôr à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao nº1 do Artigo 6º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 a favor do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Bom, relativamente ao Artigo 5º é verdade que não houve nenhuma proposta de alteração aprovada, mas temos que o votar e não votámos, pelo que me dizem.

Vamos votar o Artigo 5º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 5º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 votos de abstenção do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao nº1 do Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao nº 2 do Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação obteve um resultado de empate com 25 votos a favor do PS, 2 do BE e 1 da IL, 21 contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Vamos repetir a votação.

Está à votação a proposta de alteração ao nº2 do Artigo 6º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: Em segunda votação, a proposta de alteração foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente, 25 a favor do PS e 2 do BE e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao nº4 do Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 21 votos contra do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos a favor do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao nº5 do Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração do Proémio do nº6 do Artigo 6º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea a) do nº6 do Artigo 6º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea b), do nº6 do Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao nº10 do Artigo 6º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o Artigo 6º do diploma que estamos a alterar com as propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 6º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 votos de abstenção do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Passamos ao Artigo 7º.

A primeira proposta de alteração é do Partido Socialista, ao nº1 do Artigo 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos contra do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao nº3 do Artigo 7º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 2 votos a favor do BE.

Presidente: Vamos votar o Artigo 7º do diploma com a proposta de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 7º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao Artigo 8º do diploma que estamos a alterar.

A primeira proposta é do Partido Socialista, trata-se duma proposta de eliminação, à alínea e) do nº2 do Artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista à alínea g) do nº2 do Artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 1 voto de abstenção do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Vamos votar o Artigo 8º com as propostas de eliminação que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 8º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ao nº5 e os aditamentos dos nºs. 6, 7, 8... tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins para uma interpelação.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sr. Presidente, na votação anterior do Artigo 8º quando votámos a proposta do PAN, eu por lapso não assinalei que queria votar separadamente os pontos 5 e 6.

Presidente: Eu não percebi isso, desculpe. Mas o Artigo 8º só tem duas propostas do Partido Socialista.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Ah então peço desculpa.

Presidente: Vamos então avançar.

Coloco à votação uma proposta de alteração do Bloco de Esquerda ao nº5 e aditamento dos nºs. 6, 7 e 8, com as alíneas a) e b) dos nºs. 9 e 10 do Artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o Artigo 9º do diploma com estas propostas de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao Artigo 10º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Coloco à votação o Artigo 10º do diploma que estamos a alterar, com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 10º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos para o Artigo 11º.

A primeira proposta de alteração é apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao nº1 do Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 Deputado Independente e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PS à alínea d) do nº2 do Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PAN à alínea e) do nº2 do Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 votos a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação uma proposta de eliminação apresentada pelo Partido Socialista à mesma alínea, ou seja, à alínea e) do nº2 do Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Sr. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 1 voto contra do PAN e 2 votos de abstenção do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de uma alínea f), apresentada pelo PAN, ao nº2 do Artigo 11º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o Artigo 11º com as propostas de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 11º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 12º, a primeira proposta de alteração é do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 1 do PAN.

Presidente: Tendo sido aprovada, fica prejudicada a proposta apresentada pelo Partido Socialista ao mesmo artigo.

Vamos votar o Artigo 12º do diploma com esta proposta de alteração que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 12º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 14º temos uma primeira proposta de aditamento de um nº 3, apresentada pelo PAN, ao Artigo 14º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Tendo esta proposta sido aprovada, fica prejudicada a proposta de aditamento apresentada pelo Partido Socialista ao nº3. E votamos agora o Artigo 14º do diploma com esta proposta de aditamento que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 14º colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente, 25 votos de abstenção do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos votar agora a proposta de eliminação ao Artigo 4º-A, apresentada pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 6º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

Secretário: O Artigo 6º-A colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Em relação ao artigo 6º-B, há um conjunto de propostas de alteração do Bloco de Esquerda.

Está à votação a proposta de alteração ao nº1 do Artigo 6º-B, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA e 1 do Deputado Independente, 25 contra do PS e 1 da Iniciativa Liberal e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao nº2 do Artigo 6º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN e 25 votos contra do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao nº3 do Artigo 6º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração ao nº3 do Artigo 6º-B foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao nº4 do Artigo 6º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao nº5 do artigo 6º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 contra do PS e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao nº 6 do Artigo 6º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 contra do PS e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do nº7 ao Artigo 6º-B apresentada pelo PAN.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS.

Presidente: Está à votação uma proposta de aditamento ao Artigo 6º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 25 votos contra do PS e 1 do PAN.

Presidente: A proposta de aditamento do nº7 apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista está prejudicada com a aprovação da proposta do PAN.

Vou agora colocar à votação a proposta de aditamento do nº8 apresentada pelo Bloco de Esquerda ao Artigo 6º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 25 votos contra do PS e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do nº9 ao Artigo 6º-B, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do nº10 apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima para uma interpelação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, em caso de aprovação deste aditamento do nº10, para efeitos de redação final, solicito que seja corrigido onde se lê “nº4” para nº5. É um erro que detetei agora ao olhar para a proposta. De facto, é o nº5 que define as condições para a colónia, explicando o que está aqui em causa. E deve ser feita referência ao nº5 no diploma. Por isso, solicitava que fosse tido em conta para efeitos de redação final.

Muito obrigado.

Presidente: Sim senhor. Teremos isso em conta.

Muito obrigado.

Está à votação a proposta de aditamento do nº10 apresentada pelo Bloco de Esquerda ao Artigo 6º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do nº11 ao Artigo 6º-B apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 6º-B com as alterações que introduzimos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 6º-B colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado Independente e 25 votos de abstenção do PS.

Presidente: Avançamos para o Artigo 6º-C com uma proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, para um esclarecimento.

Há uma proposta de alteração do Partido Socialista ao Artigo 6º-B, que é uma alteração ao 7 e para o qual havia uma proposta de alteração do PAN.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Foi prejudicada.

O Orador: Mas é doutro teor.

A do Bloco de Esquerda nunca menciona a questão da testagem. Ou seja, julgo que quando há o teor, a questão da numeração é pouco relevante, não é?

Não devia ser prejudicada?

Presidente: Na redação final a questão da redação é corrigida.

O Orador: Exato.

Por isso, parece-nos que esta proposta do Partido Socialista não está salvaguardada na proposta de alteração do Bloco de Esquerda.

Deputado Carlos Silva (PS): Está na do PAN.

Deputada Ana Luís (PS): Nem sequer foi votada, foi prejudicada

Deputado Carlos Silva (PS): Fica prejudicada.

O Orador: Exato, mas nós não votámos a do PAN nem a do Bloco.

Presidente: Votámos, sim.

O Orador: Foi antes da do Bloco de Esquerda, foi isso?

Então peço desculpa, Sr. Presidente.

Presidente: A do PAN foi a primeira que deu entrada.

Vamos votar a proposta de alteração à epígrafe e ao corpo do Artigo 6º-C, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o Artigo 6º-C com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 6º-C colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para o Artigo 6º-D há uma proposta de eliminação apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista que coloco à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente, 2 votos contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação o Artigo 6º-E que não tem propostas de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Artigo 6º-E colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista de eliminação do Artigo 6º-F.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do CHEGA, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do Deputado Independente e um voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento de um Artigo 6º-G, apresentada pelo PAN.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva para um interpelação.

Deputado Carlos Silva (PS): Sr. Presidente, a proposta do 6º-C do Partido Socialista creio que seja de igual teor à do 6º-G do PAN. E como já foi aprovada a do Partido Socialista, esta supostamente ficaria prejudicada.

Presidente: Tem razão, o teor é semelhante, por isso está prejudicado.

E assim votamos os Artigos 4º e 5º do diploma em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os Artigos 4º e 5º colocados à votação, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional nº 68/XII foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Martins pede a palavra para um pedido de esclarecimento à Mesa?

Com certeza, faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Sr. Presidente, peço imensa desculpa por estar a insistir, mas é só para perceber.

Há uma proposta de aditamento do Artigo 6º-C do PAN que é “Parques de Matilhas”. E como a proposta do Partido Socialista é do mesmo teor da proposta do PAN (o 6-G) que “É criadores de animais”...

Presidente: Não há proposta nenhuma do PAN ao Artigo 6º-C.

Deputada Ana Luis (PS): O Artigo 6º-C do PAN desaparece, é isso?

Presidente: Sim.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Pronto, então estou esclarecido. Só queria confirmar isso.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Pombo Tavares para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Joana Pombo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aproveitamos esta oportunidade para poder destacar que consideramos que não foi fácil esta discussão, mas consideramos também que a não aprovação destes “Parques de Matilhas” facilitará, pelo menos de momento e nesta atualidade, a vida aos municípios que teriam grande dificuldade na sua implementação.

Realçamos que apesar de terem sido mantidas as nossas propostas de alteração em relação a algumas questões que poderiam colocar em causa a idoneidade dos médicos veterinários, continuamos a destacar que a aprovação da definição que ficou de *transponder* coloca em causa o compromisso das funções do médico veterinário, uma vez que os mesmos (*transponder*) deverão ser colocados única e exclusivamente pelos médicos veterinários.

Destacamos, também, que a parte relacionada com a eutanásia e uma vez que com esta nova redação, é importante que na eutanásia a dor e o sofrimento do animal sejam reduzidos, permite também que este processo seja feito no domicílio, reduzindo, ainda assim, todas as questões que possam ter a ver com animal e com os animais de companhia e os seus donos,

Consideramos que na sua generalidade o diploma foi melhorado, que se irá trabalhar para colocar e melhorar os outros pontos que agora foram eliminados e, assim, também procedemos a todos os pedidos das associações, correspondendo às suas necessidades, nomeadamente ao CED que já era efetuado, mas desta forma fica legislado em que - da nossa forma - o início da nossa votação foi ao encontro de simplificar o programa, mas claro que concordámos depois com o final e com a sua aprovação.

Assim sendo, fica resolvida também a questão do registo das colónias que obriga os municípios a registarem as suas colónias que são da sua tutela, o que

facilitará e muito o trabalho das associações, às quais nós aproveitamos para deixar aqui um louvor ao trabalho de todas elas.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Vamos então avançar na nossa agenda.

Sra. Deputada Sandra Dias Faria pede a palavra para uma interpelação?

Faça favor.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, é para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e atendendo à hora, vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje.

Boa noite a todos e continuamos os nossos trabalhos amanhã.

Eram 19 horas e 32 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Gabriel Freitas Eduardo

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Jaime Luís Melo Vieira

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

As redatoras, Sara Azevedo e Paula Lemos